



Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas do
**ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO
PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CNPJ/MF n.º 09.542.006/0001-65

Administração e Distribuição: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar
São Paulo - SP

ISIN Quotas Seniores n.º BRANTRCTF005
ISIN Quotas Subordinadas n.º BRANTRCTF013

RATING DAS QUOTAS SENIORES: Austin Rating “AA-“
RATING DAS QUOTAS SUBORDINADAS: Austin Rating “BBB-“

Distribuição pública de 8 (oito) quotas seniores (“Quotas Seniores”) e de 152 (cento e cinquenta e duas) quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”) do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços (“Fundo”), totalizando:

R\$ 160.000.000,00

O Fundo busca proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio (i) do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela (a) IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A. (“IESA Projetos” ou “Cedente Líder”), (b) INEPAR Energia S.A. (“INEPAR Energia”), (c) INEPAR S.A. Indústria e Construções (“INEPAR Indústria”), (d) INEPAR Administração e Participações S.A. (“INEPAR Participações”), e (e) INEPAR Equipamentos e Montagens S.A. (“INEPAR Equipamentos” e, em conjunto com IESA Projetos, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações “Cedentes”), sendo os direitos de crédito originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes; e (ii) da realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, vide a Seção 5 deste prospecto (“Prospecto”).

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão objeto de distribuição pública em mercado de balcão organizado e não organizado (“Oferta”). A primeira emissão de quotas do Fundo compreende a emissão de 8 (oito) Quotas Seniores com preço inicial de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma e 152 (cento e cinquenta e duas) Quotas Subordinadas com preço inicial de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) (“Primeira Emissão”), sendo que não haverá quantidade mínima de Quotas a ser colocada no âmbito da Primeira Emissão (“Valor Inicial da Oferta”). Para os fins deste Prospecto, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão designadas em conjunto como “Quotas”.

O Fundo foi constituído em 30 de abril de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços” e seu regulamento está registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 1548524, sendo que (i) em 04 de junho de 2008, foi registrado “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços” no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 1554937, (ii) em 30 de junho de 2008, foi registrado “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços” no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 1559560 e (iii) em 6 de abril de 2009 foi registrado “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços” no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob o n.º 1583059 (“Regulamento”). A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 04 de agosto de 2008, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2008/041 para o registro das Quotas Seniores e sob o n.º CVM/SRE/RFD/2008/042 para o registro das Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, da Instrução da CVM n.º 444/06, de 08 de dezembro de 2006 e da Instrução CVM n.º 400/03, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Em 28 de abril de 2009, ainda no curso do Prazo de Colocação, o Administrador comunicou a CVM acerca de modificação da Oferta decorrente do pagamento total e parcial de parte dos Direitos de Crédito, o que acarretou no redimensionamento do montante global ofertado. A CVM manifestou-se acerca da modificação da Oferta em 4 de junho de 2009, por meio do Ofício/CVM/SRE/GER-1 N.º 581/2009. Os termos e condições da modificação foram comunicados ao mercado em 8 de junho de 2009.

Os investidores devem ler atentamente a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 20 a 26. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Custodiante, das Cedentes, dos Agentes de Cobrança, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua

política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam dos fatores de risco aos quais o Fundo e o investidor estão sujeitos.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido no Fundo.

O Fundo busca manter a Carteira composta por Ativos Financeiros (conforme definido neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como do prazo médio dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos Quotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Quotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item “Regras de Tributação do Fundo”.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM.

A autorização para funcionamento e/ou oferta das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a Oferta e o Fundo devem ser feitas exclusiva e diretamente com o Administrador.

Estruturador



Administrador / Distribuidor



Custodiante



Auditores



Agência de Rating



A data deste Prospecto é 27 de abril de 2009.

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

• Características da Oferta.....	17
• Negociação das Quotas.....	19
• Cronograma de Etapas da Oferta	19
• Demonstrativo do Custo da Oferta	20
• Outras Informações.....	21
• Declaração do Administrador	22

3. FATORES DE RISCO

• Dos Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros.....	25
• Dos Riscos Relacionados aos Direitos de Crédito.....	25
• Dos Riscos de Crédito dos Ativos Financeiros.....	27
• Dos Riscos de Liquidez	27
• Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos.....	28
• Dos Riscos Operacionais.....	28
• Dos Riscos de Descontinuidade.....	28
• Do Risco da Existência de Maioria de Quotas Subordinadas	29
• Do Risco das Quotas Subordinadas em relação às Quotas Seniores	29
• Do Risco da Insolvência da Cedente Líder	29
• Do Risco de Conflito de Interesses.....	30
• Outros Riscos	30

4. O ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

• Base Legal e Prazo de Duração.....	35
• Público Alvo.....	35
• Administração e Gestão.....	35
• Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo.....	35
• Auditoria.....	36
• Agência de Classificação de Risco	36
• Cobrança dos Direitos de Crédito	36
• Remuneração do Administrador e dos Agentes de Cobrança	37
• Objetivo de Investimento	37
• Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.....	39
• Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas.....	42
• Distribuição de Resultados mediante Amortização de Quotas	48
• Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas Mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e/ou de Ativos Financeiros	50
• Assembléia Geral de Quotistas	51
• Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira do Fundo.....	54
• Procedimentos para Avaliação dos Créditos de Liquidação Duvidosa	54
• Eventos de Liquidação do Fundo.....	57
• Enquadramento da Razão de Garantia.....	58
• Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Alocação Mínima em Direitos de Crédito	58
• Divulgação de Informações.....	59
• Forma de Divulgação de Informações.....	59
• Atendimento aos Quotistas.....	59
• Encargos do Fundo	60
• Regras de Tributação do Fundo	61
• Mecanismos de Gerenciamento de Riscos	65
• Contratos Relevantes do Fundo	65

5. OS DIREITOS DE CRÉDITO

• Introdução	69
• Documentos Comprobatórios.....	77

6. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

• Cessão e Aquisição dos Direitos de Crédito	81
• Critérios de Elegibilidade e sua Verificação	85
• Da Notificação aos Devedores e do Registro de Transferências	85
• Do Repasse dos Pagamentos dos Direitos de Crédito	85
• Da Cobrança dos Direitos de Crédito e do Gerenciamento dos Processos Judiciais ou Administrativos	86
• Fluxograma da Cessão dos Direitos de Crédito	91
• Da Substituição dos Direitos de Crédito	92
• Do Reforço de Crédito e Demais Garantias	92

7. AS CEDENTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

• IESA Projetos.....	95
• INEPAR Participações	100
• INEPAR Energia.....	104
• INEPAR Equipamentos.....	108
• INEPAR Indústria.....	112

8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

• Informações sobre as Partes	121
• Relacionamento entre as Partes.....	123

9. ANEXOS

- Anexo I – Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços e Regulamento do Fundo (versão atualizada e registrada)..... 128
- Anexo II – Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com versão consolidada)203
- Anexo III – Declaração do Administrador nos termos da Instrução CVM nº 400/03283
- Anexo IV – Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.....287
- Anexo V – Parecer de Advogado acerca da validade da constituição e da cessão do Direitos de Crédito do Fundo295
- Anexo VI - Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com versão consolidada).....303

1. DEFINIÇÕES

(página intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimentos e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.904.364/0001-08.
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Agentes de Cobrança	A Cedente Líder e/ou a MDC.
Assembléia Geral de Quotistas	Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e/ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Onze do Regulamento.
Ativos Financeiros	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Bacen, créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, certificados e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro que sejam classificadas como <i>investment grade</i> e operações compromissadas lastreadas nos Títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Bacen e nos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Benchmark	Parâmetro de rentabilidade das Quotas.
Benchmark das Quotas Seniores	O parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores, equivalente a 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI.
Benchmark das Quotas Subordinadas	O parâmetro de rentabilidade das Quotas Subordinadas, equivalente a 18% (dezoito por cento) ao ano.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
Cedente Líder	IESA Projetos.
Cedentes	IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A. e a INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.

CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil Brasileiro	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Compromisso de Subscrição	Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre as Cedentes e o Fundo, por meio do qual as Cedentes obrigam-se a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas de emissão do Fundo.
Contrato de Cessão	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e as Cedentes.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, celebrado entre o Fundo e o Custodiante.
Distribuidor	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Corte	Data de 31 de janeiro de 2009 utilizada para apuração do valor total dos Direitos de Crédito.
Data de Resgate	Data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas de cada série e emissão do Fundo.
Datas de Amortização	Cada data em que houver pagamento de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas.
Devedores	Os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Direitos de Crédito	Totalidade dos direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes, cedidos pelas Cedentes ao Fundo.
Documentos Comprobatórios	Os documentos que formalizam e comprovam a existência dos Direitos de Crédito.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.
Fundo	Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IESA Projetos	IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 6º ao 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
INEPAR Energia	INEPAR Energia S.A., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho n.º 373, 13º andar cj 1301, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23.
INEPAR Participações	INEPAR Administração e Participações S.A., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.542.602/0001-09.
INEPAR Equipamentos	INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97.
INEPAR Indústria	INEPAR S.A. Indústria e Construções, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06.

Instrução CVM n.º 356/01	Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 444/06	Instrução da CVM n.º 444, de 08 de dezembro de 2006.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Operações de Câmbio.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IR	Imposto de Renda.
MDC	MDC Assessoria Empresarial S.A., sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.608.615/0001-07.
Novas Quotas	Novas Quotas Seniores e Quotas Subordinadas de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Novas Quotas Seniores	Novas Quotas Seniores de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Novas Quotas Subordinadas	Novas Quotas Subordinadas de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Primeira Data de Emissão	Data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo.
Prospecto	Este Prospecto e suas respectivas atualizações.
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.

Quotas Seniores	Quotas seniores emitidas pelo Fundo.
Quotas Subordinadas	Quotas subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quotistas	Titulares de Quotas.
Quotistas Seniores	Titulares de Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	Titulares de Quotas Subordinadas.
Resolução CMN n.º 2.689/00	Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN.
Resolução CMN n.º 2.907/01	Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SFF	Sistema de Fundo Fechado, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Taxa DI	Variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Termo de Cessão	Termo de cessão na forma do modelo anexo ao Contrato de Cessão como Anexo II.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos demais documentos da operação.

(página intencionalmente deixada em branco)

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(página intencionalmente deixada em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão objeto de oferta pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta.

2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM n.º 409/04, residentes ou não residentes no Brasil, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e que aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

A Oferta foi registrada na CVM em 04 de agosto de 2008, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2008/041 para o registro das Quotas Seniores e sob o n.º CVM/SRE/RFD/2008/042 para o registro das Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 444/06 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas Objeto da Oferta

A Oferta compreende o total de 8 (oito) Quotas Seniores e 152 (cento e cinquenta e duas) Quotas Subordinadas.

2.1.5. Preço de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas e Preço de Integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas no Âmbito da Oferta

O preço de emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas foi fixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por Quota (“Preço de Emissão”), na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) na Primeira Data de Emissão.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, na forma dos itens 4.11.9 e 4.11.10. abaixo.

2.1.6. Subscrição e Integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas durante o Prazo de Colocação

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão subscritas pelo Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nos itens 4.11.9 e 4.11.10. deste Prospecto.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do Módulo de Distribuição de Cotas - MDC da CETIP e/ou de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos imediatamente disponíveis de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor de investimento mínimo estabelecido no item 2.1.7. abaixo.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas com Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 6.2. abaixo.

Na integralização das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas da Primeira Emissão deverá ser observado o valor mínimo de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) a ser obrigatoriamente integralizado em moeda corrente nacional.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, na forma do Anexo III ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

2.1.7. Valor mínimo de investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo, no mercado primário e/ou no mercado secundário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

2.1.8. Distribuição das Quotas

Somente poderão adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas do Fundo aqueles investidores que se enquadrem no público alvo do Fundo, indicado no item 2.1.2. acima.

Os interessados na subscrição e integralização de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas deverão manifestar-se diretamente ao Administrador no endereço a ser indicado no anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, devendo informar a quantidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas que pretendem adquirir.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão admitidas à negociação nos sistemas de negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP, podendo ser admitidos outros locais de negociação, a critério do Administrador, desde que aprovado em Assembléia Geral de Quotistas..

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado, de forma a cumprir com o disposto no item 2.1.2. acima.

2.3. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início da Oferta no jornal Diário do Comércio e da Indústria, Edição Nacional e após a disponibilização do prospecto definitivo aos investidores.
Prazo de Colocação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	Prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data e início da Oferta.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas no âmbito da Oferta, ao Administrador, a qualquer momento durante o prazo de colocação.
Subscrição e Integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas	A subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição. A integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas deverá ser efetuada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Restituição de Valores nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM n.º 400/03	Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas receberão do Fundo os montantes utilizados na integralização de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas no prazo de 5 dias úteis, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas cujos valores tenham sido objeto de restituição.
Modificação ou Revogação da Oferta	O Administrador divulgará imediatamente, aos investidores notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, nos mesmos meios utilizados para divulgação do anúncio de início da Oferta.
Prazo para manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores, na hipótese de modificação	Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aceitado a Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação do Administrador. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.

das condições da Oferta	
Prazo para restituição de valores aos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta	Em caso de (i) modificação da Oferta e não aceitação pelo investidor dessa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas serão integralmente restituídos aos respectivos investidores no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da manifestação pelo investidor nesse sentido, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do anúncio de encerramento da Oferta no jornal Diário do Comércio e da Indústria, Edição Nacional.

Segue abaixo cronograma indicativo das etapas da Oferta:

Evento	Datas*
Protocolo do pedido de registro na CVM	07 de março de 2008
Concessão do Registro da Oferta pela CVM	14 de julho de 2008
Publicação do Anúncio de Início	18 de julho de 2008
Disponibilização do Prospecto Definitivo	18 de julho de 2008
Autorização da CVM para Prorrogação de Prazo de Distribuição	26 de fevereiro de 2009
Publicação de Aviso ao Mercado sobre modificação da Oferta	12 de maio de 2009
Disponibilização do Novo Prospecto Definitivo	12 de maio de 2009
Liquidação da Oferta	9 de agosto de 2009
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	10 de agosto de 2009

* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos.

2.4. Demonstrativo do Custo da Oferta

As despesas abaixo indicadas serão de responsabilidade das Cedentes:

Custos para o Fundo	Montante (R\$)	% sobre o total da Oferta *
Apresentação a Investidores e Impressão de Prospectos ⁽¹⁾	10.000,00	0,01
Publicações Legais ⁽²⁾	50.000,00	0,03
Comissão de Colocação ⁽³⁾	5.000.000,00	2,50
Comissão de Estruturação ⁽³⁾	100.000,00	0,05
Agência de Rating ⁽⁴⁾	29.000,00	0,01
Auditores ⁽⁵⁾	24.000,00	0,01
Advogados ⁽³⁾	70.000,00	0,04
Taxa para registro na CVM ⁽³⁾	146.870,00	0,07
Registro CRTD ⁽⁶⁾	30.000,00	0,02
Registro das Quotas na CETIP	160,00	0,00008
Total dos custos	5.460.030,00	3,41

Total da Oferta**160.000.000,00**

Valores arredondados

- ⁽¹⁾ Despesas com apresentação a investidores e impressão de prospecto serão pagas pela Cedente Líder
- ⁽²⁾ Despesas com publicações legais serão pagas pelo Fundo
- ⁽³⁾ As despesas relativas a comissão de colocação e estruturação, honorários advocatícios e taxa de registro na CVM serão pagas diretamente pela Cedente Líder
- ⁽⁴⁾ O custo para emissão dos relatórios iniciais (Quota Sênior e Quota Subordinada), no valor de R\$29.000,00, será pago diretamente pela Cedente Líder. Para emissão dos relatórios de monitoramento, o valor acima será reajustado anualmente pelo IGP-M.
- ⁽⁵⁾ Os honorários devidos à Auditoria serão pagos diretamente pelo Fundo. No primeiro ano, será cobrada importância de R\$ 24.000,00, que será reajustado anualmente pelo IGP-M.
- ⁽⁶⁾ As despesas de registro no CRTD serão pagas pelo Fundo.

Custo da Oferta**Quotas Seniores**

Preço por Quota Seniores (R\$)	1.000.000,00
Custo por Quota Seniores (R\$)	34.125,19

Quotas Subordinadas

Preço por Quota Subordinada (R\$)	1.000.000,00
Custo por Quota Subordinada (R\$)	34.125,19

2.5. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Administrador ou da CETIP, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Administrador:

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Website: www.concordia.com.br

Telefone: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

Correio Eletrônico: concordia.sp@concordia.com.br / joelrosa@concordia.com.br**Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Rua Sete de Setembro, n.º 111 - 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03:

O Administrador declara que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas ofertadas e do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, conforme declaração anexa ao presente, firmada pelo Diretor de Administração de Recursos de Terceiros, Sr. Antônio Joel Rosa.

3. FATORES DE RISCO

(página intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, dentre as quais, aquelas relativas à política de investimento, composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco aos quais o Fundo e os investidores estão sujeitos, incluindo, de forma não taxativa, aqueles descritos a seguir.

3.1. Dos Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. As oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas, resultando em perda, pelos Quotistas, do valor do principal de suas aplicações. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

3.2. Dos Riscos Relacionados aos Direitos de Crédito

As Cedentes somente têm como responsabilidade a origem e a formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito. Ainda, os Devedores dos Direitos de Crédito não necessariamente divulgam suas informações financeiras ao mercado e, portanto, os Quotistas não necessariamente têm ou terão acesso a informações sobre a capacidade financeira desses Devedores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Devedores. Nestas hipóteses, não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

O Fundo tem por objetivo adquirir Direitos de Crédito vencidos e não pagos e/ou objeto de discussão judicial, sendo que, nesse caso, a valorização dos investimentos do Fundo, e, consequentemente, dos Quotistas, está diretamente associada (i) aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos de Crédito a serem realizados pelos Agentes de Cobrança em nome do Fundo e (ii) ao sucesso nas demandas judiciais. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, os Agentes de Cobrança e as Cedentes não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos de Crédito ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito, bem como o Fundo, o Administrador, o Custodiante e as Cedentes não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo

com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. O Fundo sofrerá o impacto da não recuperação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito vencidos e do eventual não cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações para com o Fundo. Ainda, não há como assegurar que os Agentes de Cobrança permanecerão como contratados do Fundo pelo prazo requerido e/ou pretendido pelo Fundo, sendo que, na hipótese de término antecipado dos contratos de prestação de serviços celebrado entre o Fundo e os Agentes de Cobrança, o Fundo poderá não conseguir selecionar e contratar, dentro de tempo hábil, novos prestadores de serviços de cobrança devidamente qualificados para realizarem esforços de cobrança dos Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Crédito sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança.

O valor do principal da obrigação dos Devedores foi determinado com base no valor estimado de recuperação dos Direitos de Crédito. Como os valores dos Direitos de Crédito são objeto de discussão administrativa ou judicial, estando, em alguns casos, sujeitos à produção de provas, o valor do principal dos Direitos de Crédito pode ser diverso daquele informado no Anexo I do Regulamento, podendo, inclusive, ser reduzido a zero ou ser transformado em débito das Cedentes para com o Devedor respectivo. Tal situação poderá ocasionar variações nos valores dos Direitos de Crédito, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo, o que pode implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Nestas hipóteses, não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

Tendo em vista a natureza específica dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo (que incluem Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial), o Fundo pode vir a adquirir Direitos de Crédito cujos Devedores tenham apontamentos no SERASA e/ou EQUIFAX e/ou SPC. Dessa forma, somente serão considerados na análise da situação creditícia dos Devedores para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa os apontamentos que venham a ser feitos em nome dos Devedores a partir da data da cessão. Além disso, o Fundo pode vir a adquirir Direitos de Crédito de responsabilidade de Devedores com sede no exterior, o que pode vir a dificultar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Administrador não realizará a análise trimestral da situação creditícia dos Devedores com sede no exterior para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os Documentos Comprobatórios que formalizam a origem e a exequibilidade dos Direitos de Crédito podem não ser suficientes para a propositura das ações judiciais para cobrança dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, bem como, para fazer prova efetiva de todas as alegações das Cedentes em relação aos Direitos de Crédito, o que poderia dificultar a recuperação dos pagamentos relativos aos referidos Direitos de Crédito.

A cobrança dos Direitos de Crédito será feita pela MDC e pela Cedente Líder, sendo esta última a responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito até a data de cessão ao Fundo. Não há garantias de que o desempenho da Cedente Líder na cobrança dos Direitos de Crédito em nome do Fundo seja mais eficiente do que a cobrança por ela realizada antes da transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo.

A Cedente Líder, na cobrança dos Direitos de Crédito, não estará obrigada a solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo no pólo ativo das ações judiciais.

Além disso, ainda que seja solicitada, a substituição processual das Cedentes pelo Fundo dependerá, em alguns casos, da concordância do Devedor. Caso não seja obtida essa anuência, o Fundo poderá atuar exclusivamente como assistente litisconsorcial nas ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados. Nos casos em que não houver a substituição processual, eventuais pagamentos serão realizados pelos Devedores, em caso de sua condenação, diretamente à Cedente Líder, que deverá repassá-los ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Caso a Cedente Líder não repasse tais valores ao Fundo, em virtude de insolvência ou qualquer outra razão, os resultados do Fundo serão negativamente afetados.

Alguns dos Devedores são responsáveis pelo pagamento de mais de 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Consequentemente, o Fundo estará mais exposto aos riscos decorrentes dos negócios e da situação patrimonial de referidos Devedores e de seus respectivos segmentos de atuação.

A concessão de crédito pelas Cedentes foi realizada com observância do procedimento descrito no Anexo I ao Regulamento. Não há garantia de que os Devedores não sofreram, desde a data da contratação dos serviços das Cedentes, alterações em sua condição patrimonial e financeira. Na hipótese de (i) deterioração da situação patrimonial dos Devedores e/ou (ii) inadimplemento dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

3.3. Dos Riscos de Crédito dos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e das contrapartes das operações de compra e venda de Ativos Financeiros. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

3.4. Dos Riscos de Liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm

para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo e/ou os Quotistas precisem vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo e/ou perda aos Quotistas. Ainda, existe a possibilidade de os Direitos de Crédito a serem entregues aos Quotistas não terem suporte completo e/ou adequado de Documentos Comprobatórios ou serem amparados exclusivamente por meio de documentação eletrônica, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito.

3.5. Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.6. Dos Riscos Operacionais

Os Agentes de Cobrança serão responsáveis (i) pela realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito; e (ii) pelo acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito. Além de potencial conflito de interesses, o descumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de referidas funções, pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas.

3.7. Dos Riscos de Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. No caso do resgate das Quotas ser realizado, na hipótese de liquidação do Fundo, mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito. Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação de Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição

financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo.

3.8. Do Risco da Existência de Maioria de Quotas Subordinadas

Conforme previsto no Regulamento do Fundo, existem determinadas situações em que as Quotas Subordinadas têm direito a voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Nessas situações, em razão da existência da maioria de Quotas Subordinadas no Fundo, poderão existir hipóteses em que o voto das Quotas Seniores seja substancialmente suprimido pela quantidade de votos das Quotas Subordinadas.

3.9. Do Risco das Quotas Subordinadas em relação às Quotas Seniores

Serão objeto de oferta pública de distribuição as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas do Fundo. Conforme previsto neste Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão remuneradas e amortizadas de formas diversas, o que poderá afetar adversamente os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas. Ainda, caso o patrimônio líquido do Fundo venha a sofrer perdas em decorrência do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito não pagos ou declarados inexistentes ou inválidos, como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas. O valor das Quotas Seniores somente será afetado em virtude de perdas no patrimônio do Fundo em virtude do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade de Direitos de Crédito caso o valor total das Quotas Subordinadas não seja suficiente para referidas perdas. Por fim, na medida em que o Administrador identifique a necessidade de aportes adicionais de recursos para fins de pagamento de despesas e/ou encargos do Fundo, incluindo despesas com a propositura de novas ações e condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, o Administrador chamará somente os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas para aportarem recursos no Fundo, mediante a subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas, não sendo afetados os Quotistas titulares de Quotas Seniores.

3.10. Do Risco de Insolvência da Cedente Líder

A Cedente Líder é um dos Agentes de Cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, responsável pela cobrança judicial e extrajudicial e pelo recebimento e repasse ao Fundo dos recursos do pagamento dos Direitos de Crédito. No exercício dessa função, em diversos casos, os montantes respectivos aos Direitos de Crédito são antes recebidos pela Cedente Líder, que então os repassará ao Fundo. Na hipótese de insolvência da Cedente Líder, há a possibilidade de os recursos por ela recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Além disso, por ser a Cedente Líder uma das responsáveis pelo

recebimento dos recursos devidos ao Fundo, há o risco de fungibilidade entre os recursos da Cedente Líder e os recursos do Fundo. Neste caso, não há garantia de que a obrigação da Cedente Líder de repassar os recursos ao Fundo nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão serão suficientes para evitar prejuízos ao Fundo em caso de fungibilidade de recursos.

3.11. Do Risco de Conflito de Interesses

A Cedente Líder foi contratada como um dos Agentes de Cobrança do Fundo, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito. É possível que o correto desempenho das funções de Agente de Cobrança conflite com os interesses da Cedente Líder na qualidade de cedente dos Direitos Creditórios, inclusive em virtude da continuidade de sua relação comercial com alguns dos Devedores, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Quotas.

3.12. Outros Riscos

Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito

A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Necessidade de Aporte de Recursos

O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo.

Segregação de Atividades

O Administrador mantém mecanismos e sistemas de segregação das suas atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor. Caso existam falhas no controle e monitoramento da segregação de suas atividades como administradores e gestores de recursos de terceiros, existe o risco de o Fundo realizar operações que sejam objeto de conflito de interesses entre o Administrador e/ou terceiros e o Fundo, as quais podem inclusive acarretar em perdas para o Fundo e para os Quotistas.

Possibilidade de Ação por Reparação de Danos ou Prejuízos pelos Devedores de Direitos de Crédito

Conforme descrito no Regulamento, o Fundo tem como um de seus objetivos realizar, por meio dos Agentes de Cobrança, esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, para recebimento de parte ou da totalidade dos pagamentos dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento. Não há como assegurar que

Devedores de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, que entendam não ter qualquer débito para com o Fundo, se sintam prejudicados pelas atividades de cobrança do Fundo e acionem judicialmente o Fundo para requerer reparação de danos ou prejuízos. O sucesso de tais ações judiciais impostas por Devedores poderá resultar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Ainda, tais ações judiciais podem retardar a liquidação antecipada ou não do Fundo, hipótese em que os Quotistas deverão permanecer arcando com as despesas operacionais do Fundo.

Modalidade de Investimento Recente e Sofisticada

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, constituem modalidade de investimento recente. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Ausência de Garantia

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, das Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

(página intencionalmente deixada em branco)

4. O ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(página intencionalmente deixada em branco)

O ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN n.º 2.907/01, a Instrução CVM n.º 356/01 e a Instrução CVM n.º 444/06. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento.

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem prazo de duração determinado de 6 (seis) anos contado a partir da data da 1ª (primeira) integralização de Quotas, podendo este prazo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos caso ao final do 6º (sexto) ano o valor recuperado não seja suficiente para remunerar o Quotista titular de Quotas Seniores, desde que mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

4.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM n.º 409/04, residentes ou não residentes no Brasil, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e que aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

4.3. Administração e Gestão

O Fundo é administrado pela Concórdia, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM.

4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia qualificada e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11.

O Custodiante verificará o lastro dos Direitos de Crédito em sua totalidade, comunicando o resultado desta verificação ao Administrador. O Custodiante, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência e manutenção.

O Custodiante deverá informar o Administrador sobre o resultado da verificação dos lastros dos Direitos de Crédito, devendo o Administrador elaborar demonstrativo informando o resultado da referida verificação, de acordo com o disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM n.º 356/01.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, firmará o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças” por meio do qual contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356 e no Regulamento do Fundo (Capítulo XI). Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante fará jus a seguinte remuneração de, no mínimo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser paga mensalmente pelo Fundo. Poderá ser cobrada taxa adicional no caso de ocorrer eventos pontuais.

4.5. Auditoria

A empresa de auditoria responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador é a KPMG Auditores Independentes.

Os auditores receberão um montante anual no total de R\$ 24.000,00, pelos serviços prestados ao Fundo.

4.6. Agência de Classificação de Risco

As Quotas do Fundo terão sua classificação de risco atribuída pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

A Agência de Classificação de Risco receberá um montante anual equivalente a R\$ 29.000,00, pelos serviços prestados ao Fundo.

4.7. Cobrança dos Direitos de Crédito

O Fundo contratou, com aceite do Custodiante, a IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A. e a MDC Assessoria Empresarial S.A., acima qualificados, para realizar a cobrança dos Direitos de Crédito. Os Agentes de Cobrança serão responsáveis (i) pela cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii) pelo acompanhamento e administração das ações judiciais e administrativas relacionadas aos Direitos de Crédito (em conjunto “Serviços de Cobrança”).

Os Agentes de Cobrança atuarão em conjunto na prestação dos Serviços de Cobrança, sendo que as decisões com relação a teses jurídicas e estratégias processuais caberá à Cedente Líder.

4.8. Remuneração do Administrador e dos Agentes de Cobrança

Pela administração do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, observado o pagamento de uma remuneração mensal mínima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Administrador.

A taxa de administração será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

O Administrador não receberá taxa de desempenho.

Os Serviços de Cobrança serão pagos diretamente pelo Fundo e não integram a remuneração devida ao Custodiante. Pela prestação dos Serviços de Cobrança, a MDC fará jus a uma remuneração equivalente a 10% (dez por cento) do valor recuperado com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, a ser pago à MDC por ocasião do recebimento de referidos valores pelo Fundo.

Adicionalmente, a cada Data de Amortização, havendo recursos disponíveis no Fundo após (i) o pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Seniores devida na respectiva Data de Amortização; (ii) o pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores, conforme abaixo definido; (iii) o pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Subordinadas devida na respectiva Data de Amortização; e (iv) o pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Subordinadas, nos termos do item 10.9 do Regulamento do Fundo, referidos recursos deverão ser provisionados para o pagamento da remuneração devida à Cedente Líder pelos Serviços de Cobrança, sem qualquer limitação de valor.

A remuneração da Cedente Líder será baseada em seu desempenho na recuperação dos Direitos de Crédito, sendo consistente com práticas de mercado para remuneração de serviços de recuperação de créditos inadimplidos ou de difícil recuperação.

A remuneração devida à Cedente Líder nos termos do item acima somente será paga à Cedente Líder após o pagamento integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas e/ou, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do item 14.1.4. do Regulamento do Fundo.

4.9. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo a seus Quotistas, por meio (i) do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito e (ii) da realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito, por meio da contratação dos Agentes de Cobrança.

Os Direitos de Crédito são originados do fornecimento de equipamentos e da prestação de serviços específicos pelas Cedentes e estão vencidos e não foram pagos nas datas originais de vencimento e/ou são objeto de discussão judicial, fato que será conhecido e atestado pelos Quotistas por meio de assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto. Os Direitos de Crédito têm origem no fornecimento de equipamentos e na prestação de serviços pelas Cedentes para os respectivos clientes e/ou contrapartes nas operações comerciais (“Devedores”). Os processos de origem dos Direitos de Crédito estão descritos no Anexo I ao presente Regulamento..

Em face das características dos Direitos de Crédito, o Fundo adotará diferentes estratégias e procedimentos nos esforços de cobrança dos pagamentos de tais Direitos de Crédito. Para os Direitos de Crédito que são objeto de discussão judicial, embora a cobrança extrajudicial permaneça, caso a demanda seja julgada (i) procedente, a cobrança será realizada por meio de procedimento de execução; e (ii) improcedente, será avaliada pelos Agentes de Cobrança, em conjunto com os advogados que patrocinam as referidas ações, a conveniência da interposição de recurso. A cobrança dos Direitos de Crédito que ainda não são objeto de discussão ou cobrança judicial será inicialmente realizada de forma extrajudicial, por meio de contatos telefônicos, correspondências ou reuniões. Caso a cobrança extrajudicial não obtenha resultados satisfatórios, os Agentes de Cobrança decidirão sobre a propositura das medidas judiciais cabíveis. Na prestação de seus serviços, os Agente de Cobrança agirão de forma discricionária, observando sempre o melhor interesse dos Quotistas e maximizando a recuperação dos Direitos de Crédito nos menores prazos possíveis.

Os documentos que formalizam a origem e a exequibilidade dos Direitos de Crédito serão contratos celebrados entre as Cedentes, conforme o caso, e seus clientes e/ou contrapartes nas operações comerciais, bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência e validade e à cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando a contratos de fornecimento de equipamento e de prestação de serviços, contratos de compra e venda de bens, faturas, notas promissórias, títulos executivos judiciais ou extrajudiciais, correspondências, apólices de seguro, petições iniciais, contestações, laudos periciais e outros documentos que instruem ou fazem parte das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, incluindo despachos, decisões interlocutórias e sentenças judiciais, e todos os demais documentos que evidenciem a existência dos Direitos de Crédito. Para todos os fins deste Prospecto, tais documentos serão designados como os “Documentos Comprobatórios”. Os contratos de prestação de serviços que originam os Direitos de Crédito estão descritos no Prospecto do Fundo.

Os adquirentes de Quotas do Fundo deverão atestar, por escrito, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, ter completo entendimento e conhecimento do disposto nos itens 3.1.1. a 3.1.3. do Regulamento, bem como estar cientes de eventuais riscos relacionados ao disposto nos referidos itens, inclusive, mas não se limitando à possibilidade de perda total de seu capital investido no Fundo e à necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo.

Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios definidos no item 4.10. abaixo.

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, o *Benchmark* das Quotas Seniores, incidente sobre o valor das Quotas Seniores, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da Primeira Data de Emissão e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização.

No caso de indisponibilidade da Taxa DI, será utilizada em substituição, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos aos titulares de Quotas Seniores previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas especialmente convocada para deliberar sobre novo parâmetro de rentabilidade a ser aplicado às Quotas Seniores, sendo que a posterior divulgação da Taxa DI aplicável não ensejará o direito a qualquer compensação para o Fundo ou para os Quotistas.

Na hipótese de extinção da taxa DI, impossibilidade de sua utilização para a apuração do valor das Quotas Seniores ou indisponibilidade por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou 15 (quinze) dias úteis alternados em um período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data em que se verificar um desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir novo parâmetro a ser aplicado às Quotas Seniores. Até a deliberação desse parâmetro, deverá ser observado o disposto acima.

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Subordinadas, o *Benchmark* das Quotas Subordinadas, incidente sobre o valor da Quota Subordinada, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da Primeira Data de Emissão e incorporado simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Subordinada de cada Período de Capitalização.

O *Benchmark* de cada uma das classes de Quotas não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança e/ou das Cedentes e seus controladores.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas, observada a prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores sobre as Quotas Subordinadas, não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas.

4.10. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

A partir de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja aplicada em Direitos de Crédito poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, nos Ativos Financeiros a seguir descritos:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Bacen;

- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- (iv) certificados e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro que sejam classificadas como *investment grade*; e
- (v) operações compromissadas lastreadas nos ativos referidos em (i), (ii) e (iii) acima.

O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

Os Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação (i) de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física e/ou (ii) de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não poderão exceder 20% do patrimônio líquido do Fundo.

Até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito originados por uma mesma pessoa jurídica, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Prazo para Reenquadramento (conforme abaixo definido) não se aplica para os limites de concentração previstos acima.

O Fundo poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou por empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador sem qualquer limitação. Adicionalmente, o Fundo não realizará aplicações em Direitos de Crédito de responsabilidade do Administrador e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e de coligadas, ou de sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, incluindo seus controladores, as sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum, no limite de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

O percentual referido acima poderá ser elevado até o limite de 100% (cem por cento) quando o Devedor ou coobrigado: (i) tenha registro de companhia aberta; (ii) seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Bacen; ou (iii) seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Durante o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser alocados nos Ativos Financeiros.

Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 9.17 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. **Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao *Benchmark*, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia".**

O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo poderá negociar com terceiros os Direitos de Crédito integrantes de sua Carteira, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, conforme quorum de deliberação descrito no item 4.14. abaixo, desde que as negociações sejam realizadas a taxa de mercado.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste item serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação previstos neste Capítulo por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos ("Prazo para Reenquadramento"), o Administrador deverá convocar, no 1º (primeiro) dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) aquisição de novos Direitos de Crédito para fins de reenquadramento da Carteira; (ii) realização de Amortização Extraordinária (conforme definida no item 4.19. abaixo), observado, no que couber, o disposto no Capítulo Doze abaixo; (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento; ou (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate das Quotas.

A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Custodiante, sendo que os Ativos Financeiros serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Custodiante, das Cedentes, dos Agentes de Cobrança, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Os investimentos do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco” na pág. 20 deste Prospecto.

4.11. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas

4.11.1. Patrimônio Inicial

O patrimônio inicial do Fundo (“Patrimônio Inicial”), após a Primeira Emissão, será formado por 160 (cento e sessenta) Quotas, sendo 8 (oito) Quotas Seniores e 152 (cento e cinquenta e duas) Quotas Subordinadas, com Preço de Emissão, na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando um patrimônio de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), sendo que o funcionamento do Fundo dependerá da colocação da totalidade das Quotas que compõem o Patrimônio Inicial.

4.11.2. Características das Quotas

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas classes, sendo uma única classe de Quotas Seniores e uma única classe de Quotas Subordinada.

Todas as Quotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas mantida pelo Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Quotas do Fundo.

4.11.3. Direitos Patrimoniais

As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. As Quotas Subordinadas serão pagas nas mesmas datas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas. As Quotas Subordinadas somente serão amortizadas na hipótese prevista no Capítulo Dez do Regulamento.

4.11.4. Direitos de Voto das Quotas

As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Enquanto houver Quotas Seniores em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Regulamento. Após o resgate integral de todas as Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.11.5. Razão entre Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 5% (cinco por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo (“Razão de Garantia”).

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador com base nas informações recebidas pelo Custodiante, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma “Data de Verificação”).

4.11.6. Oferta Pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão objeto de oferta pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de início da Oferta.

O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas.

As despesas relacionadas ao registro da oferta pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto no Capítulo Dezesseis do Regulamento.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembléia Geral de Quotistas.

O anúncio de início da oferta pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas apresentará os termos e condições da oferta pública, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento.

4.11.7. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, na forma do Anexo II ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 4.11.1. acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de integralização, na forma dos itens 4.11.9. e 4.11.10. abaixo.

A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor de investimento mínimo estabelecido no item 2.1.7. acima.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas com Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 6.2. abaixo.

A primeira data de emissão será a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo (“Primeira Data de Emissão”).

Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo (inclusive emissões de que trata o Capítulo Onze do Regulamento), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.11.9. e 4.11.10. abaixo.

A integralização das Quotas será efetuada por meio do Módulo de Distribuição de Cotas – MDC da CETIP e/ou de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

O extrato da conta de depósito emitido pelo escriturador é o documento hábil a demonstrar o número de Quotas de titularidade de cada Quotista.

4.11.8. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Seniores

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será correspondente a Remuneração da Quota Sênior incidente sobre o valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Quota Sênior} = VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)],$$

onde:

VII - é o valor inicial da Quota Sênior na Primeira Data de Emissão

(f1 x f2 x f3 x fj) – é o fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior calculado de acordo com a seguinte expressão:

Os termos f1, f2, f3,, fj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

onde:

Fj – é o fator diário da Taxa DI

Taxa Dij – corresponde à 100% (cem por cento) da Taxa DI, a partir da Primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, referente ao dia “j”.

S – corresponde ao percentual da Taxa DI igual a 115% (cento e quinze por cento), expressa em forma decimal (o “Fator Multiplicador”).

4.11.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do (i) valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto acima, pelo (ii) número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração (“Valor de Referência”), sendo que o valor de cada Quota Subordinada estará limitado ao respectivo Preço de Emissão acrescido da Remuneração da Quota Subordinada (“Valor Máximo das Quotas Subordinadas”).

- a) O Valor de Referência será calculado de acordo com a seguinte forma:

$$\text{VUQS} = \frac{\text{PL} - (\text{VIQ} \times \text{QS})}{\text{QSUB}}$$

Onde,

VUQS – valor unitário da Quota Subordinada em qualquer data de integralização ou resgate, conforme o caso, posterior a Primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas

PL – Patrimônio Líquido

VIQ – valor inteiro referencial da Quota Sênior apurado diariamente na forma da Cláusula 9.16

QS – número de Quotas Seniores em circulação na data de apuração do VUQS

QSUB – número de Quotas Subordinadas em circulação na data de apuração do VUQS

b) O Valor Máximo das Quotas Subordinadas será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VUQS = VU_0 \left(1 + \frac{TAXA\ Base}{100} \right)^{\frac{n}{252}}$$

Onde:

VUQS – valor unitário da Quota Subordinada apurado de acordo com a Taxa Base

Taxa Base – corresponde a 18% (dezoito por cento) ao ano, a partir da Primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas, referente ao dia “j”.

n – número de dias úteis entre a data da primeira integralização de Quotas Subordinadas e a respectiva data de apuração do Valor da Quota Subordinada.

VU0 – Valor unitário da Quota Subordinada na Primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas

Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro Período de Capitalização, na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, inclusive e (ii) para os demais Períodos de Capitalização, em cada data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo, inclusive, e termina na data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo imediatamente subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota.

4.11.10. Negociação das Quotas do Fundo

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão admitidas à negociação nos sistemas de negociação no SFF e no SOMAFIX e BOVESPA FIX operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado.

4.11.11. – Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão avaliadas pela Agência de Classificação de Risco. A classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será atualizada trimestralmente e poderá variar significativamente, de tempos em tempos, de acordo com o desempenho dos Direitos de Crédito e com o andamento das ações judiciais a que alguns dos Direitos de Crédito estão sujeitos.

Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas.

Caso haja rebaixamento da classificação de risco das Quotas em 1 (um) nível, será providenciada pelo Administrador a publicação de fato relevante, sem, contudo, tal rebaixamento ser considerado um Evento de Liquidação.

Caso haja rebaixamento da classificação de risco das Quotas em 2 (dois) níveis ou mais, além das providências relativas à publicação de fato relevante, deverão ser tomadas pelo Administrador, as providências relativas à ocorrência de um Evento de Liquidação.

4.11.12. Emissões de Novas Quotas

Emissões de novas Quotas Subordinadas do Fundo poderão ser realizadas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, nas hipóteses previstas no Regulamento. Emissões de novas Quotas Seniores somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas. Para os fins deste Prospecto as novas Quotas Subordinadas e as novas Quotas Seniores do Fundo serão referidas, indistintamente, como “Novas Quotas”.

Nas emissões de Novas Quotas do Fundo o valor das novas Quotas Subordinadas deverá sempre representar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo calculado “pro forma”, considerando as Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Nove a Quatorze do Regulamento do Fundo.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os atuais Quotistas não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 444/06 e da Instrução CVM n.º 400/03.

4.11.13. Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas

Caso o Administrador emita novas Quotas Subordinadas, a Cedente Líder, observado o disposto abaixo, se compromete a subscrever as novas Quotas Subordinadas que não sejam subscritas na oferta pública das novas Quotas Subordinadas, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças a ser celebrado entre as Cedentes e o Fundo (“Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas”).

O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que a Cedente Líder e as demais Cedentes, em caráter solidário, se comprometem a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo que não sejam subscritas na oferta pública de novas Quotas Subordinadas.

4.12. Distribuição de Resultados mediante Amortização de Quotas

4.12.1. Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações e Resgates

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização e/ou o resgate de Quotas, observado o disposto neste item.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Seniores, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Subordinadas, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, pelo valor da Quota no dia do respectivo pagamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Quatorze do Regulamento.

4.12.2. Condições de Amortização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

Observado o disposto neste item, as Quotas Seniores terão prioridade no recebimento de quaisquer valores devidos a título de amortização ou resgate.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas, de acordo com o cronograma previsto no Anexo V do Regulamento (cada, uma “Parcela de Amortização”). A amortização das Quotas Subordinadas observará a ordem de prioridade estabelecida no item 10.9. do Regulamento do Fundo.

Para os fins de que trata este Prospecto, cada data em que houver pagamento de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas será designada uma “Data de Amortização” e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas de cada série e emissão do Fundo será designada a “Data de Resgate” de tais Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas.

Para os fins de pagamento das Parcelas de Amortização e do resgate das Quotas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota, será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$A_i = \frac{QS_i}{(n - N)}$$

onde:

A_i = corresponde ao valor da parcela de amortização devida no ano em referência;

QS_i = corresponde ao valor da Quota Sênior ou da Quota Subordinada, conforme o caso, na respectiva Data de Amortização;

n = corresponde ao número de parcelas de amortização programada das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas; e

N = corresponde ao número de amortizações já efetuadas.

Os recursos disponíveis no Fundo em cada Data de Amortização serão alocados da seguinte forma: (i) no pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Seniores devida na respectiva Data de Amortização; (ii) no pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores, conforme abaixo definido; (iii) no pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Subordinadas devida na respectiva Data de Amortização; e (iv) no pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Subordinadas, conforme abaixo definido.

Caso em uma Data de Amortização, o Fundo não disponha de recursos em valor suficiente para o pagamento da Parcela de Amortização das Quotas Seniores devida na referida data (cada insuficiência de recursos referida como “Insuficiência”), referida amortização será efetuada até o limite dos montantes disponíveis no Fundo e o montante correspondente à diferença entre o valor da Insuficiência e o valor da Parcela de Amortização de Quotas Seniores efetivamente pagas pelo Administrador será incorporado ao valor devido na Parcela de Amortização de Quotas Seniores imediatamente subsequente, sendo as Parcelas de Amortização de Quotas Seniores prorrogadas nos termos deste item referidas como “Parcelas de Amortização Prorrogadas”.

Caso em uma Data de Amortização, após (i) o pagamento da Parcela de Amortização das Quotas Seniores e das eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores aos titulares das Quotas Seniores, o Fundo não disponha de recursos em valor suficiente para o pagamento da Parcela de Amortização das Quotas Subordinadas devida na referida data, referida amortização será efetuada até o limite dos montantes disponíveis no Fundo e o montante correspondente à diferença entre o valor da Insuficiência e o valor da Parcela de Amortização efetivamente paga pelo Administrador será incorporado ao valor devido na Parcela de Amortização de Quotas Subordinadas imediatamente subsequente, sendo as Parcelas de Amortização de Quotas Subordinadas prorrogadas nos termos deste item referidas como “Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Subordinadas”.

Caso o patrimônio líquido do Fundo venha a sofrer perdas em decorrência do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito não pagos ou declarados inexistentes ou inválidos, como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas. O valor das Quotas Seniores somente será afetado em virtude de perdas no patrimônio do Fundo em virtude do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade de Direitos de Crédito caso o valor total das Quotas Subordinadas não seja suficiente para referidas perdas.

4.13. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas Mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e/ou de Ativos Financeiros

Observado o procedimento disposto abaixo, caso o Fundo, quando de sua liquidação, não disponha de recursos em moeda corrente nacional em valor suficiente para o pagamento do resgate integral das Quotas, as Quotas que ainda não tenham sido resgatadas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. O disposto nesse item somente será aplicável às Quotas Seniores nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto no artigo 15, parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356/01.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo nos termos deste item será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item.

Para fins da dação em pagamento prevista neste item, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão considerados por seu valor contábil.

De acordo com o disposto neste Prospecto, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas.

Após a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas titulares de Quotas do Fundo em quantidade suficiente para o pagamento do resgate total de suas Quotas, os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros que ainda integrarem a Carteira do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos Agentes de Cobrança, nos termos abaixo definidos.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.14. abaixo.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a

constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Prospecto e deverá tomar todas as providências necessárias para liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas que detenha, individualmente, o maior número de Quotas em circulação.

A empresa contratada pelo Fundo fará a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios existentes e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos (contados da notificação referida acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos dispostos acima, indicará ao Administrador e a empresa contratada pelo fundo para guarda dos Direitos de Crédito, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

4.14. Assembléia Geral de Quotistas

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembléia Geral de Quotistas:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração do Fundo, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;

- (vii) deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo;
- (viii) sem prejuízo do disposto no Regulamento, aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento, de acordo com o disposto no item 4.13. acima;
- (ix) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste item;
- (x) aprovar a emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, após a Primeira Emissão; e
- (xi) aprovar a prorrogação do prazo de duração do Fundo.

Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima e, enquanto existirem Quotas Seniores, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas, observado o disposto no item 4.11.4. acima, somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (iii), (v) e (vi) acima. Quando não mais existirem Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas, observado o disposto no item 4.11.4. acima, terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembléia Geral de Quotistas.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iv), (vii), (viii), (ix), (x) e (xi) acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas e não estejam expressamente indicadas neste item, dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Seniores em circulação.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (iii), (v) e (vi) acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a totalidade das Quotas emitidas e, em segunda convocação pela maioria das Quotas presentes.

Para os fins deste Prospecto, entende-se por (i) "Quotas Seniores em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Seniores em circulação; e (ii) "Quotas Subordinadas em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Subordinadas em circulação que tenham seu direito de voto assegurado nos termos do item acima.

As "Quotas Seniores em circulação e com direito a voto" e as "Quotas Subordinadas em circulação e com direito a voto" serão, para os fins deste Prospecto, em conjunto denominadas "Quotas em circulação e com direito a voto".

A Assembléia Geral de Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas, pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, desde que o respectivo representante dos Quotistas (i) seja Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, (ii) não exerça cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exerça cargo nas Cedentes.

O Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, por força de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento perante a CVM.

A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, (i) por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à data estabelecida para a realização da Assembléia Geral de Quotistas, observado que a convocação deverá indicar sempre o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas, assim como os assuntos a serem tratados.

Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação da Assembléia Geral de Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante convocação na forma referida acima. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as convocações enviadas aos Quotistas ou publicadas, nos termos acima, deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a único e exclusivo critério do Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto na deliberação em questão, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis, a Assembléia Geral de Quotistas solicitada pelos Quotistas do Fundo.

As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto em todas as deliberações do dia.

Somente poderão votar na Assembléia Geral de Quotistas, os Quotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Poderão votar na Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto acima, os Quotistas que constarem do registro de quotistas no útil imediatamente anterior à data de realização da respectiva assembléia.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização, por meio de (i) carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

4.15. Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados diariamente de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base no Preço de Aquisição ou no Valor Atribuído ao Direito de Crédito, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Administrador constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referentes aos Direitos de Crédito, de acordo com os procedimentos estabelecidos abaixo, nos termos da regulamentação em vigor, devendo manter o Administrador e o Custodiante informados das provisões constituídas.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações quanto ao montante, a natureza e as faixas de vencimento, quando aplicáveis, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

4.16. Procedimentos para Avaliação dos Créditos de Liquidação Duvidosa

Nos termos do Regulamento do Fundo, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão contabilizados com base em seu Preço de Aquisição ou com base no Valor Atribuído ao Direito de Crédito, conforme definidos no Contrato de Cessão. O Preço de Aquisição e o Valor Atribuído ao Direito de Crédito já consideram a avaliação das chances de êxito ou do valor estimado de recuperação das ações judiciais e a situação creditícia dos Devedores na data da cessão, não havendo, assim, inicialmente, qualquer provisionamento no Fundo.

Os Agentes de Cobrança deverão entregar ao Administrador, trimestralmente e sempre que houver alguma alteração na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, os relatórios dos advogados externos contratados pelos Agentes de Cobrança para a condução de referidas ações judiciais.

O Administrador analisará os relatórios recebidos dos Agentes de Cobrança e, de acordo com as informações recebidas, deverá tomar as seguintes providências:

(a) Caso haja alteração na avaliação das chances de êxito de uma ou mais ações judiciais, deverão ser considerados os seguintes percentuais de provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação aos Direitos de Crédito objeto de referidas ações:

- (i) Mudança da chance de êxito de provável para possível – Constituição de provisão em valor equivalente a 25% do valor contábil do crédito.
- (ii) Mudança da chance de êxito de possível para remoto – Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.
- (iii) Mudança da chance de êxito de provável para remoto – Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.

(b) Caso haja diminuição no valor estimado de recuperação de referida ação judicial, inclusive em virtude de perícia judicial, o Administrador deverá constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação a referido Direito de Crédito no percentual de referida diminuição.

(c) Caso haja uma melhora na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, os valores provisionados para referido Direito de Crédito deverão ser revertidos de acordo com os percentuais provisionados.

Em caso de qualquer alteração na provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação aos Direitos de Crédito, o Administrador deverá informar imediatamente o Custodiante das providências tomadas.

Adicionalmente, o Administrador deverá consultar trimestralmente as centrais de informações do SERASA e/ou EQUIFAX e/ou SPC, bem como outras informações disponíveis ao público para apurar se ocorreu alguma alteração relevante na situação creditícia de cada um dos Devedores dos Direitos de Crédito, de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Existência de títulos protestados, cujo valor, individual ou total, seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (b) Emissão de cheques sem fundo de qualquer valor;
- (c) Existência de inadimplemento da obrigação pecuniária, cujo valor seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (d) Existência de ações judiciais em varas cíveis estaduais, cujo valor seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

- (e) Existência de ações executivas em varas federais, cujo valor seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (f) Na hipótese do Devedor ser uma empresa pública e/ou autarquia, federal, estadual ou municipal, não serão aplicados os critérios previstos nas letras “a” a “e” acima, devendo ser verificado o enquadramento do respectivo Devedor nos limites de gestão de recursos públicos exigidos pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (“Lei de Responsabilidade Fiscal”).

Caso sejam apuradas alterações relevantes na situação creditícia dos Devedores, de acordo com os critérios acima, o Administrador, trimestralmente, deverá considerar os seguintes percentuais de provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação aos respectivos Devedores:

- (a) Caso seja verificada a ocorrência de uma das condições previstas nas letras “a”, “b” e “c” acima - Constituição de provisão em valor equivalente a 25% do valor contábil do crédito.
- (b) Caso seja verificada a ocorrência de uma das condições previstas nas letras “d” e “e” acima - Constituição de provisão em valor equivalente a 50% do valor contábil do crédito.
- (c) Caso seja verificada a ocorrência de uma das condições previstas nas letras “d” e “e” acima, cujo valor seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) - Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.
- (d) Caso seja verificada a ocorrência da condição prevista na letra “f” acima - Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.

No caso de Devedores com sede no exterior, o Administrador não realizará a análise trimestral da situação creditícia de referidos Devedores para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, exceto nos casos em que o Administrador venha a tomar conhecimento da ocorrência de situações que indiquem a alteração da situação creditícia de referidos Devedores.

Para fins de análise da situação creditícia, no caso da União Federal ser devedora de algum dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, deverá ser constituída provisão equivalente a 100% do valor contábil do crédito no caso de declaração de moratória.

Tendo em vista que a situação creditícia dos Devedores na data da cessão já foi considerada na definição do Preço de Aquisição ou do Valor Atribuído ao Direito de Crédito, conforme definidos no Contrato de Cessão, somente serão

considerados para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa apontamentos que venham a ser feitos em nome dos Devedores a partir da data da cessão.

4.17. Eventos de Liquidação do Fundo

Poderão ser considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) renúncia do Custodiante, sem que suas funções sejam assumidas por uma nova instituição, nos termos definidos no respectivo contrato de custódia;
- (ii) não observância pelo Administrador dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não nomear instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos no Regulamento;
- (iv) na hipótese de a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo, após a realização da Primeira Emissão do Fundo e/ou durante o prazo de funcionamento do Fundo, ser rebaixado em 2 (dois) níveis ou mais;
- (v) na hipótese de o Administrador chamar aportes adicionais de recursos no Fundo e os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas não aceitarem realizar a subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas;
- (vi) na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas o determinar, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item abaixo, mesmo sem qualquer justificativa ou razão; e
- (vii) na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas imediatamente para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada acima, que será instalada por ao menos um titular de Quotas, os titulares de Quotas poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 4.14. acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas do Fundo com direito à voto em referida Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação de que trata a Capítulo Quinze abaixo, que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Quotas em até 90 (noventa) dias corridos contados da

data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que todas as Quotas do Fundo deverão ser resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas (“Prazo para Resgate Antecipado”), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, conforme disposto nos itens 4.10.9. e 4.10.10. acima, e mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) disponíveis;
- (ii) como regra geral, os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores; e
- (iii) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas titulares das Quotas Seniores receberão qualquer eventual saldo que o Fundo detenha em moeda corrente nacional de forma pro rata e os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros serão entregues aos Quotistas titulares das Quotas Seniores, se for o caso e aos Quotistas titulares das Quotas Subordinadas em pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no item 4.13. acima.

4.18. Enquadramento da Razão de Garantia

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto no item 4.17. acima, conforme o caso.

4.19. Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Alocação Mínima em Direitos de Crédito

O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, amortização extraordinária das Quotas em circulação (a “Amortização Extraordinária”), pelo valor atualizado das Quotas em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida neste Prospecto.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste item, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas do Fundo, independentemente da classe ou série em questão, de forma proporcional e em igualdade de condições.

4.20. Divulgação de Informações

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

A divulgação de informações de que trata o disposto acima será feita no Diário do Comércio e da Indústria - DCI, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

4.21. Forma de Divulgação de Informações

As publicações previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no jornal Diário do Comércio e da Indústria - DCI. O correio eletrônico é considerado como forma válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, as Cedentes e os Quotistas. Qualquer mudança, com relação ao periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

4.22. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os Quotistas poderão entrar em contato conforme dados a seguir:

Administrador:

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Website: www.concordia.com.br

Telefone: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

Correio Eletrônico: concordia.sp@concordia.com.br / joelrosa@concordia.com.br

4.23. Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração cobrada pelo Administrador, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia dos Ativos Financeiros;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e

- (xi) despesas com eventual profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, conforme previsto no item 4.12. acima.

As despesas não previstas no item acima, não serão consideradas como encargos do Fundo, mas correrão por conta do Administrador.

O pagamento das despesas de que trata o disposto acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada do Fundo pelo Administrador e não excedam o valor da taxa de administração.

Na administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito as despesas previstas no subitem (vi) do item 16.2 acima serão suportadas pelos Agentes de Cobrança e reembolsadas semestralmente pelo Fundo na forma prevista no Contrato de Cessão.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

4.24. Regras de Tributação do Fundo

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.24.1. Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os

Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689/00, estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

IR

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- (i) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (a) no Brasil; e
 - (b) no exterior; e
- (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
 - (a) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (b) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- (a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

- (b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância ao disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas:

- (i) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
- (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;
- (iii) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e
- (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

(c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 (“Quotistas Qualificados”), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade (“Paraíso Fiscal”).

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

(a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

(b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).

(c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, a partir de 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.24.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, a partir de 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o reestabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja reestabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

4.25. Mecanismos de Gerenciamento de Riscos

No gerenciamento de riscos, a área de gerenciamento de risco do Administrador monitora diariamente o nível de exposição a risco da Carteira do Fundo, utilizando: “*Value at Risk*” (VaR) e análise de “stress”, e também acompanha o enquadramento da Carteira do Fundo dentro dos limites estabelecidos no Regulamento e a aderência à política de investimento do Fundo. Os métodos utilizados pelo Administrador para gerenciar os riscos a que o Fundo se encontra sujeito, não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, ficando esclarecido, ainda, que em situações anormais de mercado, referido sistema de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida. Sendo assim, o Administrador não poderá ser responsabilizada por qualquer depreciação da Carteira do Fundo e/ou por eventuais prejuízos que os Quotistas venham a sofrer em caso de liquidação do Fundo ou resgate de suas cotas, exceto nas hipóteses de comprovada culpa ou dolo por parte do Administrador.

4.26. Contratos Relevantes do Fundo

4.26.1. Compromisso de Subscrição

O Fundo e as Cedentes, celebraram o “Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças”, cujos principais termos são descritos abaixo.

Por intermédio do Compromisso de Subscrição, as Cedentes obrigam-se a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas que não sejam subscritas em distribuição pública de emissão do Fundo. A integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas será realizada no ato da subscrição, mediante o pagamento, pelas Cedentes do Preço de Integralização.

As Quotas Subordinadas que não tenham sido colocadas durante a distribuição pública serão integralizadas pelas Cedentes com Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade, nos termos do Contrato de Cessão. As Novas Quotas Subordinadas

serão integralizadas pelas Cedentes exclusivamente em moeda corrente nacional, mediante a transferência do montante correspondente ao Preço de Integralização em recursos imediatamente disponíveis para a conta corrente de titularidade do Fundo a ser por este informada à Cedente Líder.

4.26.3. Contrato de Cessão

O Fundo, a MDC e as Cedentes celebraram o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, por meio do qual as Cedentes concordaram em ceder os Direitos de Crédito ao Fundo. O Contrato de Cessão contém ainda os termos e condições da prestação de serviços pelos Agentes de Cobrança.

Os termos do Contrato de Cessão estão previstos na seção “Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo” deste Prospecto.

4.26.4. Contrato de Custódia

O Fundo e o Custodiante celebraram o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados”.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante prestará todos os serviços de Custódia e de Controladoria do Fundo, além das obrigações previstas na Instrução CVM 356/01, e das obrigações previstas no Regulamento e no Prospecto do Fundo.

5. OS DIREITOS DE CRÉDITO

(página intencionalmente deixada em branco)

OS DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. Introdução

Nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes cederão ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, e observado o disposto na Cláusula Primeira do Contrato de Cessão, Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes. Esta seção contém informações gerais sobre os Direitos de Crédito. Com relação aos Direitos de Crédito objeto de discussão judicial, recomenda-se a análise do processo para a tomada de decisão com relação à possibilidade de êxito do Fundo nas ações.

Importante ressaltar que as informações constantes das tabelas abaixo são atualizados até a data deste Prospecto.

Cedente	IESA Projetos
Autor	IESA Projetos
Réu	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
Vara	13º Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro
Ação	Ordinária de Cobrança
Processo n.º	2007.001.004794-6
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.921.114,74 / data-base: 31/10/2006.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 15.673.259,60 (até 31.01.2009) / IGPM + 1% ao mês
Garantia	Não há.
Perícia	Não há.
Valor do Laudo	Não há.
Data do laudo	Não há.
Objeto	Cobrança de faturas em aberto e CM e juros sobre faturas pagas em atraso.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Conforme TJ o processo foi remetido para Ministério Público para ter ciência das contra-razões de apelações.

Cedente	IESA Projetos
Autor	IESA Projetos
Réu	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
Vara	Não há.
Ação	Não há.
Processo n.º	Não há.
Valor envolvido/ data base	R\$ 20.242.435,85/ data-base:31/12/2007.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 10.920.060,01 (até 31.01.2009) / Reajuste Contratual
Garantia	
Perícia	
Valor do Laudo	
Data do laudo	
Objeto	Avanço físico contratual realizado não cobrado.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	

Cedente	INEPAR Participações
Autor	INEPAR Participações
Réu	Governo do Estado de Santa Catarina
Contrato	Não há
Vara	30ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro – RJ
Ação	Ação Declaratória e de Obrigação de Fazer com Preceito Cominatório e Antecipação Liminar de Tutela.
Processo n.º	99.0014246-2
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.000.000,00 / data-base: 07/06/1999
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.995.738,47 (até 31.01.2009) / SELIC.
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto:	Fato ensejador do processo: Declaração de existência, validade e eficácia das Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, bem como, o resgate das letras emitidas mediante o pagamento do valor de face dos títulos, pelo valor unitário da data do efetivo resgate, acrescido de remuneração pactuada.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto:	Aguardando julgamento do Recurso Especial.

Cedente	INEPAR Energia
Autor	INEPAR Indústria e INEPAR Energia
Réu	ENELPOWER S.p.A
Contrato	Não há
Vara	Paris, França/ Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional
Ação	Arbitragem
Processo n.º	14735/COO
Valor envolvido/ data base	R\$ 201.659.950,00 / data-base: 26/04/2007 (US\$ 113.900.000,00)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 263.815.180,00 (até 31.01.2009) / Dólar (US\$ 113.900.000,00).
Garantia	Não há
Perícia	Embora no bojo da arbitragem não tenha sido produzida prova pericial, o Banco Fator, a pedido da IIC e IESA, fez análise dos prejuízos por elas experimentados.
Valor do Laudo	US\$113.900.000,00
Data do laudo	Julho de 2005.
Objeto	Indenização por perdas e danos.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Em fase de elaboração dos “Terms of Reference” (Termo de Arbitragem).

Cedente	INEPAR Energia
Autor	INEPAR Energia
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
Réu	Gerdau S.A.
Vara	15ª Vara Cível de Curitiba
Ação	Ação de revisão de cláusula contratual c/c pedido de liberação de valor depositado a título de caução
Processo n.º	589/2004
Valor envolvido/ data base	R\$ 5.567.236,08 / data-base: 19/01/2004
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 11.503.974,51 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Garantia	Não há
Perícia	Não há

Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto	<p>Ação ajuizada pela INEPAR, visando ao recebimento de R\$ 4.500.000,00. De acordo com o Contrato celebrado entre as partes, que tem como objeto a compra e venda de ações de emissão da Dona Francisca Energética S.A., a autora prometeu ceder à Ré a totalidade de ações que possuía na companhia, pelo preço total de R\$ 20.000.000,00. Do total do preço faltou parcela de R\$ 4.5000.000, que ficou condicionada à solução de demanda que o MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica) move em face da D. Francisca com relação a valores em tese devidos por conta de preço de fornecimento de energia elétrica (autos n. 2002.304.00.036.306-5, da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal). Caso não houvesse a solução da demanda, a INEPAR poderia receber esse valor desde que desse em caução debêntures providas de uma 5ª emissão a ser feita pela INEPAR S.A. Indústria e Comércio. Essa condição não se implementou, pois a INEPAR S.A. Indústria e Comércio fez apenas a 4ª emissão de debêntures, mas não a 5ª.</p> <p>Mesmo não tendo havido o implemento da condição, a Autora alega que a precisão da 5ª emissão não seria categórica, pois seria apenas de cunho procedimental e não substancial.</p>
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto:	Autos conclusos para sentença com a Juíza Leticia Marina Conte. Ainda não foi proferida a sentença.

Cedente	INEPAR Energia
Autor	INEPAR Energia
Réu	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
Vara	5ª Vara Cível de Curitiba
Ação	Protesto
Processo n.º	546/05
Valor envolvido/ data base	R\$ 33.335.240,66 / data-base: 24/12/2002
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.461.581,62 (até 31.01.2009) / IGPM.
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto:	<p>A autora é detentora de 30% do capital de Dona Francisca que celebrou contrato com a Gerdau para venda das suas ações. O preço foi de R\$ 20 milhões, a parcela adicional do preço estava condicionada a dois eventos futuros e incertos: pelo MAE e o desfecho da ação judicial de Dona Francisca com o MAE para declarar a inexistência de débito. Assim a autora requer que Dona Francisca provisione contabilmente as demonstrações financeiras de 2004, o valor líquido dos créditos recebidos do MAE, bem como os créditos que vier a receber e depósito em juízo.</p>
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto:	Com a notificação da GERDAU os autos foram retidos em carga definitiva e estão arquivados no escritório Peregrino.

Cedente	INEPAR Equipamentos
Autor	INEPAR Equipamentos
Réu	Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – MetrôRJ
Contrato	1017/75
Vara	8ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro -RJ
Ação	Ação Ordinária de Cobrança
Processo n.º	2006.001.00.003159-5
Valor envolvido / data base	R\$ 1.271.993,22 / (R\$ 184.384,48 com data-base de 18/03/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 11/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 13/11/1998, R\$ 150.460,12 com data-base de 20/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 21/11/1998, R\$ 70.489,07 com data-base de 31/08/1998, 42.236,49 com data base de 30/06/1998, R\$ 18.796,46 com data-base de 15/10/1998 e R\$ 128.556,06 com data-base de 19/01/1999)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 5.110.855,85 (até 31.01.2009) / UFIR + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Garantia	Não há.
Perícia	Não há.
Valor do Laudo	Não há.
Data do laudo	Não há.

Objeto	Cobrança de notas fiscais-faturas relativas aos serviços prestados e materiais fornecidos pela INEPAR Equipamentos.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Despacho aguardando publicação: "1- Em réplica. 2- Ao MP. 3- Após direi sobre o pedido formulado às fls. 386/388". Atualmente os autos encontram-se conclusos com o juiz
Cedente	INEPAR Equipamentos
Autor	INEPAR Equipamentos
Réu	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
Vara	11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP
Ação	Ordinária de cobrança
Processo n.º	053.06.100.374-3
Valor envolvido / data base	R\$ 465.242,91 / (R\$ 243.707,40 com data-base de 21/02/2001 e R\$ 221.535,51 com data-base de 18.01.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 1.437.261,03 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto	Cobrança de notas fiscais emitidas pela Ré, em contraprestação aos serviços prestados de acordo com o contrato 0076121000, celebrado em 24.04.1992, que tinha como objeto a prestação de serviços de engenharia, o fornecimento e montagem de equipamentos, materiais e componentes da via permanente do metrô, destinados à extensão norte da linha norte-sul.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Autos em apenso ao feito nº 354/04, que tem tramitação conjunta. Aguarde-se aquele feito chegar à fase do despacho saneador, ou do julgamento no Estado
Cedente	INEPAR Equipamentos
Autor	INEPAR Equipamentos
Réu	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
Vara	4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo-SP
Ação	Ordinária
Processo n.º	053.04.026802-3
Valor envolvido / data base	R\$ 10.345.426,20 / data-base: 01/07/1994
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.338.120,04 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto	A INEPAR Equipamentos busca nesta ação a indenização pelos prejuízos suportados e não remunerados decorrentes das sucessivas prorrogações dos prazos do contrato firmado com o Metrô/SP.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Aguarda apresentação da proposta de honorários pelos peritos.
Cedente	INEPAR Indústria
Autor	INEPAR Indústria
Réu	ABB Ltda. (Asea Brown Boveri)
Contrato	PG 002
Vara	7ª Vara Cível – Osasco
Ação	Ordinária de Devolução de Indébito cumulada com Cobrança
Processo n.º	405.01.2002.043991-1 – nº ordem controle 1651/2002
Valor envolvido / data base	R\$ 7.736.843,14 (R\$ 3.773.843,14 com data-base de 21.05.2002 e R\$ 3.963.000,00 com data-base de 22.08.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 24.728.918,85 (até 31.01.2009) / IGPM + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Garantia	Não há.
Perícia	Perícia contábil concluída e perícia de engenharia em andamento.
Valor do Laudo	R\$ 3.963.000,00

Data do laudo	26.09.2005
Objeto	Contrato de sub-empregada em regime de "turn-key" PG002, referente a contrato para construção de trecho de 179.456 km da linha de transmissão em 500 kV Ita-Garabi – segundo tramo entre Brasil e Argentina, com fornecimento de materiais e serviços. Pedidos: (i) restituição dos R\$ 3.773.843,14 (data-base 21.05.2002) indevidamente recebidos pela ABB do Banco Mercantil do Brasil S/A em razão de execução de fiança bancária garantidora de <i>performance</i> do contrato e (ii) cobrança de R\$ 3.963.000,00 (data-base 22.08.2002) em razão dos custos adicionais que a INEPAR Indústria despendeu face à dilação dos prazos contratuais ocasionada pela ABB.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	De acordo com o site do T.J. o processo está com perito desde 28.12.07.

Cedente	INEPAR Indústria
Autor	INEPAR Indústria
Réu	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE
Contrato	CEEE/AT/201-9911697 e CEEE/AT/201-9911694
Vara	8ª Vara Cível de Porto Alegre e 18ª Vara Cível de Porto Alegre
Ação	Cobrança
Processo n.º	001/1050211424-3 e 001/1050245997-6
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.155.272,90 / (R\$ 999.377,37 com data-base de 01/05/2004 e R\$ 2.155.895,53 com data-base de 24/10/2006)
Valor envolvido atualizado/ Índice de atualização	R\$ 6.951.214,01 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto	Trata-se de ação de cobrança proposta pela INEPAR Indústria em face da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE pleiteando o pagamento da quantia de R\$ 999.377,37 pelos serviços de construção da Subestação Pelotas 3. Suspensão do processo desde 15.12.05. Aguardando o trâmite da ação de anulação de título.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Ação de Anulação de Título nº 001/1.05.0132718-9 => A INEPAR ainda não foi citada para contestar a Ação de Anulação. O processo aguarda em cartório providências da CEEE visando a citação da INEPAR

Cedente	INEPAR Indústria
Autor	INEPAR Indústria
Réu	DETRAN/MT – Departamento Estadual de Trânsito e Município de Cuiabá
Contrato	021/96
Vara	1ª Vara da Fazenda de Cuiabá
Ação	Ordinária de cobrança
Processo n.º	2216/2004
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.704.555,59 / data-base: 31/01/2003.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 8.240.471,01 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês
Garantia:	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo:	Não há
Objeto:	Cobrança de valores como contraprestação de serviços de instalação de lombadas eletrônicas e controle de tráfego Autos conclusos com juiz - A ação encontra-se em fase de saneamento, ou seja, o Juiz irá analisar quanto a abertura da instrução ou julgamento do processo no estado em que se encontra. Como os documentos comprobatórios do direito da INEPAR Indústria estão nos autos e na medida em que as defesas apresentadas pelos Réus deixaram de impugnar parte relevante das importâncias cobradas, a INEPAR Indústria requereu o julgamento do processo na fase que se encontra. Alternativamente, na hipótese do reconhecimento da tese dos Réus de somente serem devidas as infrações arrecadadas, a INEPAR Indústria requereu que o volume das infrações arrecadadas e não pagas seja apurado na fase de liquidação da sentença.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto:	

Cedente: Autor: Réu: Contrato Vara: Ação: Processo n.º: Valor envolvido/ data base Valor envolvido atualizado / Índice de atualização Garantia Perícia Valor do Laudo Data do laudo Objeto: Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	INEPAR Indústria INEPAR Indústria Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte SUP2.7.5.0240.0 19ª Vara Cível de Brasília Cobrança 2004.01.1.033304-9 R\$ 1.986.809,65 / Data base: 31/03/2004 R\$ 4.005.854,39 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês Não há Não há Não há Não há Trata-se de ação de cobrança de valores devidos a título de correção monetária e juros de mora sobre os pagamentos efetuados em atraso pela Eletronorte e reajustamento dos preços do contrato com a liberação da glosa aplicada indevidamente por esta. Autos conclusos com o juiz para prolação de sentença. Todavia as partes solicitaram suspensão do processo para tentativa de acordo. No momento, conforme consta no site do TJ, está superado o prazo de suspensão requerido nos autos, requerendo que as partes apresentem o interesse processual e requeiram o que for de direito.
Cedente Autor Réu Contrato Vara Ação Processo n.º Valor envolvido/ data base Valor envolvido atualizado / Índice de atualização Garantia Perícia Valor do Laudo Data do laudo Objeto: Último Andamento do Processo na data deste Prospecto:	INEPAR Indústria INEPAR Indústria Manaus Energia S.A. MEAS.1.4.0006 10ª Vara Cível da Comarca de Manaus – AM Ação de Execução de Título Extrajudicial 001.05.043.326-2 R\$ 8.146.556,12 / data-base: 21/11/2004. R\$ 15.106.853,30 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês Não há. Não há. Não há. Não há. A Inepar busca com a presente ação a apresentação a condenação da Manaus Energia ao pagamento dos valores devidos em decorrência: (i) da prorrogação do prazo contratual para além do inicialmente previsto, por falta da administração que gerou prejuízos diretos e indiretos; (ii) da correção monetária pelos reiterados atrasos nos pagamentos dos serviços prestados e materiais entregues; (iii) indenização por perdas e danos. Aguardando a designação do perito e a abertura do prazo para apresentação de quesitos e indicação do nosso assistente técnico.
Cedente Autor Réu Contrato Vara Ação Processo n.º Valor envolvido / data base Valor envolvido atualizado / Índice de atualização Garantia Perícia	INEPAR Indústria Expansão Projetos e Montagens Elétricas Ltda. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo Não há. 1ª Vara Cível de Nova Friburgo/RJ Ação declaratória de validade de contrato 2005.037.003105-1 R\$ 361.762,91 / data-base: 04/02/1994 R\$ 21.066.190,72 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês. Imóvel de propriedade de um dos sócios da Expansão, Aldo Vendramin, matriculado sob o n.º 14.314 do Cartório de Imóveis de Guaratuba/PR, sito à rua Jaguariaiva, 240, apartamento 41, no valor de R\$ 300.000,00 Sim

Valor do Laudo	R\$ 4.231.000 ,00
Data do laudo	06.07.1997
Objeto	<p>O Município expediu o edital de concorrência pública n.º 002/93, no qual a autora obteve a adjudicação e assinou o contrato de fornecimento de materiais de iluminação e de mão-de-obra especializada em 04.02.1994. Nele, ficou estabelecido que o pagamento das prestações se daria junto ao BANERJ, através da outorga de procuração da contratante à contratada, nas cotas partes do ICMS e do respectivo empenho orçamentário (cláusula 3.4).</p> <p>Dessa forma, o Município, o BANERJ e a Expansão celebraram contrato pelo qual o Município contratou o Banco para, em seu nome, pagar a Expansão, por conta do Fundo de Participação do ICMS. Esse contrato, na verdade, é um aditamento ao contrato de fornecimento de materiais de iluminação, pelo qual o BANERJ comparece na forma de interveniente, se comprometendo a efetuar os bloqueios das quantias necessárias ao cumprimento dos compromissos, ressalvada a prioridade de outros credores. No entanto, há cláusula expressa neste aditamento estabelecendo que o BANERJ não responde, em hipótese alguma, pela falta de pagamentos ou regularização de parcelas em atraso ocasionadas em razão da insuficiência ou inexistência de recursos oriundos das quotas de ICMS.</p> <p>As obras objeto do contrato foram realizadas a contento e recebidas pelo Município, só faltando a realização do pagamento. Contudo, o Município revogou a procuração dada ao Banco, revogando assim os pagamentos efetuados à Expansão pelo Banco em nome do Município. Dessa forma, ingressaram com a presente ação visando declarar a existência da relação jurídica entre as partes.</p>
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Autos conclusos com juiz.

Cedente	INEPAR Indústria
Autor	INEPAR Indústria
Réu	Prefeitura Municipal de Chapecó
Contrato	Não há.
Vara	Vara da Fazenda Pública de Chapecó/SC
Ação	Execução de Sentença
Processo n.º	018.89.000093-7/0001
Valor envolvido / data base	R\$ 6.554.113,39 / data-base: 09/07/1997.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.764.709,43 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto	A presente execução originou-se por serviços prestados pela empresa credora/exequente, não pagos no momento oportuno pela municipalidade, sendo a sentença julgada procedente, gerando assim o título de crédito, como não ocorreu o pagamento pela municipalidade, no momento estamos executando a sentença.
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	Aguardando pagamento dos precatório.

Cedente	INEPAR Indústria
Autor	INEPAR Indústria
Réu	Prefeitura Municipal de Londrina
Contrato	Contrato de prestação de serviços para controle de tráfego com utilização de equipamentos e programas de informática, que entre si fazem a prefeitura do Município de Londrina e a empresa Inepar S/A indústria e Construções, conforme processo de inexigibilidade de licitação (Art.25, Caput – Justificativa Anexa) de 26/05/1995.
Vara	10ª Vara Cível de Londrina/PR
Ação	Ação de Rito Ordinário
Processo n.º	001/96
Valor envolvido / data base	R\$ 4.339.566,14 / (R\$ 35.973,00 com data-base de 30/10/1995, R\$ 94.691,00 com data base de 30/11/1995, R\$ 174.135,10 com data base de 30/01/1996, R\$ 96.397,20 com data base de 29/02/1996, R\$ 91.899,72 com data base de 30/03/1996, R\$ 128.227,60 com data base de 30/04/1996, R\$ 200.047,19 com data base de 30/06/1996, R\$ 80.600,55 com data base de 30/07/1996, R\$ 185.429,13 com data base de 30/08/1996, R\$ 150.934,44 com data base de 30/09/1996, R\$ 107.035,89 com data base de 30/10/1996, R\$ 218.814,22 com data base de 30/11/1996, R\$ 149.450,35 com data base de 30/12/1996, R\$ 125.760,39 com data base de

Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	30/01/1997, R\$ 156.385,35 com data base de 28/02/1997, R\$ 116.536,84 com data base de 30/03/1997, R\$ 95.999,66 com data base de 30/06/1997, R\$ 116.754,34 com data base de 30/12/1997, R\$ 89.624,15 com data base de 30/03/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/04/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/05/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/06/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/07/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/08/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/09/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/10/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/11/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/12/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 10/02/1999, R\$ 211.618,06 com data base de 28/02/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/03/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/04/1999, R\$ 249.246,92 com data base de 30/06/1999).
Garantia	Não há
Perícia	Não há
Valor do Laudo	Não há
Data do laudo	Não há
Objeto	<p>O Ministério Público do Estado do Paraná propôs ação civil pública declaratória de nulidade do procedimento de inexigibilidade de licitação para contratação de prestação de serviços para controle de tráfego com utilização de equipamentos e programas de informática cumulado com pedido condenatório e sucessivo de declaração de ineficácia dos atos administrativos praticados.</p> <p>Em 05.05.1995, o Município de Londrina firmou contrato de prestações de serviços para controle de tráfego mediante utilização de equipamentos e programas de informática com a empresa INEPAR S.A. Ind.e Construções.</p> <p>O M.P alega que o contrato foi firmado sem observar os trâmites legais, qual seja, a ausência de licitação.</p> <p>O acórdão foi provido em parte, porque a nulidade do contrato, não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que tenha executado, sendo que foi provado que não houve enriquecimento ilícito. Dessa forma a sentença já transitou em julgado em nosso favor.</p>
Último Andamento do Processo na data deste Prospecto	

A linha “Data base” das tabelas tem como definição as datas base de cada um dos casos, oriundas das informações fornecidas nos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que os Documentos Comprobatórios apresentam grande variação de critério para fixação da data base – tais como data de final do contrato, data de vencimento de faturas, data de ajuizamento da ação – a data base de correção desses débitos pode ser alterada pelo Poder Judiciário, se o pleito chegar à esfera judicial, podendo haver reflexo no valor atualizado do crédito.

A linha “Valor envolvido atualizado” é a atualização do valor da obrigação principal da obrigação do Devedor respectivo, atualizado segundo os índices de correção monetária indicados na tabela acima. As datas-bases fornecidas nos documentos comprobatórios para o cálculo dessas atualizações podem sofrer variação quando do cálculo judicial do débito, na medida em que o Judiciário pode decidir, por exemplo, que os juros de mora somente serão aplicáveis a partir da data da citação do respectivo réu.

Na linha “Perícia”, quando há perícia sendo realizada, mas ainda não concluída, o respectivo campo foi preenchido com “não”.

A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras e condições estabelecidas no Contrato de Cessão, celebrado entre o Fundo e as Cedentes.

Dentre os Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo, existe um Devedor, a Gerdau S.A., que possui um percentual acima de 10% em relação a todos os Direitos de Crédito do Fundo. Por ser esta devedora uma companhia aberta, com devido registro na CVM, todas as suas informações, tais como demonstrações financeiras atualizadas, podem ser encontradas e estão disponíveis no site da CVM: www.cvm.gov.br.

5.2. Documentos Comprobatórios

Na Data de Aquisição e Pagamento e/ou na Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes deverão entregar ao Fundo cópia dos Documentos Comprobatórios que formalizam e representam os Direitos de Crédito.

As vias originais dos Documentos Comprobatórios permanecerão em posse da Cedente Líder, que se obriga a manter, até a liquidação do Fundo, os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças.

Adicionalmente, a Cedente Líder obriga-se a entregar ao Fundo e/ou ao Custodiante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo inferior, caso seja exigido por autoridade competente) contados do recebimento de solicitação por escrito, as vias originais dos Documentos Comprobatórios que lhe sejam solicitados.

A Cedente Líder ficará dispensada da obrigação de apresentar a via original dos Documentos Comprobatórios que lhe sejam solicitados nos termos do item 5.3. do Contrato de Cessão na hipótese de tais vias originais serem parte integrante do processo relativo a um ou mais Direitos de Créditos.

Sem prejuízo do disposto no item 5.3. do Contrato de Cessão, a Cedente Líder garantirá o acesso irrestrito do Fundo, do Custodiante e/ou de terceiros por estes indicados aos Documentos Comprobatórios, podendo o Fundo, o Custodiante e/ou terceiros por estes indicados realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente Líder, auditoria na Cedente Líder e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente Líder com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

5.2.1. Contratos de Prestação de Serviços que Originam os Direitos de Crédito

Os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de equipamentos que originam os Direitos de Crédito são contratos celebrados entre as Cedentes, conforme o caso, e seus clientes e/ou contrapartes nas operações comerciais, que têm como objeto o fornecimento de equipamento e/ou a prestação de serviços e/ou compra e venda de bens.

Os Contratos apresentam, a descrição das partes, as peculiaridades de cada objeto do contrato, o valor a ser pago pelos serviços, a forma de pagamento das prestações, as taxas de juros que incidirão sobre o pagamento, as formas de rescisão, além de demais obrigações contratadas entre as partes. Os termos e condições específicos dos contratos variam de acordo com cada contratação,

Devido à especificação técnica dos equipamentos e serviços fornecidos pelas Cedentes, os contratos contém ainda descrição do projeto do equipamento ou dos serviços, indicando o cronograma físico acordado.

Em geral, os contratos têm prazo de duração semelhante ao do projeto a que se referem, podendo ser prorrogados mediante acordo entre as partes.

Os pagamentos são realizados ao longo do projeto em periodicidade que pode ser mensal, trimestral ou semestral. Em regra, o cronograma de pagamentos é estabelecido em conjunto com o cronograma físico do projeto.

Os contratos podem ser terminados pelos clientes exclusivamente nas hipóteses de descumprimento pelas Cedentes de suas obrigações.

6. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

(página intencionalmente deixada em branco)

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

Esta Seção traz um breve resumo dos termos e condições do Contrato de Cessão, mas sua leitura não substitui a leitura do Contrato de Cessão, anexo a este Prospecto.

6.1. Cessão e Aquisição dos Direitos de Crédito

Nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes comprometem-se a ceder e transferir ao Fundo os Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, acompanhados dos respectivos Documentos Comprobatórios.

Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro, a cessão dos Direitos de Crédito abrangerá, além do direito de recebimento das Cedentes decorrente dos Direitos de Crédito, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todas e quaisquer multas compensatórias e/ou indenizatórias e prêmios de seguros devidos às Cedentes pelos Devedores (conforme abaixo definido), inclusive, sem limitação, aqueles relacionados a ou decorrentes de rescisão de qualquer dos contratos relacionados aos Direitos de Crédito.

As Cedentes não serão responsáveis pela solvência dos Devedores, respondendo somente pela existência e validade dos Direitos de Crédito na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso.

Somente serão considerados inexistentes os Direitos de Crédito que sejam transformados em débito das Cedentes para com os Devedores. Nessa hipótese, as Cedentes serão responsáveis pelo pagamento do débito resultante da desconstituição do Direito de Crédito.

Os Documentos Comprobatórios incluem, mas não se limitam a, contratos de fornecimento de equipamentos e de prestação de serviços, contratos de compra e venda de bens, faturas, notas promissórias, títulos executivos judiciais ou extrajudiciais, correspondências, apólices de seguro, petições iniciais, contestações, laudos periciais e outros documentos que instruem ou fazem parte das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, incluindo, sem limitação, despachos, decisões interlocutórias e sentenças judiciais, e todos os demais documentos que evidenciem a existência dos Direitos de Crédito.

A transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo em razão da aquisição ou da integralização de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito será formalizada pelas Partes por meio da celebração de Termo de Cessão.

A cessão dos Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão será realizada de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) em caso de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo:

- a. até o dia útil imediatamente anterior à publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas do Fundo, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias a que se refere o artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo deverá informar à Cedente Líder o valor dos recursos disponíveis para aquisição de Direitos de Crédito;
- b. recebida a informação de que tratam os itens (a) e (b) acima, a Cedente Líder deverá (1) imprimir três vias do Termo de Cessão, que deverá ter como anexo, em meio físico, lista contendo os Direitos de Crédito indicados pelo Fundo; (2) providenciar a assinatura do Termo de Cessão pelas pessoas autorizadas das Cedentes; e (3) encaminhar ao Administrador, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão assinado;
- c. recebida cópia do Termo de Cessão assinado pelas Cedentes, o Administrador deverá (1) providenciar a assinatura do Termo de Cessão pelo Fundo e enviar à Cedente Líder, por meio eletrônico ou via fac-símile, cópia do Termo de Cessão devidamente assinado e (2) autorizar o Custodiante, por meio eletrônico, a realizar o pagamento do Preço de Aquisição (conforme abaixo definido) às Cedentes;
- d. na hipótese de a autorização referida no item anterior ser encaminhada ao Custodiante até às 16h00 de um dia útil, o Custodiante realizará o pagamento às Cedentes do Preço de Aquisição (conforme abaixo definido) no mesmo dia. Caso a autorização referida acima seja encaminhada ao Custodiante após as 16h00, o Custodiante poderá realizar o pagamento do Preço de Aquisição no dia útil imediatamente seguinte, sem qualquer acréscimo. A data de pagamento do Preço de Aquisição nos termos deste item (e) será referida como “Data de Aquisição e Pagamento”; e
- e. a Cedente Líder deverá encaminhar ao Fundo, em até 10 (dez) dias úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão, incluindo seus anexos, devidamente assinadas pelas Cedentes. O Fundo, ao receber referidos documentos (1) providenciará a assinatura do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e o seu registro no Ofício de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, respectivamente e (2) encaminhará à Cedente Líder, dentro de até 10 (dez) dias úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão devidamente assinada e registrada.

(ii) Para a cessão de Direitos de Crédito decorrente da integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes:

- a. caso, até o 5º dia seguinte à publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas do Fundo, não tenha sido colocada a totalidade das Quotas Subordinadas, o Administrador informará à Cedente Líder para que as Cedentes subscrevam as Quotas Subordinadas ainda não colocadas;

- b. as Quotas Subordinadas subscritas pelas Cedentes serão integralizadas por meio da cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito constantes da Lista de Direitos de Crédito que ainda não tenham sido adquiridos pelo Fundo nos termos o item (i) acima,
- c. após o recebimento pela Cedente Líder da informação do Administrador sobre a quantidade de Quotas Subordinadas a serem subscritas pelas Cedentes, a Cedente Líder deverá (a) imprimir três vias do Termo de Cessão, que deverá ter como anexo, em meio físico, a lista dos Direitos de Crédito entregues em pagamento da integralização das Quotas Subordinadas; (b) providenciar a assinatura do Termo de Cessão pelas pessoas autorizadas das Cedentes, (c) providenciar a assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto e do boletim individual de subscrição e recibo de integralização pelas pessoas autorizadas das Cedentes; e (d) encaminhar ao Administrador, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão, dos termos de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto e dos boletins de subscrição assinados;
- d. tendo recebido os documentos indicados acima, o Administrador deverá providenciar a entrega das Quotas Subordinadas às Cedentes, por meio do registro das respectivas Cedentes no livro de registro de quotistas (sendo a data do efetivo registro das Quotas Subordinadas em nome das Cedentes referida como “Data de Entrega das Quotas Subordinadas”); e
- e. a Cedente Líder deverá encaminhar ao Fundo, em até 10 (dez) dias úteis contados da Data de Entrega das Quotas Subordinadas, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão, incluindo a lista dos Direitos de Crédito entregues em pagamento da integralização das Quotas Subordinadas, devidamente assinadas pelas Cedentes, assim como 1 (uma) via original dos termos de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto e dos boletins de subscrição. Ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão assinadas pelas Cedentes o Fundo procederá ao registro do Termo de Cessão conforme descrito no item (i)(f) acima.

A cessão dos Direitos de Crédito será eficaz a partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou da Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso. Os Termos de Cessão, após assinados pelas Cedentes e pelo Fundo, serão considerados parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins de direito.

A cessão realizada na forma prevista acima será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, garantias, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

O Fundo será responsável por todos os custos e despesas decorrentes do registro dos Termos de Cessão.

Pela aquisição dos Direitos de Crédito, nos termos do item (i) acima, o Fundo pagará às Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor correspondente ao valor contabilizado, assim entendido como o valor contabilizado nas demonstrações financeiras das Cedentes dos Direitos de Crédito que sejam adquiridos pelo Fundo, conforme indicado no Anexo I ao Contrato de Cessão (“Preço de Aquisição”).

Segue abaixo tabela demonstrando a taxa de desconto utilizada na aquisição de cada Direito de Crédito:

	Cedente	Devedor	Valor Atualizado até 31/01/2009 R\$	Valor Contabilizado até 31/01/2009 R\$	Taxa de Desconto
1	Inepar S/A Ind. Construções	ABB Ltda	24.728.918,85	11.635.740,46	52,95%
2	Inepar S/A Ind. Construções	CEEE - Cia Estadual de Geração e Trans. Energia Elétrica	6.951.214,01	6.517.923,91	6,23%
3	Inepar S/A Ind. Construções	DETRAN-MT - Dpto Estadual de Transito	8.204.471,01	7.688.321,59	6,291%
4	Inepar S/A Ind. Construções	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	4.005.854,39	3.652.182,62	8,83%
5	Inepar S/A Ind. Construções	Manaus Energia S/A	15.106.853,30	1,00	100,00%
6	Inepar S/A Ind. Construções	Prefeitura Municipal de CHAPECO	28.764.709,43	18.628.459,62	35,24%
7	Inepar S/A Ind. Construções	Prefeitura Municipal de LONDRINA	19.083.034,09	1,00	100,00%
8	Inepar S/A Ind. Construções	Prefeitura Municipal de NOVA FRIBURGO	21.066.190,72	18.790.015,60	10,80%
9	IESA Projetos, Equip. e Montagens S/A	CENTRAL - Cia Estadual de Engenharia de Transp e Logística	16.571.003,11	15.673.259,60	5,42%
10	IESA Projetos, Equip. e Montagens S/A	CENTRAL - Cia Estadual de Engenharia de Transp e Logística	10.920.060,01	10.920.060,01	0,00%
11	Inepar Equipamentos e Montagens S/A	METRO/RJ - Cia do Metropolitano do Rio de Janeiro	5.110.855,85	4.619.937,60	9,61%
12	Inepar Equipamentos e Montagens S/A	METRO/SP - Cia do Metropolitano de São Paulo	1.437.261,03	1.314.733,35	8,53%
13	Inepar Equipamentos e Montagens S/A	METRO/SP - Cia do Metropolitano de São Paulo	50.338.120,04	18.748.407,65	62,76%
14	Inepar Adm e Participação S/A	Governo do Estado de Santa Catarina	28.995.738,47	8.961.292,04	69,09%
15	Inepar Energia S/A	ENELPOWER	263.815.180,00	1,00	100,00%
16	Inepar Energia S/A	Gerdau S/A	11.503.974,51	11.227.190,63	2,41%
17	Inepar Energia S/A	Gerdau S/A	50.461.581,62	22.000.000,00	56,40%
TOTAL GERAL			567.101.020,77	160.177.527,68	71,76%

As taxas de desconto estão de acordo com as taxas de mercado para operações semelhantes.

O Preço de Aquisição será pago por meio de transferência eletrônica disponível (TED) de recursos em moeda corrente nacional para a conta de titularidade das Cedentes indicadas no Anexo I ao Termo de Cessão.

Na integralização de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito que não tenham sido adquiridos pelo Fundo, nos termos do item (ii) acima, será considerado, no cálculo do número de Quotas Subordinadas que serão entregues a cada uma das Cedentes, o valor contábil correspondente aos Direitos de Crédito que sejam entregues ao Fundo em pagamento da integralização das Quotas Subordinadas, conforme indicado no Anexo I ao Contrato de Cessão (“Valor Atribuído ao Direito de Crédito”).

6.2. Critérios de Elegibilidade e sua Verificação

Somente poderão integrar a carteira de investimentos do Fundo os Direitos de Crédito de titularidade das Cedentes, vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originários de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços contratadas entre as Cedentes, conforme o caso, e os Devedores, listados no Anexo II do Regulamento e indicados no arquivo a ser enviado pelas Cedentes ao Custodiante, juntamente com o Termo de Cessão, nos termos do Contrato de Cessão (“Critério de Elegibilidade”).

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade acima descrito.

6.3. Da Notificação aos Devedores e do Registro de Transferências

Nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro, as Cedentes deverão notificar os Devedores (inclusive os garantidores) dos Direitos de Crédito Não Ajuizados (conforme abaixo definido) a respeito da cessão objeto do Contrato de Cessão no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a contar da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão.

As Cedentes serão responsáveis, ainda, pela transferência das garantias relativas aos Direitos de Crédito Não Ajuizados (conforme abaixo definido) para o nome do Fundo, em especial aquelas que são objeto de registro perante órgãos de registro público.

6.4. Do Repasse dos Pagamentos dos Direitos de Crédito

As Cedentes comprometem-se a transferir ao Fundo todos os valores em dinheiro e/ou os bens por ela recebidos em pagamento dos Direitos de Crédito (incluindo, mas não se limitando, ao valor de principal, juros, multas e outros encargos) a partir da Data de Corte, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que cada Cedente, neste ato, aceita sua nomeação como fiel depositária dos valores que venham a ser por elas recebidos, independentemente de ser a credora original de tais créditos, até a sua efetiva transferência ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Os valores recebidos pelas Cedentes até a Data de Corte poderão ser compensados com o Preço de Aquisição, na Data de Aquisição e Pagamento.

O repasse dos valores em dinheiro e/ou dos bens recebidos até a Data de Aquisição e Pagamento será descontado do Preço de Aquisição ou, caso tal valor seja superior ao Preço de Aquisição, será creditado em conta corrente de titularidade do Fundo a ser por este informada à Cedente Líder no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento. O repasse dos valores em dinheiro e/ou dos bens recebidos a partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso deverá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao seu recebimento, mediante crédito em conta corrente de titularidade do Fundo a ser por este informada à Cedente Líder.

Sobre o valor dos recursos que não forem repassados pelas Cedentes no prazo determinado acima incidirão juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*.

As Cedentes deverão manter registro de todos os pagamentos de Direitos de Crédito por ela recebidos a partir da Data de Corte (inclusive), devendo fornecer ao Fundo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, uma relação dos valores recebidos, indicando os Direitos de Crédito a que dizem respeito.

As Cedentes comprometem-se a, caso venha a ser contatada por qualquer Devedor com relação a um Direito de Crédito cedido, orientar o respectivo Devedor a contatar diretamente o Fundo, no endereço e telefone que venham a ser indicados às Cedentes pelo Fundo.

6.5. Da Cobrança dos Direitos de Crédito e do Gerenciamento dos Processos Judiciais ou Administrativos

A partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, os Agentes de Cobrança serão responsáveis por realizar, por conta e ordem do Fundo (i) a cobrança judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii) o acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito.

Cobrança dos Direitos de Crédito Não Ajuizados

Os Agentes de Cobrança serão responsáveis pela cobrança administrativa dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, que deverá ser realizada com estrita observância dos termos e condições dos Documentos Comprobatórios que originam os referidos Direitos de Crédito e das disposições legais aplicáveis.

Sem prejuízo do acima disposto, a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inclui as seguintes atividades: (a) realização, por meio de contato telefônico, correspondência com aviso de recebimento, correspondência eletrônica, notificações extrajudiciais e/ou boletos de cobrança e esforços de cobrança amigável e extrajudicial, nos termos das leis aplicáveis, do saldo devedor dos Direitos de Crédito, acrescido de juros e/ou multa de mora e, quando for o caso, e correção monetária, conforme descrito nos respectivos Documentos Comprobatórios; e (b) realização e/ou cancelamento de protesto dos Direitos de Crédito, quando for o caso.

Os Agentes de Cobrança devem instruir os Devedores para que realizem os pagamentos dos Direitos de Crédito diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo a ser por este informada à Cedente Líder, sendo vedado o recebimento de qualquer pagamento diretamente pelos Agentes de Cobrança.

Nos casos em que os procedimentos de cobrança extrajudicial não tenham sucesso e que, no julgamento razoável e fundamentado dos Agentes de Cobrança, após consulta com advogados especializados, existam chances razoáveis de recuperação de um ou mais Direitos de Crédito Não Ajuizados por meio de procedimento judicial, deverão os Agentes de Cobrança propor, em nome do Fundo, ação judicial para cobrança dos referidos Direitos de Crédito Não Ajuizados.

Os Agentes de Cobrança deverão comunicar o Administrador de sua decisão de propor ação judicial com relação a um Direito de Crédito Não Ajuizado com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data prevista para a distribuição da referida ação. A comunicação de que trata este item deverá conter, no mínimo, (i) os dados do Direito de Crédito Não Ajuizado em questão, (ii) descrição dos procedimentos adotados até o momento com relação a tal(is) Direito(s) de Crédito Não Ajuizado, (iii) o tipo de ação a ser proposta e (iv) o nome dos advogados que conduzirão a referida ação, selecionados nos termos do item 8.5. do Contrato de Cessão (“Advogados”).

Na seleção dos advogados externos para a consulta a que se refere o item 8.4. do Contrato de Cessão e para a condução das ações judiciais, os Agentes de Cobrança comprometem-se a empregar os mesmos procedimentos e padrões utilizados pela Cedente Líder na seleção de advogados para a defesa de seus próprios interesses.

De forma a possibilitar a contratação de advogados nos termos do item acima, o Fundo outorgará à Cedente Líder, na forma do modelo anexo ao Contrato de Cessão como Anexo V, mandato para que esta constitua os Advogados para a condução das ações judiciais acima referidas.

O valor total a ser pago a título de honorários aos advogados externos contratados nos termos do item acima não pode ser superior a 8% (oito por cento) do valor efetivamente recebido pelo Fundo em pagamento do Direito de Crédito.

Cobrança dos Direitos de Crédito Ajuizados

A partir da data da cessão dos Direitos de Crédito Ajuizados para o Fundo, os Agentes de Cobrança passarão a ser responsáveis, por conta e ordem do Fundo, pela gestão, condução e defesa dos processos em andamento.

Os Agentes de Cobrança deverão assegurar que os Advogados que atuem em nome do Fundo o façam com a diligência que todo homem probo e diligente emprega na condução de seus próprios negócios, buscando preservar os Direitos de Crédito Ajuizados, responsabilizando-se os Agentes de Cobrança pelos prejuízos ou danos sofridos e pelos custos incorridos pelo Fundo em virtude de negligência ou imperícia dos Advogados (conforme abaixo definido);

Na gestão, condução e defesa das ações judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados em andamento na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, das quais as Cedentes participem como autoras ou rés, os Agentes de Cobrança não estarão obrigados a solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo, que poderão continuar a ter como autora(s) a(s) Cedente(s) que a tenha(m) proposto.

Sem prejuízo do acima disposto, o Fundo poderá ingressar em referidas ações, a qualquer tempo, como assistente litisconsorcial, devendo as Cedentes e os Agentes de Cobrança, conforme o caso, sempre que solicitados, tomar todas as providências necessárias para permitir o ingresso do Fundo como assistente litisconsorcial nas referidas ações. Nas hipóteses em que optar por atuar como assistente litisconsorcial, o Fundo poderá ser representado, a seu exclusivo critério, pelo Advogado responsável pela condução da ação ou por advogado externo que venha a ser por ele escolhido, sem necessidade de aprovação pelos Agentes de Cobrança.

Nas hipóteses de culpa, dolo ou má-fé das Cedentes, dos Agentes de Cobrança ou dos Advogados contratados para a condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito Ajuizados, o Fundo, sempre que julgar necessário e a seu exclusivo critério, poderá solicitar aos Agentes de Cobrança e às Cedentes, conforme o caso, que (i) substituam os Advogados, e/ou (ii) tomem todas as providências que se façam necessárias para solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo em referidas ações judiciais.

Na hipótese de que trata o item acima, o Fundo poderá (mas não estará a tanto obrigado) contratar advogado de sua livre escolha, sem necessidade de aprovação pelos Agentes de Cobrança.

Nas hipóteses de término dos contratos de prestação de serviços firmados com os Advogados externos responsáveis pelos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados em virtude de culpa, dolo ou má-fé das Cedentes, dos Agentes de Cobrança ou dos Advogados contratados para a condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito Ajuizados, a responsabilidade pelo pagamento de eventuais verbas de rescisão será exclusivamente das Cedentes e dos Agentes de Cobrança.

Os Serviços a serem prestados pelos Agentes de Cobrança nos termos do item acima incluem:

- (a) a contratação e/ou manutenção da contratação dos Advogados;
- (b) a orientação dos Advogados quanto à condução das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados;

- (c) o gerenciamento das atividades de prestação de serviços advocatícios pelos Advogados, assim entendida (i) a fiscalização da correção das atividades realizada até a data de arquivamento do respectivo processo judicial de recuperação de crédito pelo Poder Judiciário em decorrência da arrematação e adjudicação de bens ou declaração de irrecuperabilidade, dentre outras hipóteses de arquivamento, (ii) o pagamento de seus honorários advocatícios, despesas e custas processuais, e (iii) a imposição de penalidades ou suspensão dos serviços dos Advogados em caso de culpa, dolo ou má-fé;
- (d) a cooperação ativa na relação com os Advogados e na prestação de quaisquer informações que se façam necessárias na condução de referidas ações, inclusive no que diz respeito à produção de provas e à apresentação de testemunhas;
- (e) a prestação de informações ao Fundo acerca do trâmite de cobrança judicial realizada pelos advogados, por meio da disponibilização e discussão de relatórios de andamento processual e relatórios de conciliação de recebimentos decorrentes de pagamentos de Direitos de Crédito Ajuizados;
- (f) a prestação de informações aos Advogados acerca dos parâmetros de realização de acordos judiciais com os Devedores, observando os critérios que tenham sido fixados exclusivamente pelo Fundo;
- (g) o recebimento e o repasse ao Fundo dos valores recebidos em pagamento dos Direitos de Crédito Ajuizados; e
- (h) a entrega ao Administrador, trimestralmente e sempre que houver alguma alteração na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, dos relatórios dos Advogados.

Não obstante o gerenciamento de referidas ações ser realizado pelos Agentes de Cobrança, o Fundo poderá, a qualquer momento e sempre que julgar necessário, requerer diretamente aos Advogados informações sobre as ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados.

Após a cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo, o Fundo, ainda que não integre as ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, será responsável por todas as despesas com condenações e demais custos processuais relacionados com referidas ações, incluindo honorários de advogados (incluindo os arbitrados em Juízo e os previstos nos contratos em vigor firmados com os Advogados), verbas de sucumbência, encargos contratuais, honorários de perito, custas de registro e quaisquer outros custos e despesas devidos em juízo ou fora dele, conforme o caso, inclusive em relação a decisões desfavoráveis, exceto (i) nos casos previstos no item 8.13. do Contrato de Cessão e (ii) em caso de culpa, dolo ou má-fé dos Agentes de Cobrança. Dessa forma, o Fundo se compromete a reembolsar os Agentes de Cobrança, semestralmente, por todas as despesas que venham a ser comprovadamente incorridas pelos Agentes de Cobrança na administração das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito.

Os honorários devidos aos Advogados ao término das ações judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados, conforme estipulados no Anexo VI ao Contrato de Cessão, descontados os honorários pagos durante o curso de referidas ações, nos termos do item 8.11. do Contrato de Cessão, serão descontados dos valores recebidos pelos Agentes de Cobrança, em nome do Fundo, em pagamento dos Direitos de Crédito Ajuizados e serão pagos pelos Agentes de Cobrança diretamente aos Advogados.

Adicionalmente, o Fundo reconhece que caso as Cedentes venham a ser cobradas por qualquer valor de responsabilidade do Fundo, nos termos deste item, as Cedentes terão direito de regresso contra o Fundo, que deverá ressarcir-las por todos os custos por elas comprovadamente incorridos.

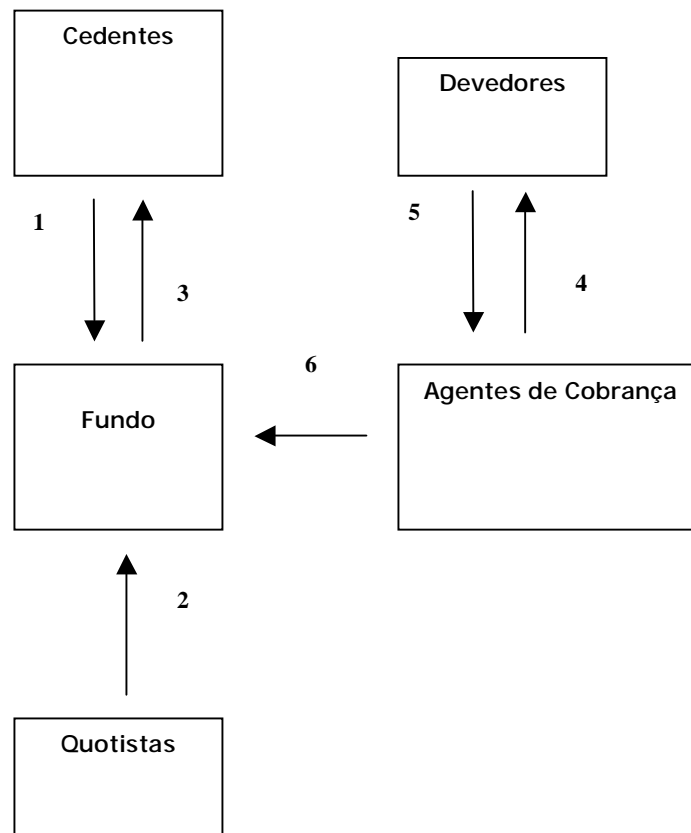
O Fundo, seja como parte de determinada ação judicial ou ainda que não faça parte de referida ação judicial, reconhece que estará obrigado por qualquer decisão proferida no âmbito das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados e que as Cedentes, ressalvado o disposto no item abaixo, não poderão ser responsabilizadas por eventuais prejuízos que o Fundo venha a sofrer em decorrência de tal decisão.

As Cedentes permanecerão responsáveis por ações judiciais e/ou procedimentos administrativos, ainda que sejam propostos contra o Fundo, bem como por todas as despesas a eles relacionadas, tendo por objeto pedido de indenização resultante de fatos, ações ou omissões das Cedentes anteriores à Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso. Adicionalmente, as Cedentes são as únicas responsáveis pelo pagamento dos Custos Devidos com relação aos Direitos de Crédito Ajuizados até a Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso.

Adicionalmente, as Cedentes são responsáveis pelas penalidades, judiciais ou administrativas, que venham a ser impostas em decorrência de atos de litigância de má-fé ou outros atos atentatórios à dignidade de Justiça por elas praticados nas ações judiciais ou procedimentos administrativos referentes aos Direitos de Crédito.

O Fundo assumirá todas as obrigações dos Cedentes decorrentes dos contratos firmados com os advogados externos responsáveis pelos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito e com as empresas de cobrança, conforme previsto no CD-Rom, a partir da Data de Corte, cabendo ao Fundo deliberar, de acordo com as informações que venham a ser recebidas dos Agentes de Cobrança, (i) pela manutenção ou não dos contratos firmados com tais advogados externos e empresas de cobrança, ou pela rescisão de referidos contratos, desde que, neste caso, efetue todos os pagamentos devidos em decorrência da rescisão antecipada dos respectivos contratos, conforme o caso; (ii) pela substituição dos advogados externos em caso de falta grave e (iii) pela contratação de novos advogados externos, conforme o caso.

6.6. Fluxograma da Cessão dos Direitos de Crédito



Legenda:

1. Cessão dos Direitos de Crédito pelas Cedentes ao Fundo
2. Aquisição de Quotas do Fundo pelos Quotistas
3. Pagamento do Preço de Aquisição pelo Fundo às Cedentes
4. Cobrança, judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito pelos Agentes de Cobrança
5. Recebimento dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito pelos Agentes de Cobrança
6. Repasse dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito pelos Agentes de Cobrança ao Fundo

6.7. Da Substituição dos Direitos de Crédito

Não existe qualquer mecanismo ou procedimento de substituição ou remoção dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

6.8. Do Reforço de Crédito e Demais Garantias

O Fundo não conta com qualquer mecanismo de controle ou reforço de crédito ou com qualquer estrutura de garantia de pagamentos dos Direitos de Crédito.

7. AS CEDENTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

(página intencionalmente deixada em branco)

AS CEDENTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

7.1. IESA Projetos

7.1.1. Breve Descritivo da IESA Projetos

Fundada em 1953 sob a denominação social de ENCO - Engenharia e Comércio LTDA, a IESA Projetos possui hoje uma das maiores fábricas de equipamentos pesados da América Latina com 140.000 m² de área construída tornando-se um moderno Centro de Excelência Empresarial Industrial na fabricação de equipamentos de grande porte e sistemas industriais sob encomenda na América Latina, atendendo aos mercados de geração de energia, petróleo e petroquímica, transporte metro-viário, movimentação de materiais, papel e celulose, siderurgia, cimento e mineração e serviços de usinagem e caldeira pesada.

A IESA Projetos, por meio da unidade de Araraquara, possui hoje um amplo e equipado parque industrial, com 145.000 m² de área construída e com um terreno de 838.000 m².

Nesta unidade fabril de Araraquara são produzidos equipamentos para atender a demanda de setores de infra-estrutura do país, tais como: geração de energia, transporte metro-ferroviário, movimentação e levantamento de materiais, cimento e mineração, portuário, siderurgia, equipamentos de processo, petróleo e petroquímicos.

Em Macaé, a IESA Projetos possui uma área de mais de 40.000 m² atendendo todos os projetos de manutenção, reforma e modernização de plataformas, *off shore* com especialistas em engenharia e de detalhamento do projeto, fabricação, inspeção e logística de embarque e montagem.

O patrimônio da IESA Projetos, baseado no balanço-base datado de 31 de dezembro de 2007, é composto por:

Ativo/Passivo	Valor (R\$ mil)
Ativo circulante	507.551
Ativo realizável a longo prazo	97.059
Ativo permanente	75.620
Passivo circulante	349.797
Passivo Não Circulante	115.353
Patrimônio líquido	215.080

Os principais acionistas da IESA Projetos são: INEPAR Indústria, cuja participação é de 69,90%, e a INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., com participação de 39,09% em seu capital social.

7.1.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da IESA Projetos

O quadro a seguir contém alguns dados financeiros selecionados a partir das Demonstrações Financeiras auditadas da IESA Projetos relativas ao período findo em 30 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, conforme dados constantes das notas explicativas das referidas demonstrações, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Martinelli Auditores.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Demonstração de Resultados		
Receita Operacional Bruta	851.378	717.415
Deduções e Impostos Sobre Vendas	(103.801)	(97.822)
Receita Operacional Líquida	747.577	619.593
Custo dos Produtos e Serviços	(617.416)	(497.612)
Lucro Bruto	130.161	121.981
Receitas e Despesas Operacionais	(111.418)	(85.498)
Resultado Operacional	18.743	36.483
Resultado não Operacional	797	220
Lucro Antes de Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda	19.540	36.703
Lucro Líquido do Período	15.525	23.703

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	25.256	33.463
Aplicações Financeiras	51.478	52.605
Clientes	223.734	212.557
Títulos e Valores Mobiliários	2.214	-
Estoques	160.526	139.185
Créditos de Impostos	21.935	24.218
Títulos a receber	3.259	1.439

	Exercício social encerrado em 31	Exercício social encerrado em 31
	de dezembro de 2007	de dezembro de 2006
Bens e direitos destinados à Venda	11.784	11.784
Despesas antecipadas	2.205	736
Outros Créditos	5.160	21.025
Total do Ativo Circulante	507.551	497.012
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Clientes	27.623	18.950
Empresas Ligadas	56.423	32.488
Créditos de Impostos	212	115
Títulos a Receber	9.273	7.311
Depósitos Judiciais	3.528	3.030
Outros Créditos	-	10
Permanente		
Investimentos	73	16.663
Imobilizado	51.831	49.334
Diferido	1.490	1.710
Total do Ativo Não Circulante	75.620	67.707
Total do Ativo	680.230	626.623

	Exercício social encerrado em 31	Exercício social encerrado em 31
	de dezembro de 2007	de dezembro de 2006
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	22.699	39.288
Financiamentos e Empréstimos	78.007	59.400
Obrigações Sociais	23.529	44.524
Impostos e Contribuições a Recolher	45.400	44.190
Provisão de Custos e Encargos	55.751	50.476
Adiantamentos sobre Encomendas	117.341	114.655
Dividendos Propostos	3.539	5.629
Outras Contas a Pagar	3.801	1.675
Total do Passivo Circulante	349.797	359.837
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo		

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Financiamentos e empréstimos	42.799	-
Impostos e Contribuições a Recolher	27.125	32.755
Empréstimos de Empresas Ligadas	12.110	10.878
Provisões Impostos Diferidos	26.837	27.985
Provisões para Contingências	2.508	801
Outras Contas a Pagar	3.974	154
Total do Passivo não Circulante	115.353	72.573
Patrimônio Líquido		
Capital Social	148.854	138.530
Reserva de Reavaliação	7.429	8.371
Reserva de Lucros	58.797	47.312
Total do Patrimônio Líquido	215.080	194.213
Total do Passivo	680.230	626.623

7.1.3. Capital Social

O capital social da IESA Projetos, na data deste Prospecto, é de R\$ 148.854.311,77 (cento e quarenta e oito milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e onze reais e setenta e sete centavos).

Em 30 de abril de 2007, através da 10ª Assembléia Geral Extraordinária da IESA Projetos, os acionistas da IESA Projetos deliberaram pelo aumento de capital proposto pela acionista INEPAR Equipamentos, mediante o aproveitamento de crédito decorrente do saldo de mútuo inscrito na contabilidade, no valor de R\$ 10.324.

Composição Acionária:

Acionista	Participação
INEPAR Indústria	69,900%
INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.	30,094%
Jauneval de Oms	0,001%
Atilano de Oms Sobrinho	0,001%
Valdir Lima Carreiro	0,001%
Fleury Pissaia	0,001%
Carlos A Del Claro Gloger	0,001%
Paulo Sérgio Ferreira	0,001%

7.1.4. Atividades da IESA Projetos

A IESA Projetos tem como atividade preponderante oferecer para os setores de infra-estrutura e indústria: estudos e projetos de engenharia, prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração, execução de serviços de construções, montagem e assistência técnica relacionados às áreas de siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo; gás; química e petroquímica; portuário; metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; linhas de transmissão, redes e sub-estações de energia elétrica e telecomunicações, bem como, fornecimento, instalação e montagem de bancos de capacitores.

7.1.5. Administração

Conselho de Administração

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração da IESA Projetos era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 07 de junho de 2009:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
Atilano de Oms Sobrinho	07/06/2006	Presidente do Conselho
Jauneval de Oms	07/06/2006	Membro do Conselho
Fleury Pissaia	07/06/2006	Membro do Conselho
Valdir de Lima Correia	07/06/2006	Membro do Conselho
Carlos Alberto Del Claro Gloger	07/06/2006	Membro do Conselho
Paulo Sérgio Ferreira	07/06/2006	Membro do Conselho

Diretoria

A Diretoria da IESA Projetos é composta por 4 membros: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Operações e Diretor Jurídico, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

O Estatuto Social da IESA Projetos estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, a Diretoria da IESA Projetos é formada pelos seguintes Diretores, com mandato de 3 anos, com vencimento em 07/06/2009:

Nome do Diretor	Data da Eleição	Cargo
Atilano de Oms Sobrinho	07/06/2006	Diretor Presidente
César Romeu Fiedler	07/06/2006	Diretor de Operações
Marco Antonio Bernardi	02/04/2007	Diretor Financeiro
Di Marco Pozzo	07/06/2006	Diretor Jurídico
vago		Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, a IESA Projetos não possuía um Conselho Fiscal.

7.2. INEPAR Participações

7.2.1. Breve Descritivo da INEPAR Participação

Fundada em 29 de abril de 1975, tem como objetivo social administração empresarial e prestação de serviços de engenharia fiscal, financeira e logística, nas áreas de infra-estrutura, energia e telecomunicações; fornecimento de bens e serviços incluindo redutores eletrônicos de velocidade.

O patrimônio da INEPAR Participação, baseado no balanço-base datado de 31 de dezembro de 2007, é composto por:

Ativo/Passivo	Valor (R\$ mil)
Ativo circulante	727.497
Ativo realizável a longo prazo	2.634.603
Ativo permanente	258.579
Passivo circulante	1.209.559
Passivo exigível a longo prazo	839.984
Patrimônio líquido	1.571.136

Os principais acionistas da INEPAR Participação são: (i) Atilano de Oms Sobrinho com participação de 21,35%; (ii) Jauneval de Oms com participação de 21,18%; e (iii) Mario Celso Petrágia com participação de 21,18%.

7.2.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da INEPAR Participação

O quadro a seguir contém alguns dados financeiros selecionados a partir das Demonstrações Financeiras auditadas da INEPAR Participação relativas ao período findo em 30 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, conforme dados constantes das notas explicativas das referidas demonstrações, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Matinelli Auditores.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Demonstração de Resultados		
Receita Operacional Bruta	962.639	798.580
Deduções e Impostos Sobre Vendas	(120.480)	(109.728)
Receita Operacional Líquida	831.841	688.852
Custo dos Produtos e Serviços	(683.496)	(547.993)
Lucro Bruto	148.345	140.859
Receitas e Despesas Operacionais	78.025	238.318
Resultado Operacional	226.370	379.177
Resultado não Operacional	20.340	12.280
Lucro Antes de Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda	254.445	391.245
Lucro Líquido do Período	234.642	316.705

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	97.892	116.700
Aplicações Financeiras	-	-
Clientes	255.567	256.992
Títulos e Valores Mobiliários	6.067	2.450
Estoques	128.932	143.138
Créditos de Impostos	68.223	60.562
Adiantamento a Fornecedores	65.090	35.412
Títulos a receber	69.654	24.562
Contas a Receber	3.677	4.640
Bens e direitos destinados à Venda	11.784	11.784
Despesas antecipadas	3.073	1.103
Outros Créditos	17.538	26.973
Total do Ativo Circulante	727.497	684.316

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Não Circulante	2.893.182	2.625.975
Realizável a Longo Prazo	2.634.603	2.353.825
Clientes	210.015	178.087
Títulos e Valores Mobiliários	1.853.398	1.562.367
Empresas Ligadas	53.144	46.649
Créditos de Impostos	33.208	33.593
Títulos a Receber	74.943	115.115
Depósitos Judiciais	19.411	18.286
Bens destinados a venda	388.521	391.568
Outros Créditos	1.963	8.160
Permanente	258.579	272.150
Investimentos	34.785	58.256
Imobilizado	197.034	206.212
Diferido	2.869	7.682
Total do Ativo Não Circulante	2.893.182	2.625.975
Total do Ativo	3.620.679	3.310.291

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	44.220	66.364
Financiamentos e Empréstimos	475.260	464.669
Obrigações Sociais	31.233	52.316
Impostos e Contribuições a Recolher	62.481	68.524
Provisão de Custos e Encargos	69.670	65.124
Adiantamentos sobre Encomendas	134.767	150.652
Títulos a Pagar	43.765	47.008
Cessão de direitos e concessões	570	4.779
Contas a Pagar	25.395	11.149
Dividendos Propostos	58.916	106.097
Debêntures	263.283	228.696
Total do Passivo Circulante	1.209.559	1.265.378
Não Circulante		

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos e empréstimos	79.143	46.232
Impostos e Contribuições a Recolher	576.843	522.280
Empréstimos de Empresas Ligadas	30.315	55.736
Provisões Impostos Diferidos	78.644	83.698
Títulos a pagar	40	3.225
Cessão de Direitos e concessões	4.085	1.195
Provisões para Contingências	61.764	51.644
Outras Contas a Pagar	9.150	5.102
Total do Passivo não Circulante	839.984	769.112
Patrimônio Líquido		
Participação dos Minoritários	272.582	259.013
Capital Social	26.756	26.756
Reservas de Capital	640.649	640.649
Reserva de Reavaliação	23.564	26.708
Reserva de Lucros	613.955	328.847
Ações em Tesouraria	(6.370)	(6.172)
Total do Patrimônio Líquido	1.571.136	1.275.801
Total do Passivo	3.620.679	3.310.291

7.2.3. Capital Social

O capital social da INEPAR Participação, na data deste Prospecto, é de R\$ 26.755.614,28 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e catorze reais e vinte e oito centavos).

7.2.4. Atividades da INEPAR Participação

Administração empresarial e prestação de serviços de engenharia fiscal, financeira e logística, nas áreas de infraestrutura, energia e telecomunicações; fornecimento de bens e serviços incluindo redutores eletrônicos de velocidade.

7.2.5. Administração

Conselho de Administração

Na data deste prospecto, a INEPAR Participação não possuía um Conselho de Administração.

Diretoria

A Diretoria da INEPAR Participação é composta por 5 membros: Diretor Presidente e quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

O Estatuto Social da INEPAR Participação estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto a Diretoria da INEPAR Participação é formada pelos seguintes Diretores, com mandato de 3 anos:

Nome do Diretor	Data de eleição	Cargo
Atilano de Oms Sobrinho	23/05/2007	Diretor Presidente
Mario Celso Petraglia	23/05/2007	Diretor Presidente
Jauneval de Oms	23/05/2007	Diretor
Natal Bressan	23/05/2007	Diretor
Di Marco Pozzo	23/05/2007	Diretor

Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, a INEPAR Participação não possuía um Conselho Fiscal.

7.3. INEPAR Energia

7.3.1. Breve Descritivo da INEPAR Energia

Constituída em 23 de outubro de 1997, pela INEPAR Indústria, de sociedade sob a denominação de INEPAR Energia S.A. A sociedade foi constituída com capital inicial de R\$ 100 mil, representados por 100 mil ações Ordinárias Nominativas com direito a voto.

O patrimônio da Companhia, baseado no balanço-base datado de 31 de dezembro de 2007, é composto por:

Ativo/Passivo	Valor (R\$ mil)
Ativo circulante	46.579
Ativo realizável a longo prazo	494.050
Ativo permanente	36.365
Passivo circulante	266.121
Passivo exigível a longo prazo	52.498
Patrimônio líquido	258.375

Os principais acionistas da INEPAR Energia são: (i) INEPAR Indústria (Controlador), com percentual de 42,12% de participação; (ii) BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com participação de 27,63%; e (iii) Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS, com participação de 9,55%.

7.3.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da INEPAR Energia

O quadro a seguir contém alguns dados financeiros seleccionados a partir das Demonstrações Financeiras auditadas da INEPAR Energia relativas ao período findo em 30 de dezembro de 2007, conforme dados constantes das Notas Explicativas das referidas Demonstrações, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Martinelli Auditores.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras seleccionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Demonstração de Resultados		
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	24.965	24.254
Deduções da Receita Bruta	(1.374)	(1.330)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	23.591	22.924
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(12.835)	(12.478)
Resultado Bruto	10.756	10.446
Resultado Operacional	(21.668)	(44.402)
Resultado Não Operacional	16.052	-
Resultado Antes da Tributação e Participações	(5.616)	(44.402)
Lucro/Prejuízo do Período	(2.998)	(44.402)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	7.505	2.319
Clientes	-	2.023
Contas a receber por Venda de Investimentos	33.299	19.183
Bens e direitos destinados à Venda	388.521	391.568

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Outros Créditos	4.668	854
Total do Ativo Circulante	46.579	24.379
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Títulos e Valores Mobiliários	15.240	10.985
Com Outras Pessoas Ligadas	56.059	109.179
Contas a receber por venda de investimentos	31.899	23.854
Bens destinados a venda	388.521	391.568
Outras contas a receber	2.331	8.910
Permanente		
Investimentos	16.564	13.118
Imobilizado	19.801	22.276
Diferido	-	3.769
Total do Ativo Não Circulante	530.415	583.659
Total do Ativo	576.994	608.038

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Passivo		
Circulante		
Financiamentos e Empréstimos	151.314	192.368
Encargos Sociais a Receber	30	36
Impostos, Taxas e Contribuições	125	493
Debêntures	112.570	100.514
Adiantamento por Cessão de Direitos	570	4.779
Outras Contas a Pagar	1.512	2.034
Total do Passivo Circulante	266.121	300.224
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Impostos e Contribuições a Recolher	17.231	14.091
Dívidas com Pessoas Ligadas	4.571	607
Adiantamentos recebidos por cessão direitos	4.085	1.195
Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social	26.611	29.229
Provisões para Perdas em Investimento	-	-

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Total do Passivo Não Circulante	52.498	45.122
Patrimônio Líquido		
Capital Social	323.637	323.637
Reserva de Reavaliação	132.418	145.642
Reserva de Lucros	984	984
Lucros/Prejuízos Acumulados	(198.664)	(207.571)
Total do Patrimônio Líquido	258.375	262.692
Total do Passivo	576.994	608.038

7.3.3. Capital Social

O capital social integralizado da INEPAR Energia (com última data de alteração de 03 de junho de 1999), na data deste Prospecto, é de R\$ 323.637.224,36 (trezentos e vinte e três milhões seiscentos e trinta e sete mil duzentos e vinte quatro reais e trinta e seis centavos), representados por 150.000.000 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, inclusive em relação ao capital e sem valor nominal, e 194.196.520 ações preferenciais classe A, 12.500 ações preferenciais classe B totalizando 344.209.020 ações.

7.3.4. Atividades da INEPAR Energia

A INEPAR Energia tem como objetivo participar, como investidora, em projetos do setor elétrico (*greenfield* e privatizações), com foco nas áreas de Geração, Distribuição, Transmissão e Comercialização de energia elétrica nos países do Mercosul.

O mercado de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil tem, atualmente, uma base instalada de aproximadamente 80.000 MW e 160.000 Km. de linhas de transmissão, requerendo constante expansão, o que demanda pesados investimentos, tanto da iniciativa privada como do Governo, através de empresas por ele controladas e que atuam no setor.

Durante todo o ano de 2006, o Governo Federal, através do Ministério das Minas e Energia, encaminhou ampla discussão nacional sobre a revisão do marco regulatório do setor elétrico. Este processo, ainda não totalmente concluído, está em fase de análise pelos agentes do mercado do setor elétrico.

7.3.5. Administração

Conselho de Administração e Diretoria

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração e Diretoria da INEPAR Energia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar até AGO que aprovar o exercício em 2008:

Nome do Administrador	Data da Eleição	Tipo do Administrador*
Atilano de Oms Sobrinho	28/04/2006	3
Jauneval de Oms	28/04/2006	1
Di Marco Pozzo	28/04/2006	2
Cesar Romeu Fiedler	28/04/2006	2
Natal Bressan	28/04/2006	1

*Código: 1- Pertence apenas à Diretoria;
2- Pertence apenas ao Conselho de Administração;
3- Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, o Conselho Fiscal da INEPAR Energia era formado pelos seguintes membros efetivos:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição
João Alves de Miranda Reis	28/04/2006
Sérgio Tomaz Crestani	28/04/2006
Arilson Matos Gonçalves	28/04/2006

7.4. INEPAR Equipamentos

7.4.1. Breve Descritivo da INEPAR Equipamentos

A INEPAR Equipamentos adquiriu em dezembro de 1996 a Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. e iniciou o processo de reestruturação da empresa dentro de sua política de estabelecer parcerias estratégicas com grandes empresas nacionais ou estrangeiras para as diversas unidades industriais do Grupo, e juntamente com CSN e o Bradesco, criaram uma nova empresa, denominada INEPAR Equipamentos e Montagens Industriais Ltda.

A INEPAR Equipamentos, desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA Projetos, da qual participa em 24,88% no seu capital. O plano de concentrar as atividades na IESA Projetos faz parte da reestruturação que a sua controladora INEPAR Indústria promoveu em todas as empresas controladas, ligadas à fabricação e fornecimento de bens de capital e serviços para infra-estrutura, pois através da IESA Projetos foi possível adequar os objetivos com foco em redução de custos e adequação a realidade de mercado, de forma eficiente e competitiva.

O patrimônio da INEPAR Equipamentos, baseado no balanço-base datado de 31 de dezembro de 2007, é composto por:

Ativo/Passivo	Valor (R\$ mil)
Ativo circulante	15.079
Ativo realizável a longo prazo	335.200
Ativo permanente	79.868
Passivo circulante	139.102
Passivo exigível a longo prazo	171.062
Patrimônio líquido	158.837

A INEPAR Equipamentos é controlada em sua totalidade pela INEPAR Indústria, que detém 100% das suas ações emitidas.

7.4.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da INEPAR Equipamentos

O quadro a seguir contém alguns dados financeiros seleccionados a partir das Demonstrações Financeiras auditadas da INEPAR Equipamentos relativas ao período findo em 30 de dezembro de 2007, conforme dados constantes das Notas Explicativas das referidas Demonstrações, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Martinelli Auditores.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras seleccionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Demonstração de Resultados		
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	610	1.958
Deduções da Receita Bruta	(166)	(349)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	444	1.609
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(444)	(1.682)
Resultado Bruto	-	(73)
Despesas/Receitas Operacionais	22.979	14.265
Resultado Operacional	22.979	14.192
Resultado Não Operacional	3.811	2.402
Resultado Antes da Tributação e Participações	26.790	16.594
Lucro/Prejuízo do Período	26.790	16.594

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	4	5
Aplicações Financeiras	79	74
Estoques	1.837	2.408
Créditos de Impostos	6.418	5.127
Títulos a receber	2.328	635
Importação em Andamento	988	1.400
Despesas dos Exercícios Seguintes	2	-
Outros Créditos	6	179
Total do Ativo Circulante	15.079	12.322
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	374.054	335.200
Clientes	17.887	14.173
Com Outras Pessoas Ligadas	103.443	108.150
Títulos a Receber	411	1.906
Títulos e Valores Mobiliários	245.600	204.960
Créditos de Impostos	2.214	2.740
Depósitos Judiciais	3.487	3.271
Permanente		
Investimentos	62.654	45.741
Imobilizado	16.757	20.789
Total do Ativo Não Circulante	453.922	402.325
Total do Ativo	469.001	414.647

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	5.408	5.529
Financiamentos e Empréstimos	3.358	2.259
Encargos Sociais a Recolher	1.920	1.856
Impostos, Taxas e Contribuições	4.059	4.039

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Provisão de Férias e Encargos	928	1.445
Adiantamentos sobre encomendas	372	372
Debêntures	112.866	102.920
Outras Contas a Pagar	6.311	6.918
Total do Passivo Circulante	135.222	125.338
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos e empréstimos	4.822	5.473
Impostos e Contribuições a Recolher	158.216	143.982
Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.208	2.708
Provisões para Contingências	5.606	4.787
Outros	210	312
Total do Passivo Não Circulante	171.062	157.262
Patrimônio Líquido		
Capital Social	191.423	191.423
Reserva de Reavaliação	6.391	7.628
Lucros/Prejuízos Acumulados	(38.977)	(67.004)
Total do Patrimônio Líquido	158.837	132.047
Total do Passivo	469.001	414.647

7.4.3. Capital Social

O capital social integralizado da INEPAR Equipamentos, na data deste Prospecto, é de R\$ 191.422.963,24 (cento e noventa e um milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte quatro centavos) representados por 246.385.991 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, inclusive em relação ao capital e sem valor nominal e 66.034.745 ações preferenciais nominativas, totalizando.

7.4.4. Atividades da INEPAR Equipamentos

A INEPAR Equipamentos, subsidiária integral da INEPAR Indústria, através da sua coligada IESA Projetos atua no segmento de Geração e Equipamentos Pesados, onde são produzidos equipamentos para atender a demanda dos mais importantes setores de infra-estrutura do país tais como: geração de energia, transporte metro-ferroviário, movimentação e levantamento de materiais, cimento e mineração, portuário, siderurgia, petróleo e petroquímicos.

Estes equipamentos são produzidos através do Centro de Excelência Industrial em Araraquara (SP), com área total de 823 mil m², sendo 145 mil m² de área construída, com mais de 300 máquinas operatrizes.

7.4.5. Administração

Diretoria

Na data deste prospecto, a Diretoria da INEPAR Equipamentos era formada pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a próxima Assembléia que deliberar sobre as contas do exercício social.

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
Atilano De Oms Sobrinho	29/05/2007	Diretor Presidente
Cesar Romeu Fiedler	29/05/2007	Dir. Adm-Fin e Rel. com Investidores
Jauvenal De Oms	29/05/2007	Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, a INEPAR Equipamentos possuía um Conselho de Administração vago.

Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, a INEPAR Equipamentos não possuía um Conselho Fiscal.

7.5. INEPAR Indústria

7.5.1. Breve Descritivo da INEPAR Indústria

A INEPAR Indústria iniciou suas operações em 1953, como ENCO – Engenharia e Comércio. Em 1968 foi criada a INELCO - Indústria Elétrica e Comércio, tendo como principal objetivo à fabricação e montagem de painéis elétricos de baixa tensão, centro de controles de motores e cubículos de média tensão para indústrias. Em 1971 houve a mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda. Em 1976, a ENCO e INEPAR se transformam em S.A, ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para INEPAR Indústria.

Ao longo do tempo, a empresa expandiu sua área de atuação no setor de energia, tornando-se líder, adicionando novos produtos e serviços, o que permitiu oferecer ao mercado equipamentos e sistemas integrados nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O patrimônio da Companhia, baseado no balanço-base datado de 31 de dezembro de 2007, é composto por:

Ativo/Passivo	Valor (R\$ mil)
Ativo circulante	716.713
Ativo realizável a longo prazo	1.290.612
Ativo permanente	245.672
Passivo circulante	1.150.445
Passivo exigível a longo prazo	798.420
Patrimônio líquido	304.132

Os principais acionistas da INEPAR Indústria são:

Acionistas	Participação
INEPAR Participações	59,05%
Caixa de Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	17,45%
CENTRUS	8,72%
FATOR	6,65%
AERUS	4,69%
PETRUS	3,13%

7.5.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da INEPAR Indústria

O quadro a seguir contém alguns dados financeiros seleccionados a partir das Demonstrações Financeiras auditadas da INEPAR Indústria relativas ao período findo em 30 de dezembro de 2007, conforme dados constantes das Notas Explicativas das referidas Demonstrações, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Martinelli Auditores.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras seleccionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Demonstração de Resultados		
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	962.578	795.700
Deduções da Receita Bruta	(120.402)	(108.556)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	842.176	687.144
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(683.496)	(547.994)
Resultado Bruto	158.680	139.150
Despesas/Receitas Operacionais	(162.727)	(151.681)
Resultado Operacional	(4.047)	(12.531)
Resultado Não Operacional	27.552	12.162
Resultado Antes da Tributação e Participações	23.505	(369)
Lucro/Prejuízo do Período	18.998	10.190

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
	<i>(em milhares de reais)</i>	
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	97.884	116.429
Clientes	253.923	255.402
Estoques	189.657	174.728
Títulos a receber	69.655	24.561
Bens destinados a venda	11.784	11.784
Créditos de Impostos	67.188	59.666
Despesas dos Exercícios Seguintes	3.072	1.102
Outros Créditos	23.550	28.893
Total do Ativo Circulante	716.713	672.565
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	1.290.612	1.254.294
Clientes	205.289	173.361
Com Outras Pessoas Ligadas	314.529	302.559
Títulos a receber	65.714	105.433
Títulos e valores mobiliários	264.395	222.485
Bens destinados a venda	388.521	391.568
Permanente		
Investimentos	23.410	36.715
Imobilizado	196.825	205.921
Diferido	1.547	5.480
Total do Ativo Não Circulante	1.536.284	1.502.410
Total do Ativo	2.252.997	2.174.975

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	44.091	65.537
Financiamentos e Empréstimos	472.995	462.829
Debêntures	263.283	228.695
Encargos Sociais a Recolher	30.889	51.780

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Impostos, Taxas e Contribuições	61.805	67.337
Provisões de Custos e Encargos	69.669	65.125
Adiantamento sobre encomendas	134.246	149.859
Títulos a pagar	43.540	40.523
Outras Contas a Pagar	16.645	14.342
Total do Passivo Circulante	1.150.445	1.157.176
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos e empréstimos	79.143	46.232
Impostos e Contribuições a Recolher	553.204	501.599
Dívidas com Pessoas Ligadas	12.428	36.958
Provisões para Impostos Diferidos	78.643	83.697
Provisões para Contingências	61.765	51.643
Outros	13.237	9.483
Total do Passivo Não Circulante	798.420	729.612
Patrimônio Líquido		
Participação de Minoritários	149.547	152.045
Capital Social	581.063	581.063
Reserva de capital	2.626	2.626
Reserva de Reavaliação	115.453	124.628
Lucros/Prejuízos Acumulados	(557.940)	(572.175)
Total do Patrimônio Líquido	304.132	288.187
Total do Passivo	2.252.997	2.174.975

7.5.3. Capital Social

O capital social da INEPAR Indústria, na data deste Prospecto, é de R\$ 581.063.081,67 (quinhentos e oitenta e um milhões, sessenta e três mil e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos) representados por R\$ 202.855.000,00 (duzentos e dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil) em ações ordinárias nominativas, com direito a voto, inclusive em relação ao capital e sem valor nominal, e R\$ 378.208.000,00 (trezentos e setenta e oito milhões duzentos e oito mil) em ações preferenciais.

7.5.4. Atividades da INEPAR Indústria

A INEPAR Indústria, através da IESA Projetos, sua controlada integral, oferece produtos, sistemas, serviços e soluções integradas e completas para infra-estrutura, com foco de atuação no mercado de geração de energia, óleo e gás, transporte metro-ferroviário, movimentação de materiais, metalurgia e siderurgia.

Sua atuação nestas áreas se destaca pela sinergia entre sua capacidade de engenharia, Construções e Montagens e as suas Indústrias aliados a mais alta tecnologia agregada por seus parceiros em tecnologia.

Para atender a este mercado a empresa concentrou a partir de 2004 suas atividades operacionais e mercadológicas na IESA Projetos.

Com o processo de privatização dos diversos setores em que a empresa atua, houve grande mudança no perfil dos nossos clientes, a partir do qual grandes investimentos foram realizados, principalmente nas áreas de geração e transmissão de energia.

No mercado de Petróleo, Química e Petroquímica se destaca a Petrobrás como sendo o principal cliente deste segmento, o qual tem promovido expressivos investimentos para aumento da capacidade de produção, reforma e modernização de plataformas e refinarias existentes, bem como, instalação de novas.

Nas áreas de grandes projetos industriais, maior parcela dos projetos é desenvolvida junto a clientes privados. De modo geral, os investimentos nesta área são afetados pelas políticas macro-econômicas do Governo e de acordo com a ação das forças de mercado tanto interno como externo.

7.5.5. Administração

Conselho de Administração

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração da INEPAR Indústria era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2007:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
Atilano de Oms Sobrinho	31/12/2007	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
Di Marco Pozzo	31/12/2007	Conselho de Administração (Efetivo)
Natal Bressan	31/12/2007	Conselho de Administração (Efetivo)
Cesar Romeu Fiedler	31/12/2007	Conselheiro e Dir. Adm-Fin e Rel Invest.
Irajá Galliano Andrade	31/12/2007	Conselho de Administração (Efetivo)
Carlos Alberto Del Claro Gloger	31/12/2007	Conselho de Administração (Efetivo)
Carlos Vinicius Raposo Machado Costa	31/12/2007	Conselho de Administração (Efetivo)
Wellington Geraldo Silva	31/12/2007	Conselho de Administração (Efetivo)

Diretoria

A Diretoria da INEPAR Indústria é composta por 3 membros: Diretor Presidente, Diretor de Distribuição, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo, Diretor de Geração, Diretor de Transmissão e Diretor Jurídico, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

O Estatuto Social da INEPAR Indústria estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto a Diretoria da Emissora era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2010:

Nome do Diretor	Data da Eleição	Cargo
Atilano de Oms Sobrinho	25/05/2007	Diretor Presidente
Jauvenal De Oms	25/05/2007	Diretor Comercial
César Romeu Fiedler	25/05/2007	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidor

Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, o Conselho Fiscal da INEPAR Indústria era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 30 de abril de 2008:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Suplente
Jose Higino Buczenko	04/04/2006	Rubens Gerigk
Pedro A Luiz Caldeira	04/04/2006	Alcides Bueno Filho
Adrian Monge Jar'a	04/04/2006	Antonio Carlos Pedroso de Siqueira
Nelson Nerry Petry	04/04/2006	Heitor Farias de Castro
Augusto M de Campos	04/04/2006	Eraldo Leite Dantas

(página intencionalmente deixada em branco)

8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

(página intencionalmente deixada em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

8.1. Informações sobre as Partes

8.1.1. As Cedentes

As Cedentes fazem parte do mesmo grupo econômico. Para maiores informações sobre as Cedentes, vide Seção 7 deste Prospecto.

8.1.2. O Administrador

Com mais de 20 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia é uma das líderes em seu segmento, ocupando as primeiras colocações no ranking em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, a Concórdia tem em seus quadros mais de 150 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BOVESPA e na BM&F, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, commodities e títulos públicos e privados, com vasta experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

A Concórdia administra aproximadamente R\$ 4 bilhões em investimentos no mercado financeiro, tanto de clientes institucionais e pessoas físicas, que buscam na corretora rentabilidade e solidez para suas aplicações.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos.

A Concórdia também é reconhecida no mercado pela administração e gestão de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, representando aproximadamente um montante de R\$ 2 bilhões.

8.1.3. O Custodiante

O Custodiante vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões.

No Brasil, o Custodiante atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Custodiante expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto -Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Custodiante atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o grupo Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de *rating* internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fitch IBCA.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do grupo Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade tem data de 1994, oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e no ano de 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

8.1.4. O Banco Schahin S.A.

O Grupo Schahin tem sua atuação no mercado financeiro brasileiro representada pelo Banco Schahin. A entrada do Grupo no ramo financeiro aconteceu em 1978, com o início das operações da antiga Schahin Cury Corretora, atual Schahin Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.

Em 1989 foi fundado o Banco Schahin, que rapidamente obteve destaque no mercado, dado o excelente desempenho da Corretora nos seus primeiros 10 anos de existência. Este resultado deve-se, principalmente, aos significativos volumes operados para seus clientes, à qualidade dos serviços financeiros e ao pioneirismo na introdução do mercado de derivativos no Brasil.

Ao longo de sua trajetória, o Banco Schahin vem se destacando por sua agilidade, qualidade e resultados alcançados para a instituição e para seus clientes nas áreas em que atua: Comercial e de Investimento. Isto vem sendo comprovado por meio dos índices qualitativos e quantitativos da instituição, como: alta liquidez, excelente solvência, qualidade da carteira de crédito, alta capitalização, baixa alavancagem e bom resultado, conforme agências de acompanhamentos e ratings do mercado local.

Estas características, aliadas à excelência empresarial do Grupo Schahin e à capacitação técnica dos seus executivos e profissionais, fizeram com que o Banco Schahin permanecesse distante de diversas crises financeiras, brasileiras e mundiais. O conceito do Banco Schahin é crescer sustentado em bases sólidas, tanto de capital financeiro quanto de capital humano.

Preparado para atender a todas as necessidades de sua base de clientes e parceiros, o Banco Schahin procura sempre maximizar relacionamentos e oportunidades de negócios, além de prospectar novos clientes e operações, dando continuidade à sua trajetória de sucesso.

Do Conglomerado Schahin, o investidor recebe informações sobre as opções de investimentos disponíveis, a forma como os recursos dos fundos de investimento estão sendo aplicados, oportunidades e riscos envolvidos.

Sua equipe está sempre pronta para orientar cada cliente para os melhores negócios com dados atualizados do mercado financeiro.

O Grupo Schahin conta com uma equipe altamente especializada que, através da utilização dos mais avançados processos de seleção de ativos e gestão de risco, busca proporcionar o melhor retorno para os clientes dentro das particularidades de cada produto.

8.2. Relacionamento entre as Partes

8.2.1. Relacionamento entre as Cedentes e o Administrador

Além do relacionamento referente à Oferta, as Cedentes não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com o Administrador. As Cedentes poderão, no futuro, contratar o Administrador para assessorá-las na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

8.2.2. Relacionamento entre as Cedentes e o Custodiante

Além do relacionamento referente à Oferta, as Cedentes não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com o Custodiante. As Cedentes poderão, no futuro, contratar o Custodiante para assessorá-las na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

8.2.3. Relacionamento entre as Cedentes e o Banco Schahin S.A.

Na data desse Prospecto, a Cedente Líder e o Banco Schahin S.A. realizam as seguintes operações: (i) operações de crédito – CDB, no montante total de R\$ 1.004.993,53 na data deste Prospecto, com taxa de juros composta de 105% do CDI e vencimento final em 03 de março de 2011; (ii) serviços de conta corrente; e (iii) serviços de conta investimento.

8.2.4. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Exceto no que se relaciona à Oferta, na data deste Prospecto, o Administrador mantém apenas relacionamento comercial com o Custodiante, em razão do Administrador administrar fundos de investimento, que têm como prestador de serviços de custódia, o Custodiante. O Administrador não possui nenhum contrato em vigor com o Custodiante além dos necessários para a custódia de fundos de investimento que são administrados pelo Administrador.

8.2.5. Relacionamento entre o Administrador e o Banco Schahin S.A.

Além dos serviços de administração e gestão do FUNDO, na data deste Prospecto, o Administrador não prestava nenhum outro serviço e não mantém relacionamento com o Banco Schahin S.A..

8.2.6. Relacionamento entre o Custodiante e o Banco Schahin S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, o Custodiante não mantém, na data deste Prospecto, relacionamento comercial com o Banco Schahin.

9. ANEXOS

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I – Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços e Regulamento do Fundo (versão atualizada e registrada)

(página intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO
PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CNPJ/MF n.º 09.542.006/0001-65**

Pelo presente instrumento particular, a **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("Administrador"), na qualidade de administrador do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65,

Considerando que:

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado em 30 de abril de 2008 e registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 1548524;
- (ii) O Fundo não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação, e
- (iii) O Fundo sofreu alterações no que se refere ao seu patrimônio inicial, aos direitos de crédito por ele adquiridos e em sua data de encerramento do exercício social.

1. Resolve o Administrador:

- (a) alterar o item 8.1 do regulamento do Fundo ("Regulamento"), a fim de que seja previsto o novo patrimônio líquido do Fundo após sua primeira emissão de quotas;
- (b) alterar o item 3.1 do Regulamento, bem como seu Anexo II e Anexo III, a fim de que sejam retificados os dados dos direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e

1583059

SÃO PAULO

GO

OFICIAL REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS



- (c) alterar o item 17.2 do Regulamento, a fim de estipular a nova data de encerramento do exercício social do Fundo.

Em virtude das alterações ora realizadas, o Regulamento do Fundo passa a vigorar com a redação anexa à presente deliberação.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento do Fundo, vai a presente assinada em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 02 de Abril de 2009.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Por: Antonio Joel Rosa

Cargo: Diretor

11383247

6

Dr. Rodolpho Lazzarotto
**Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica**
CNPJ 45.565.314/0001-70
Rua Benjamin Constant, 152 - Tel: (11) 3197-0031 - São Paulo

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme
sob nº **1583059** e averbado à margem do registro nº 1548524

São Paulo, **06 ABR 2009** Escrevente Autorizado

2

Seios e taxas recolhidos por verba

Emol R\$	Estado R\$	Imp. R\$	R.C. R\$	T.J. R\$	TOTAL R\$
252,39	72,45	52,63	13,21	13,21	404,09

SÃO PAULO

- 618 3059

OFICIAL R.T.U.
MICROFILME

1583059

69

OFICIAL R.D.
NOT. FILME

- 6 III 2009

1583059

Anexo I ao Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços datado de 2 de Abril de 2009.

REGULAMENTO DO ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
C.N.P.J./M.F. n.º 09.542.006/0001-65

CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. - O Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento ("Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. - O patrimônio do Fundo será formado por duas classes de quotas ("Quotas"), sendo uma única classe de quotas seniores ("Quotas Seniores") e uma única classe de quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas").

1.2.1. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritas neste Regulamento.

1.3. - O Fundo tem prazo de duração de 6 (seis) anos contado a partir da data da 1ª (primeira) Integralização de Quotas, podendo este prazo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos caso ao final do 6º (sexto) ano o valor recuperado não seja suficiente para remunerar o Quotista titular de Quotas Seniores, desde que mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

2.1. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, residentes ou não residentes no Brasil, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das

SÃO PAULO

Quotas e que aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo serão denominados simplesmente como "Quotistas").

2.2. - A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo, no mercado primário e/ou no mercado secundário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE

3.1. - O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio (i) do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela (a) **IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A.**, sociedade com sede na do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 6º ao 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80 ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder"), (b) **INEPAR Energia S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, conjunto 1301, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23 ("INEPAR Energia"), (c) **INEPAR S.A. Indústria e Construções**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06 ("INEPAR Indústria"), (d) **INEPAR - Administração e Participações S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.542.602/0001-09 ("INEPAR Participações"), e (e) **INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97 ("INEPAR Equipamentos" e, em conjunto com IESA Projetos, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações, as "Cedentes"), sendo os direitos de crédito originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes definidos como "Direitos de Crédito" e (ii) da realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito, por meio da contratação da Cedente Líder e/ou da MDC Assessoria Empresarial S.A., sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07 ("MDC"), sendo a MDC, em conjunto com a Cedente Líder "Agentes de Cobrança". Os Agentes de

SÃO PAULO

Cobrança serão responsáveis, ainda, pelo acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito.

3.1.1. Os Direitos de Crédito são originados do fornecimento de equipamentos e da prestação de serviços específicos pelas Cedentes e estão vencidos e não foram pagos nas datas originais de vencimento e/ou são objeto de discussão judicial, fato que será conhecido e atestado pelos Quotistas por meio de assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao presente Regulamento e ao Prospecto. Os Direitos de Crédito têm origem no fornecimento de equipamentos e na prestação de serviços pelas Cedentes para os respectivos clientes e/ou contrapartes nas operações comerciais ("Devedores"). Os processos de origem dos Direitos de Crédito estão descritos no Anexo I ao presente Regulamento.

3.1.2. - Em face das características dos Direitos de Crédito, o Fundo adotará diferentes estratégias e procedimentos nos esforços de cobrança dos pagamentos de tais Direitos de Crédito. Para os Direitos de Crédito que são objeto de discussão judicial, caso a demanda seja julgada (i) procedente, a cobrança será realizada por meio de procedimento de execução; e (ii) improcedente, será avaliada pelos Agentes de Cobrança, em conjunto com os advogados que patrocinam as referidas ações, a conveniência da interposição de recurso. Sem prejuízo da discussão judicial, serão mantidos os contatos telefônicos, correspondências ou reuniões, a fim de se chegar a um acordo amigável entre as partes, que poderá encerrar a ação judicial, tornando a cobrança menos custosa e mais célere. A cobrança dos Direitos de Crédito que ainda não são objeto de discussão ou cobrança judicial será inicialmente realizada de forma extrajudicial, por meio de contatos telefônicos, correspondências ou reuniões. Caso a cobrança extrajudicial não obtenha resultados satisfatórios, os Agentes de Cobrança decidirão sobre a propositura das medidas judiciais cabíveis. Na prestação de seus serviços, os Agentes de Cobrança agirão de forma discricionária, observando sempre o melhor interesse dos Quotistas e maximizando a recuperação dos Direitos de Crédito nos menores prazos possíveis.

3.1.3. - Os documentos que formalizam a origem e a exequibilidade dos Direitos de Crédito serão contratos celebrados entre as Cedentes, conforme o caso, e seus clientes e/ou contrapartes nas

SÃO PAULO

operações comerciais ("Devedores"), bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência e validade e à cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando a contratos de fornecimento de equipamento e de prestação de serviços, contratos de compra e venda de bens, faturas, notas promissórias, títulos executivos judiciais ou extrajudiciais, correspondências, apólices de seguro, petições iniciais, contestações, laudos periciais e outros documentos que instruem ou fazem parte das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, incluindo despachos, decisões interlocutórias e sentenças judiciais, e todos os demais documentos que evidenciem a existência dos Direitos de Crédito. Para todos os fins deste Regulamento, tais documentos serão designados como os "Documentos Comprobatórios". Os contratos de prestação de serviços que originam os Direitos de Crédito estão descritos no Prospecto do Fundo.

3.1.4. - Os adquirentes de Quotas do Fundo deverão atestar, por escrito, por meio de termo de ciência de risco e de adesão a este Regulamento e ao Prospecto, ter completo entendimento e conhecimento do disposto nos itens 3.1.1. a 3.1.3. acima, bem como estar cientes de eventuais riscos relacionados ao disposto nos referidos itens, inclusive, mas não se limitando à possibilidade de perda total de seu capital investido no Fundo e à necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo.

3.2. - Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios definidos no Capítulo Seis abaixo.

3.3. - O Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark das Quotas Seniores") equivalente a 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP ("CETIP"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), incidente sobre o valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da Primeira Data de Emissão e incorporado simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de

SÃO PAULO

cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido) ("Remuneração da Quota Sênior").

3.3.1. - No caso de indisponibilidade da Taxa DI, será utilizada em substituição, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos aos titulares de Quotas Seniores previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização (conforme abaixo definido), até a data da deliberação da Assembleia Geral de Quotistas especialmente convocada para deliberar sobre novo parâmetro de rentabilidade a ser aplicado às Quotas Seniores, sendo que a posterior divulgação da Taxa DI aplicável não ensejará o direito a qualquer compensação para o Fundo ou para os Quotistas.

3.3.2. - Na hipótese de extinção da taxa DI, impossibilidade de sua utilização para a apuração do valor das Quotas Seniores ou indisponibilidade por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou 15 (quinze) dias úteis alternados em um período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data em que se verificar um desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir novo parâmetro a ser aplicado às Quotas Seniores. Até a deliberação desse parâmetro, deverá ser observado o disposto no item 3.3.1. acima.

3.4. - O Fundo buscará atingir, para as Quotas Subordinadas, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark das Quotas Subordinadas") equivalente a 18% (dezoito por cento) ao ano, incidente sobre o valor da Quota Subordinada, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da Primeira Data de Emissão e incorporado simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Subordinada de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido) ("Remuneração da Quota Subordinada").

3.5. - O Benchmark de cada uma das classes de Quotas não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança e/ou das Cedentes e seus controladores.

3.5.1. - Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas, observada a prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores sobre as Quotas Subordinadas, não farão jus a

Handwritten signature

SÃO PAULO

uma rentabilidade superior ao Benchmark, que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas.

CAPÍTULO QUATRO - DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE APLICÁVEL AOS DIREITOS DE CRÉDITO

4.1. - Somente poderão integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") os Direitos de Crédito de titularidade das Cedentes, vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originários de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços contratadas entre as Cedentes, conforme o caso, e os Devedores, listados no Anexo II ao presente Regulamento e indicados no arquivo a ser enviado pelas Cedentes ao Custodiante nos termos do Contrato de Cessão ("Critério de Elegibilidade").

4.2. - O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar, nas operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, o atendimento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade acima descrito.

CAPÍTULO CINCO – DA PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

5.1. - O Fundo celebrará Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças com as Cedentes ("Contrato de Cessão"), por meio do qual o Fundo receberá em cessão os Direitos de Crédito de titularidade das Cedentes listados no Anexo II ao presente Regulamento. O Fundo somente poderá adquirir direitos de crédito outros que não aqueles listados no Anexo II mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

5.2. - Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro, a cessão dos Direitos de Crédito abrangerá, além do direito de recebimento das Cedentes decorrente dos Direitos de Crédito, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todas e quaisquer multas compensatórias e/ou indenizatórias e prêmios de seguros devidos às Cedentes pelos Devedores, inclusive, sem limitação, aqueles relacionadas a ou decorrentes de rescisão de qualquer dos contratos relacionados aos Direitos de Crédito.



SÃO PAULO

5.3. - Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito que venham a ser adquiridos pelo Fundo serão transferidos pelas Cedentes ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

5.3.1. - A guarda física dos Documentos Comprobatórios será feita pela Cedente Líder, na qualidade de fiel depositária, de acordo com o disposto no "Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças" ("Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios").

**CAPÍTULO SEIS – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO
E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

6.1. - A partir de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito.

6.2. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja aplicada em Direitos de Crédito poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, nos ativos financeiros a seguir descritos ("Ativos Financeiros"):

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- (iv) certificados e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro que sejam classificadas como *investment grade*, e
- (v) operações compromissadas lastreadas nos ativos referidos em (i), (ii) e (iii) acima.

6.2.1. - O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

6.3. - Os Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação (i) de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob

SÃO PAULO

controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física e/ou (ii) de uma mesma Instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não poderão exceder 20% do patrimônio líquido do Fundo.

6.3.1. - Até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito originados por uma mesma pessoa jurídica, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

6.4. - O Fundo poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou por empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador sem qualquer limitação. Adicionalmente, o Fundo não realizará aplicações em Direitos de Crédito de responsabilidade do Administrador e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas, ou de sociedades sob controle comum.

6.5. - O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, incluindo seus controladores, as sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum, no limite de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

6.5.1. - O percentual referido no caput poderá ser elevado até o limite de 100% (cem por cento) quando o Devedor ou coobrigado: (i) tenha registro de companhia aberta; (ii) seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central; ou (iii) seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM.

SÃO PAULO

6.6. - Durante o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser alocados nos Ativos Financeiros.

6.7. - Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 9.16 abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. **Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia".**

6.8. - O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

6.9. - O Fundo poderá negociar com terceiros os Direitos de Crédito integrantes de sua Carteira, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, conforme quorum de deliberação descrito no Capítulo Quinze abaixo, desde que as negociações sejam realizadas a taxa de mercado.

6.10 - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

6.10.1. - Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

6.11. - Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação previstos neste Capítulo por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos ("Prazo para Reenquadramento"), o Administrador deverá convocar, no 1º (primeiro) dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento, Assembléia Geral de

SÃO PAULO

Quotistas para deliberar sobre (i) aquisição de novos Direitos de Crédito para fins de reenquadramento da Carteira; (ii) realização de Amortização Extraordinária (conforme definida no item 12.1. abaixo), observado, no que couber, o disposto no Capítulo Doze abaixo; (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento; ou (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate das Quotas.

6.11.1. - O Prazo para Reenquadramento não se aplica para o limite de concentração previsto nos itens 6.1., 6.3. e 6.3.1. acima.

6.12. - A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Custodiante, sendo que os Ativos Financeiros serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

6.13. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Custodiante, das Cedentes, dos Agentes de Cobrança, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

6.14. - Os investimentos do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Um deste Regulamento.

CAPÍTULO SETE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

7.1. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

7.2. - No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados diariamente de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base no Preço de Aquisição ou no Valor Atribuído ao Direito de Crédito, conforme definidos no Contrato de Cessão.

7.3. - Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e

SÃO PAULO

eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

7.4. - O Administrador constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referentes aos Direitos de Crédito, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Anexo IV ao presente Regulamento, nos termos da regulamentação em vigor, devendo manter o Custodiante informado das provisões constituídas.

7.5. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações quanto ao montante, a natureza e as faixas de vencimento, quando aplicáveis, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO OITO – DO PATRIMÔNIO INICIAL

8.1. - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a Primeira Emissão, será formado por 160 (cento e sessenta) Quotas, sendo 8 (oito) Quotas Seniores e 152 (cento cinquenta e duas) Quotas Subordinadas, com Preço de Emissão, na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando um patrimônio de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), sendo que o funcionamento do Fundo dependerá da colocação da totalidade das Quotas que compõem o Patrimônio Inicial.

8.2. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Nove a Quatorze abaixo.

8.3. - Emissões de novas Quotas Subordinadas do Fundo poderão ser realizadas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas, nas hipóteses previstas neste Regulamento. Emissões de novas Quotas Seniores somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas. Para os fins deste Regulamento as novas Quotas Subordinadas e as novas Quotas Seniores do Fundo serão referidas, indistintamente, como "Novas Quotas".

8.3.1. - Nas emissões de Novas Quotas do Fundo o valor das novas Quotas Subordinadas deverá sempre representar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo calculado "pro forma", considerando as Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

SÃO PAULO

8.3.2. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Nove a Quatorze abaixo.

8.3.3. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os atuais Quotistas não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

8.3.4. - Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07 ("Instrução CVM nº 356/01"), da Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM nº 444/06") e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400/03").

CAPÍTULO NOVE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

9.1. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas classes, sendo uma única classe de Quotas Seniores e uma única classe de Quotas Subordinadas.

9.2. - Todas as Quotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas mantida pelo Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Quotas do Fundo.

Direitos Patrimoniais

9.3. - As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. As Quotas Subordinadas serão pagas nas mesmas datas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas. As Quotas Subordinadas somente serão amortizadas na hipótese de que trata o Capítulo Dez abaixo.

Direitos de Voto das Quotas

SÃO PAULO

9.4. - As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

9.5. - Enquanto houver Quotas Seniores em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Quinze. Após o resgate integral de todas as Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Oferta Pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

9.6. - As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão objeto de oferta pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de início da oferta.

9.6.1. - O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo referido no item 9.6. acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

9.7. - As despesas relacionadas ao registro da oferta pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto no Capítulo Dezesseis deste Regulamento.

9.8. - Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembléia Geral.

9.9. - O anúncio de início da oferta pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas apresentará os termos e condições da oferta pública, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento.

Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas

SÃO PAULO

9.10. – Caso o Administrador, nos termos do item 8.3. acima, emita novas Quotas Subordinadas, a Cedente Líder, observado o disposto no item 9.10.1. abaixo, se compromete a subscrever as novas Quotas Subordinadas que não sejam subscritas na oferta pública das novas Quotas Subordinadas, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças a ser celebrado entre as Cedentes e o Fundo (“Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas”).

9.10.1. - O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que a Cedente Líder e as demais Cedentes, em caráter solidário, se comprometem a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo que não sejam subscritas na oferta pública de novas Quotas Subordinadas.

Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

9.11. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e de adesão a este Regulamento e ao Prospecto, na forma do Anexo III a este Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Dezenove abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

9.12. - As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 8.1. acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de integralização, na forma dos itens 9.16. e 9.17. abaixo.

9.12.01. – A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.2. do Capítulo Dois acima.

9.12.02. – As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas com Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 4.1. acima.



SÃO PAULO

9.13. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo ("Primeira Data de Emissão").

9.14. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo (inclusive emissões de que trata o Capítulo Onze abaixo), tais Novas Quotas serão Integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 9.16. e 9.17. abaixo.

9.15. - A integralização das Quotas será efetuada por meio do Módulo de Distribuição de Cotas – MDC da CETIP e/ou de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

9.15.1 - O extrato da conta de depósito emitido pelo escriturador é o documento hábil a demonstrar o número de Quotas de titularidade de cada Quotista.

CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Quotas Seniores

9.16. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será correspondente ao menor entre os seguintes valores: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na respectiva data de apuração; ou (ii) a Remuneração da Quota Sênior incidente sobre o valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da Primeira Data de Emissão, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Quota Sênior} = VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times f_i)],$$

onde:

VII - é o valor inicial da Quota Sênior na Primeira Data de Emissão

SÃO PAULO

$(f1 \times f2 \times f3 \times fj)$ – é o fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior calculado de acordo com a seguinte expressão:

Os termos $f1, f2, f3, \dots, fj$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_i = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

onde:

fj – é o fator diário da Taxa DI

Taxa DIj – corresponde à 100% (cem por cento) da Taxa DI, a partir da Primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, referente ao dia “j”.

S – corresponde ao percentual da Taxa DI igual a 115% (cento e quinze por cento), expressa em forma decimal (o “Fator Multiplicador”).

Crerios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

9.17. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do (i) valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no item 9.16. acima, pelo (ii) número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração (“Valor de Referência”), sendo que o valor de cada Quota Subordinada estará limitado ao respectivo Preço de Emissão acrescido da Remuneração da Quota Subordinada (“Valor Máximo das Quotas Subordinadas”).

a) O Valor de Referência será calculado de acordo com a seguinte forma:

$$\text{VUQS} = \frac{\text{PL} - (\text{VIQ} \times \text{QS})}{\text{QSUB}}$$



6 MAR 2009

OFICIAL C.R.D.
MONTI TIME

1583059

SÃO PAULO

Onde,

VUQS – valor unitário da Quota Subordinada em qualquer data de integralização ou resgate, conforme o caso, posterior a Primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas

PL – Patrimônio Líquido

VIQ – valor inteiro referencial da Quota Sênior apurado diariamente na forma da Cláusula 9.16

QS – número de Quotas Seniores em circulação na data de apuração do VUQS

QSUB – número de Quotas Subordinadas em circulação na data de apuração do VUQS

b) O Valor Máximo das Quotas Subordinadas será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VUQS = VU_o \left(1 + \frac{TAXA\ Base}{100} \right)^{\frac{n}{252}}$$

Onde:

VUQS – valor unitário da Quota Subordinada apurado de acordo com a Taxa Base

Taxa Base – corresponde a 18% (dezoito por cento) ao ano, a partir da Primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas, referente ao dia “j”.

n – número de dias úteis entre a data da primeira integralização de Quotas Subordinadas e a respectiva data de apuração do Valor da Quota Subordinada.

VUO – Valor unitário da Quota Subordinada na Primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas

SÃO PAULO

9.18. - Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro Período de Capitalização, na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, inclusive e (ii) para os demais Períodos de Capitalização, em cada data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo, inclusive, e termina na data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo imediatamente subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota.

Negociação das Quotas do Fundo

9.19. - As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão admitidas à negociação nos sistemas de negociação no Sistema de Fundos Fechados ("SFF"), mantido e operacionalizado pela CETIP, podendo ser admitidos outros locais de negociação, a critério do Administrador, desde que aprovado em Assembléia Geral de Quotistas.

9.19.1. - Na hipótese de negociação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado.

Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

9.20. - As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão avaliadas pela agência de classificação de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"). A classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será atualizada trimestralmente e poderá variar significativamente, de tempos em tempos, de acordo com o desempenho dos Direitos de Crédito e com o andamento das ações judiciais a que alguns dos Direitos de Crédito estão sujeitos.

9.20.1. - Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas.

9.20.2. - Caso haja rebaixamento da classificação de risco das Quotas em 1 (um) nível, será providenciada pelo Administrador a publicação de fato relevante, sem, contudo, tal rebaixamento ser considerado um Evento de Liquidação.



- 6 ABR 2015

1583059

SÃO PAULO

9.20.3. – Caso haja rebaixamento da classificação de risco das Quotas em 2 (dois) níveis ou mais, além das providências relativas à publicação de fato relevante, deverão ser tomadas pelo Administrador, as providências relativas à ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do item 13.1. abaixo.

Razão entre Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

9.21. - Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 5% (cinco por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo ("Razão de Garantia").

9.22. - A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador com base nas informações recebidas pelo Custodiante, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação"). Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto no Capítulo Treze deste Regulamento, conforme o caso.

**CAPÍTULO DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS
MEDIANTE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações e Resgates

10.1. - A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização e/ou o resgate de Quotas, observado o disposto neste Capítulo.

10.2. - Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Seniores, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Subordinadas, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

10.3. - Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer

SÃO PAULO

mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, pelo valor da Quota no dia do respectivo pagamento.

10.4. - Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Quatorze deste Regulamento.

Condições de Amortização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

10.5. - Observado o disposto neste Capítulo Dez, as Quotas Seniores terão prioridade no recebimento de quaisquer valores devidos a título de amortização ou resgate.

10.6. - As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas, de acordo com o cronograma previsto no Anexo V ao presente Regulamento (cada, uma "Parcela de Amortização"). A amortização das Quotas Subordinadas observará a ordem de prioridade estabelecida no item 10.9. abaixo.

10.6.1. - Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas de cada série e emissão do Fundo será designada a "Data de Resgate" de tais Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas.

10.7. - Para os fins de pagamento das Parcelas de Amortização e do resgate das Quotas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

10.8. - O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota, será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$A_i = \frac{QS_i}{(n - N)}$$

onde:



6111

OTICIN R.T.O.
M.C. FILME

1583059

SÃO PAULO

A_i = corresponde ao valor da parcela de amortização devida no ano em referência;

QS_i = corresponde ao valor da Quota Sênior ou da Quota Subordinada, conforme o caso, na respectiva Data de Amortização;

n = corresponde ao número de parcelas de amortização programada das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas; e

N = corresponde ao número de amortizações já efetuadas.

10.09. - Os recursos disponíveis no Fundo em cada Data de Amortização serão alocados da seguinte forma: (i) no pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Seniores devida na respectiva Data de Amortização; (ii) no pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores, conforme abaixo definido; (iii) no pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Subordinadas devida na respectiva Data de Amortização; e (iv) no pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Subordinadas, conforme abaixo definido.

10.10. - Caso em uma Data de Amortização, o Fundo não disponha de recursos em valor suficiente para o pagamento da Parcela de Amortização das Quotas Seniores devida na referida data (cada insuficiência de recursos referida como "Insuficiência"), referida amortização será efetuada até o limite dos montantes disponíveis no Fundo e o montante correspondente à diferença entre o valor da Insuficiência e o valor da Parcela de Amortização de Quotas Seniores efetivamente paga pelo Administrador será incorporado ao valor devido na Parcela de Amortização de Quotas Seniores imediatamente subsequente, sendo as Parcelas de Amortização de Quotas Seniores prorrogadas nos termos deste item referidas como "Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores".

10.11. - Caso em uma Data de Amortização, após (i) o pagamento da Parcela de Amortização das Quotas Seniores e das eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores aos titulares das Quotas Seniores, o Fundo não disponha de recursos em valor suficiente para o pagamento da Parcela de Amortização das Quotas Subordinadas devida na referida data, referida amortização será efetuada até o limite dos montantes disponíveis no Fundo e o montante correspondente à diferença entre o valor da Insuficiência e o valor da

SÃO PAULO

Parcela de Amortização efetivamente paga pelo Administrador será incorporado ao valor devido na Parcela de Amortização de Quotas Subordinadas imediatamente subsequente, sendo as Parcelas de Amortização de Quotas Subordinadas prorrogadas nos termos deste item referidas como "Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Subordinadas".

10.12. - Caso o patrimônio líquido do Fundo venha a sofrer perdas em decorrência do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito não pagos ou declarados inexistentes ou inválidos, como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas. O valor das Quotas Seniores somente será afetado em virtude de perdas no patrimônio do Fundo em virtude do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade de Direitos de Crédito caso o valor total das Quotas Subordinadas não seja suficiente para referidas perdas.


**CAPÍTULO ONZE - DO APORTE ADICIONAL DE RECURSOS NO FUNDO
PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS**

11.1. - Na medida em que o Administrador identifique a necessidade de aportes adicionais de recursos pelos Quotistas titulares de Quotas Subordinadas, para fins de pagamento de despesas e/ou encargos do Fundo, incluindo despesas com a propositura de novas ações e condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, o Administrador chamará os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas para aportarem recursos no Fundo, mediante a subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas.

11.2. - O procedimento disposto no item 11.1. acima poderá ser repetido a cada necessidade de pagamento de encargos e despesas extraordinários do Fundo.

11.3. - Caso o Administrador chame os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas para aportarem recursos no Fundo para fins de pagamento de despesas e/ou encargos do Fundo e os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas não concordem com tal aporte de recursos no Fundo, será aplicado o disposto no Capítulo Treze abaixo.

**CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE
REENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS DE CRÉDITO**



6
- 6 ABR 2009

OFICIAL REG.
1583059

1583059

SÃO PAULO

12.1. - O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, amortização extraordinária das Quotas em circulação (a "Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida neste Regulamento.

12.2. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

12.3. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas do Fundo, independentemente da classe ou série em questão, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO TREZE – DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

13.1. - Poderão ser considerados Eventos de Liquidação do Fundo (os "Eventos de Liquidação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) renúncia do Custodiante, sem que suas funções sejam assumidas por uma nova instituição, nos termos definidos no respectivo contrato de custódia;
- (ii) não observância pelo Administrador dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não nomear instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (iv) na hipótese de a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo, após a realização da Primeira Emissão do Fundo e/ou durante o prazo de funcionamento do Fundo, ser rebaixada em 2 (dois) níveis ou mais;
- (v) na hipótese de o Administrador chamar aportes adicionais de recursos no Fundo e os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas não aceitarem realizar a subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas;

SÃO PAULO

(vi) na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas o determinar, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Quinze abaixo, mesmo sem qualquer justificativa ou razão; e

(vii) na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia.

13.2. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas imediatamente para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

13.2.1. - Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada acima, que será instalada por ao menos um titular de Quotas, os titulares de Quotas poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação de que trata a Capítulo Quinze abaixo, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

13.2.2. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas do Fundo com direito a voto em referida Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação de que trata a Capítulo Quinze abaixo, que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Quotas em até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento.

13.2.3. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que todas as Quotas do Fundo deverão ser resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, conforme disposto nos itens 9.16. e 9.17. acima, e mediante a observância do seguinte procedimento:

(i) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) disponíveis;

6^a
- 6 MAR 2008

OTICUL R.T.D.
NOT. FILME

1583059

SÃO PAULO

- (ii) como regra geral, os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores; e
- (iii) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas titulares das Quotas Seniores receberão qualquer eventual saldo que o Fundo detenha em moeda corrente nacional de forma *pro rata* e os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros serão entregues aos Quotistas titulares das Quotas Seniores, se for o caso e aos Quotistas titulares das Quotas Subordinadas em pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Quatorze abaixo.

**CAPÍTULO QUATORZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE
RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS
DE CRÉDITO
E/OU DE ATIVOS FINANCEIROS**

14.1. - Observado o procedimento disposto no item 14.2. abaixo, caso o Fundo, quando de sua liquidação, não disponha de recursos em moeda corrente nacional em valor suficiente para o pagamento do resgate integral das Quotas, as Quotas que ainda não tenham sido resgatadas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. O disposto nesse item 14.1. somente será aplicável às Quotas Seniores nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto no artigo 15, parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356/01.

14.1.1. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo nos termos deste Capítulo Quatorze será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

14.1.2. - Para fins da dação em pagamento prevista neste capítulo, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão considerados por seu valor contábil.

SÃO PAULO

14.1.3. - De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas.

14.1.4. - Após a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas titulares de Quotas do Fundo em quantidade suficiente para o pagamento do resgate total de suas Quotas, os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros que ainda integrarem a Carteira do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração da Cedente Líder, nos termos do item 19.2.2. abaixo.

14.2. - Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Quinze abaixo.

14.2.1. - Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento e deverá tomar todas as providências necessárias para liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

14.2.2. - O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

14.2.3. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será

60

ORIGINAL R.T.D.
MONTAGEM

- 6 ABR 2008

1583059

SÃO PAULO

exercida pelo titular de Quotas que detenha, individualmente, o maior número de Quotas em circulação.

14.2.4. - A empresa contratada pelo Fundo fará a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios existentes e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos (contados da notificação referida no subitem 14.2.2. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 14.2.3 acima, indicará ao Administrador e a empresa contratada pelo fundo para guarda dos Direitos de Crédito, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO QUINZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

15.1. - É da competência da Assembléia Geral:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração do Fundo, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo;
- (viii) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento, de acordo

SÃO PAULO

com o disposto no Capítulo Quatorze acima;

- (ix) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo;
- (x) aprovar a emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, após a Primeira Emissão; e
- (xi) aprovar a prorrogação do prazo de duração do Fundo.

15.2. - Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 15.1. acima e, enquanto existirem Quotas Seniores, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas, observado o disposto no item 9.5. acima, somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (iii), (v) e (vi) acima. Quando não mais existirem Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas, observado o disposto no item 9.5. acima, terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 15.1. acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembléia Geral.

15.2.1. - As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iv), (vii), (viii), (ix), (x) e (xi) do item 15.1 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral e não estejam expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Seniores em circulação.

15.2.2. - As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (iii), (v) e (vi) do item 15.1. acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a totalidade das Quotas emitidas e, em segunda convocação pela maioria das Quotas presentes.

15.2.3. - Para os fins deste Regulamento, entende-se por (i) "Quotas Seniores em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Seniores em circulação; e (ii) "Quotas Subordinadas em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Subordinadas em circulação que tenham seu direito de voto assegurado nos termos do item 15.2. acima.

15.2.4. - As "Quotas Seniores em circulação e com direito a voto" e as "Quotas Subordinadas em circulação e com direito a voto" serão, para os

6 ABR 2018

1583059

SÃO PAULO

fins deste Regulamento, em conjunto denominadas "Quotas em circulação e com direito a voto".

15.3. - A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas, pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, desde que o respectivo representante dos Quotistas (i) seja Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, (ii) não exerça cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exerça cargo nas Cedentes.

15.4. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral, por força de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

15.5. - A convocação de Assembléia Geral será feita pelo Administrador, (i) por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à data estabelecida para a realização da Assembléia Geral, observado que a convocação deverá indicar sempre o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

15.5.1. - Não se realizando a Assembléia Geral na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação da Assembléia Geral, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante convocação na forma referida no item 15.5. acima. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

15.5.2. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

SÃO PAULO

15.6. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações enviadas aos Quotistas ou publicadas, nos termos do item 15.5. acima, deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

15.7. - Os titulares de Quota Subordinada terão direito a comparecer a toda e qualquer Assembléia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

15.8. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a único e exclusivo critério do Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto na deliberação em questão, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis, a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

15.9. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto em todas as deliberações do dia.

15.10. - Somente poderão votar na Assembléia Geral, os Quotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

15.11. - Poderão votar na Assembléia Geral, observado o disposto no item 15.2. acima, os Quotistas que constarem do registro de quotistas no dia útil imediatamente anterior à data de realização da respectiva assembléia.

15.12. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral o Administrador e seus empregados.

15.13. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização, por meio de (i) carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.



SÃO PAULO

CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS ENCARGOS DO FUNDO

16.1 – Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração cobrada pelo Administrador, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia dos Ativos Financeiros;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, conforme previsto no Item 15.3. acima.

SÃO PAULO

16.2. - As despesas não previstas no item 16.1. supra, não serão consideradas como encargos do Fundo, mas correrão por conta do Administrador.

16.3. - O pagamento das despesas de que trata o item 16.2. acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada do Fundo pelo Administrador e não excedam o valor da taxa de administração.

16.3.1. - Na administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito as despesas previstas no subitem (vi) do item 16.2 acima serão suportadas pelos Agentes de Cobrança e reembolsadas semestralmente pelo Fundo na forma prevista no Contrato de Cessão.

16.4. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO DEZESSETE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

17.2. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de março de cada ano.

17.3. - O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

17.4. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO DEZOITO – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Da Administração do Fundo

18.1. - O Fundo será administrado pela CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM ("Administrador").

SÃO PAULO

18.2. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

18.3. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 120 (cento e vinte) dias corridos endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Quinze acima.

18.3.1 - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo por prazo a ser definido na referida Assembléia Geral de Quotistas, sendo que após esse prazo a nova instituição administradora deverá lhe substituir.

Da Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

18.4. - Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia qualificada e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11 ("Custodiante").

18.4.1. - O Custodiante verificará o lastro dos Direitos de Crédito em sua totalidade, comunicando o resultado desta verificação ao Administrador. O Custodiante, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência e manutenção.

18.4.2. - O Custodiante deverá informar o Administrador sobre o resultado da verificação dos lastros dos Direitos de Crédito, devendo o Administrador elaborar demonstrativo informando o resultado da referida verificação, de acordo com o disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356/01.

Empresa de Auditoria

SÃO PAULO

18.5. - A empresa de auditoria responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador é a KPMG Auditores Independentes.

Agência de Classificação de Risco

18.6. - As Quotas do Fundo terão sua classificação de risco atribuída pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Cobrança dos Direitos de Crédito

18.7. - O Fundo contratou, com aceite do Custodiante, a IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A. e a MDC Assessoria Empresarial S.A., acima qualificados, para realizar a cobrança dos Direitos de Crédito. Os Agentes de Cobrança serão responsáveis (i) pela cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii) pelo acompanhamento e administração das ações judiciais e administrativas relacionadas aos Direitos de Crédito (em conjunto "Serviços de Cobrança").

18.8. - Os Agentes de Cobrança atuarão em conjunto na prestação dos Serviços de Cobrança, sendo que as decisões com relação a teses jurídicas e estratégias processuais caberá à Cedente Líder.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DOS AGENTES DE COBRANÇA

19.1. - Pela administração do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, observado o pagamento de uma remuneração mensal mínima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Administrador.

19.1.1. - A taxa de administração será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

19.1.2. - O Administrador não receberá taxa de desempenho.



SÃO PAULO

19.2. - Os Serviços de Cobrança serão pagos diretamente pelo Fundo e não integram a remuneração devida ao Custodiante. Pela prestação dos Serviços de Cobrança previstos no item 18.7. acima, a MDC fará jus a uma remuneração equivalente a 10% (dez por cento) do valor recuperado com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, a ser pago à MDC por ocasião do recebimento de referidos valores pelo Fundo.

19.2.1. - Adicionalmente, a cada Data de Amortização, havendo recursos disponíveis no Fundo após (i) o pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Seniores devida na respectiva Data de Amortização; (ii) o pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Seniores, conforme abaixo definido; (iii) o pagamento do valor da Parcela de Amortização das Quotas Subordinadas devida na respectiva Data de Amortização; e (iv) o pagamento de eventuais Parcelas de Amortização Prorrogadas de Quotas Subordinadas, nos termos do item 10.9 acima, referidos recursos deverão ser provisionados para o pagamento da remuneração devida à Cedente Líder pelos Serviços de Cobrança, sem qualquer limitação de valor.

19.2.2. - A Remuneração da Cedente Líder será baseada em seu desempenho na recuperação dos Direitos de Crédito, sendo consistente com práticas de mercado para remuneração de serviços de recuperação de créditos inadimplidos ou de difícil recuperação.

19.2.3. - A remuneração devida à Cedente Líder nos termos do item 19.2.1. acima somente será paga à Cedente Líder após o pagamento integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas e/ou, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do item 14.1.4. acima.

CAPÍTULO VINTE – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

20.1. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

20.2. - A divulgação de informações de que trata o item 20.1. acima será feita no Diário do Comércio e da Indústria - DCI, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal

OFICIAL REG.
MAC - 1583059

- 6 MAR 2008

SÃO PAULO

divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

20.3. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

20.4. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE E UM – DOS FATORES DE RISCO

21.1. - Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir:

Dos Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

21.1.1. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. As oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas, resultando em perda, pelos Quotistas, do valor do principal de suas

SÃO PAULO

aplicações. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

Dos Riscos Relacionados aos Direitos de Crédito

21.1.2. As Cedentes somente têm como responsabilidade a origem e a formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito. Ainda, os Devedores dos Direitos de Crédito não necessariamente divulgam suas informações financeiras ao mercado e, portanto, os Quotistas não necessariamente têm ou terão acesso a informações sobre a capacidade financeira desses Devedores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Devedores. Nestas hipóteses, não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

21.1.3. - O Fundo tem por objetivo adquirir Direitos de Crédito vencidos e não pagos e/ou objeto de discussão judicial, sendo que, nesse caso, a valorização dos investimentos do Fundo, e, consequentemente, dos Quotistas, está diretamente associada (i) aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos de Crédito a serem realizados pelos Agentes de Cobrança em nome do Fundo e (ii) ao sucesso nas demandas judiciais. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, os Agentes de Cobrança e as Cedentes não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos de Crédito ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito, bem como o Fundo, o Administrador, o Custodiante e as Cedentes não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. O Fundo sofrerá o impacto da não recuperação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito vencidos e do eventual não cumprimento,

SÃO PAULO

pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações para com o Fundo. Ainda, não há como assegurar que os Agentes de Cobrança permanecerão como contratados do Fundo pelo prazo requerido e/ou pretendido pelo Fundo, sendo que, na hipótese de término antecipado dos contratos de prestação de serviços celebrado entre o Fundo e os Agentes de Cobrança, o Fundo poderá não conseguir selecionar e contratar, dentro de tempo hábil, novos prestadores de serviços de cobrança devidamente qualificados para realizarem esforços de cobrança dos Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Crédito sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança.

21.1.4. - O valor do principal da obrigação dos Devedores foi determinado com base no valor estimado de recuperação dos Direitos de Crédito. Como os valores dos Direitos de Crédito são objeto de discussão administrativa ou judicial, estando, em alguns casos, sujeitos à produção de provas, o valor do principal dos Direitos de Crédito pode ser diverso daquele informado no Anexo II ao presente Regulamento, podendo, inclusive, ser reduzido a zero ou ser transformado em débito das Cedentes para com o Devedor respectivo. Tal situação poderá ocasionar variações nos valores dos Direitos de Crédito, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo, o que pode implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Nestas hipóteses, não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

21.1.5. - Tendo em vista a natureza específica dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo (que incluem Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial), o Fundo pode vir a adquirir Direitos de Crédito cujos Devedores tenham apontamentos no SERASA e/ou EQUIFAX e/ou SPC. Dessa forma, somente serão considerados na análise da situação creditícia dos Devedores para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa os apontamentos que venham a ser feitos em nome dos Devedores a partir da data da cessão. Além disso, o Fundo pode vir a adquirir Direitos de Crédito de responsabilidade de Devedores com sede no

SÃO PAULO

exterior, o que pode vir a dificultar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Administrador não realizará a análise trimestral da situação creditícia dos Devedores com sede no exterior para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa

21.1.6. - Os Documentos Comprobatórios que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos de Crédito podem não ser suficientes para a propositura das ações judiciais para cobrança dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, bem como, para fazer prova efetiva de todas as alegações das Cedentes em relação aos Direitos de Crédito, o que poderia dificultar a recuperação dos pagamentos relativos aos referidos Direitos de Crédito.

21.1.7. - A cobrança dos Direitos de Crédito será feita pela MDC e pela Cedente Líder, sendo esta última a responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito até a data de cessão ao Fundo. Não há garantias de que o desempenho da Cedente Líder na cobrança dos Direitos de Crédito em nome do Fundo seja mais eficiente do que a cobrança por ela realizada antes da transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo.

21.1.8. - A Cedente Líder, na cobrança dos Direitos de Crédito, não estará obrigada a solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo no pólo ativo das ações judiciais.

Além disso, ainda que seja solicitada, a substituição processual das Cedentes pelo Fundo dependerá, em alguns casos, da concordância do Devedor. Caso não seja obtida essa anuência, o Fundo poderá atuar exclusivamente como assistente litisconsorcial nas ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados. Nos casos em que não houver a substituição processual, eventuais pagamentos serão realizados pelos Devedores, em caso de sua condenação, diretamente à Cedente Líder, que deverá repassá-los ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Caso a Cedente Líder não repasse tais valores ao Fundo, em virtude de insolvência ou qualquer outra razão, os resultados do Fundo serão negativamente afetados.

21.1.9. - Alguns dos Devedores são responsáveis pelo pagamento de mais de 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Consequentemente, o Fundo estará mais exposto aos riscos decorrentes dos

SÃO PAULO

negócios e da situação patrimonial de referidos Devedores e de seus respectivos segmentos de atuação.

21.1.10. A concessão de crédito pelas Cedentes foi realizada com observância do procedimento descrito no Anexo I ao presente. Não há garantia de que os Devedores não sofreram, desde a data da contratação dos serviços das Cedentes, alterações em sua condição patrimonial e financeira. Na hipótese de (i) deterioração da situação patrimonial dos Devedores e/ou (ii) inadimplemento dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Dos Riscos de Crédito dos Ativos Financeiros

21.1.11. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

21.1.12. - O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e das contrapartes das operações de compra e venda de Ativos Financeiros. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Dos Riscos de Liquidez

21.1.13. - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação, pela Assembléia

SÃO PAULO

Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

21.1.14. - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo e/ou os Quotistas precisem vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo e/ou perda aos Quotistas. Ainda, existe a possibilidade de os Direitos de Crédito a serem entregues aos Quotistas não terem suporte completo e/ou adequado de Documentos Comprobatórios ou serem amparados exclusivamente por meio de documentação eletrônica, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito.

Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

21.1.15. - A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Dos Riscos Operacionais

21.1.16. - Os Agentes de Cobrança serão responsáveis (i) pela realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito; e (ii) pelo acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito. Além de potencial conflito de interesses, o descumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de referidas funções, podem dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas.

Dos Riscos de Descontinuidade

SÃO PAULO

21.1.17. - Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. No caso do resgate das Quotas ser realizado, na hipótese de liquidação do Fundo, mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito. Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação de Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo.

Dos Riscos da Existência de Maioria de Quotas Subordinadas

21.1.18. - Conforme previsto neste Regulamento, existem determinadas situações em que as Quotas Subordinadas têm direito a voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Nessas situações, em razão da existência da maioria de Quotas Subordinadas no Fundo, poderão existir hipóteses em que o voto das Quotas Seniores seja substancialmente suprimido pela quantidade de votos das Quotas Subordinadas.

Dos Riscos das Quotas Subordinadas em relação às Quotas Seniores

21.1.19. - Serão objeto de oferta pública de distribuição as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas do Fundo. Conforme previsto neste Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão remuneradas e amortizadas de formas diversas, o que poderá afetar adversamente os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas. Ainda, caso o patrimônio líquido do Fundo venha a sofrer perdas em decorrência do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito não pagos ou declarados inexistentes ou inválidos, como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a

SÃO PAULO

tais perdas. O valor das Quotas Seniores somente será afetado em virtude de perdas no patrimônio do Fundo em virtude do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade de Direitos de Crédito caso o valor total das Quotas Subordinadas não seja suficiente para referidas perdas. Por fim, na medida em que o Administrador identifique a necessidade de aportes adicionais de recursos para fins de pagamento de despesas e/ou encargos do Fundo, incluindo despesas com a propositura de novas ações e condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, o Administrador chamará somente os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas para aportarem recursos no Fundo, mediante a subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas, não sendo afetados os Quotistas titulares de Quotas Seniores.

Dos Riscos de Insolvência da Cedente Líder

21.1.20. - A Cedente Líder é um dos Agentes de Cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, responsável pela cobrança judicial e extrajudicial e pelo recebimento e repasse ao Fundo dos recursos do pagamento dos Direitos de Crédito. No exercício dessa função, em diversos casos, os montantes respectivos aos Direitos de Crédito são antes recebidos pela Cedente Líder, que então os repassará ao Fundo. Na hipótese de insolvência da Cedente Líder, há a possibilidade de os recursos por ela recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Além disso, por ser a Cedente Líder uma das responsáveis pelo recebimento dos recursos devidos ao Fundo, há o risco de fungibilidade entre os recursos da Cedente Líder e os recursos do Fundo. Neste caso, não há garantia de que a obrigação da Cedente Líder de repassar os recursos ao Fundo nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão serão suficientes para evitar prejuízos ao Fundo em caso de fungibilidade de recursos.

Dos Riscos de Conflito de Interesses

21.1.21. - A Cedente Líder foi contratada como um dos Agentes de Cobrança do Fundo, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito. É possível que o correto desempenho das funções de Agente de Cobrança conflite com os interesses da Cedente Líder na qualidade de cedente dos Direitos Creditórios, inclusive em virtude da continuidade de sua relação comercial com alguns dos Devedores, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Quotas.

Outros Riscos

SÃO PAULO

21.1.22. – Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

21.1.23. – Necessidade de Aporte de Recursos. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo.

21.1.24. – Segregação de Atividades. O Administrador mantém mecanismos e sistemas de segregação das suas atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor. Caso existam falhas no controle e monitoramento da segregação de suas atividades como administradores e gestores de recursos de terceiros, existe o risco de o Fundo realizar operações que sejam objeto de conflito de interesses entre o Administrador e/ou terceiros e o Fundo, as quais podem inclusive acarretar em perdas para o Fundo e para os Quotistas.

21.1.25. – Possibilidade de Ação por Reparação de Danos ou Prejuízos pelos Devedores de Direitos de Crédito. Conforme descrito no item 3.1. (ii) acima, o Fundo tem como um de seus objetivos realizar, por meio dos Agentes de Cobrança, esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, para recebimento de parte ou da totalidade dos pagamentos dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento. Não há como assegurar que Devedores de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, que entendam não ter qualquer débito para com o Fundo, se sintam prejudicados pelas atividades de cobrança do Fundo e acionem judicialmente o Fundo para requerer reparação de danos ou prejuízos. O sucesso de tais ações judiciais impostas por Devedores poderá resultar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Ainda, tais ações judiciais podem retardar a liquidação antecipada ou não do Fundo, hipótese em que os Quotistas deverão permanecer arcando com as despesas operacionais do Fundo.

SÃO PAULO

21.1.26. - Modalidade de Investimento Recente e Sofisticada. Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, constituem modalidade de investimento recente. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

21.1.27. - Ausência de Garantia. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, das Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, os Agentes de Cobrança, as Cedentes e os Quotistas.

22.2. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

22.3. - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



SÃO PAULO

"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"

ANEXO I AO REGULAMENTO DO ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo de origem dos Direitos de Crédito

Os Direitos de Crédito têm origem no fornecimento de equipamentos e na prestação de serviços pelas Cedentes para os respectivos clientes e/ou contrapartes nas operações comerciais.

O início do fornecimento de equipamentos e da prestação de serviços depende de um processo de avaliação pelas Cedentes. Esse processo resume-se basicamente nos seguintes pontos:

- (i) os clientes apresentam projeto do equipamento e/ou serviço que necessitarão;
- (ii) com base na solicitação do cliente, a área comercial analisa com o apoio das áreas técnica e financeira, a capacidade do cliente de conduzir o projeto, inclusive a disponibilidade de recursos para seu financiamento. A disponibilidade de recursos é analisada com base na situação financeira do cliente, na eventual existência de linhas de crédito para financiamento do projeto e, especificamente em caso de clientes do setor público, na existência de recursos alocados para tal financiamento. Tal análise é feita com base em documentos apresentados pelo cliente.
- (iii) após a conclusão da etapa acima, a área comercial avalia se as Cedentes têm condições de atender ao projeto do cliente com preços e condições competitivas. Em caso positivo, é elaborada a proposta que, uma vez acordada entre as áreas comercial e técnica, é enviada ao cliente.

SÃO PAULO

"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"

ANEXO II AO REGULAMENTO DO ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Lista dos Direitos de Crédito

1.	
Cedente	IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
Devedor	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
PI	8344
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2007.001.004794-6 – 13ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.921.114,74 / data-base: 31/10/2006.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 16.571.003,44 (até 31.01.2009) / IGPM + 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 15.673.259,60

2.	
Cedente	IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
Devedor	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
PI	8344
Tipo "P"	P0-AF
Processo n.º	Não há.
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.920.060,01 / data-base: 31/12/2008.
Valor envolvido atualizado /	R\$ 10.920.060,01 (até 31.01.2009) / Reajuste Contratual

- 6 MAR 2009

1583059

Índice de atualização	SÃO PAULO
Valor Contabilizado	R\$ 10.920.060,01

3.	
Cedente	INEPAR Administração e Participações S/A
Devedor	Governo do Estado de Santa Catarina
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	99.0014246-2 - 30ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro - RJ
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.000.000,00 / data-base: 07/06/1999
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.995.738,47 (até 31.01.2009) / SELIC.
Valor Contabilizado	R\$ 8.961.292,04

4.	
Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	ENELPOWER S.p.A
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	14735/COO - Câmara Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) SEDE Paris, França.
Valor envolvido/ data base	R\$ 201.659.950,00 / data-base: 26/04/2007 (US\$ 113.900.000,00)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 263.815.180,00 (até 31.01.2009) / Dólar (US\$ 113.900.000,00)
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

5.	
Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
PI	Não há.

6^oOFICIAL R.T.D.
NOME: FELME

- 6 MAR 2003

1583059

SÃO PAULO

Tipo "P"	P9
Processo n.º	589/2004 - 15ª Vara Cível de Curitiba/PR
Valor envolvido/ data base	R\$ 5.567.236,08 / data-base: 19/01/2004
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 11.503.974,51 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 11.227.190,63

6.	
Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	546/2005 - 5ª Vara Cível de Curitiba/PR
Valor envolvido/ data base	R\$ 33.355.240,66 / data-base: 24/12/2002
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.461.581,62 (até 31.01.2009) / IGPM.
Valor Contabilizado	R\$ 22.000.000,00

7.	
Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - MetrôRJ
Contrato	1017/75
PI	115
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2006.001.003159-5 - 8ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ
Valor envolvido / data base	R\$ 1.271.993,22 / (R\$ 184.384,48 com data-base de 18/03/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 11/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 13/11/1998, R\$ 150.460,12 com data-base de 20/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 21/11/1998, R\$ 70.489,07 com data-base de 31/08/1998, 42.236,49 com data base de 30/06/1998, R\$ 18.796,46 com data-base de 15/10/1998 e R\$ 128.556,06 com data-base de 19/01/1999)
Valor envolvido	R\$ 5.110.855,85 (até 31.01.2009) / UFIR + 0,5% ao mês até

6

CERIAL R.T.D.
M3 FILME

- 6 ABR 2009

1583059

SÃO PAULO

atualizado / Índice de atualização	10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 4.619.937,60

8.	
Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
PI	80
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	053.06.100.374-3 – 7ª Vara da fazenda Pública de São Paulo
Valor envolvido / data base	R\$ 465.242,91 / (R\$ 243.707,40 com data-base de 21/02/2001 e R\$ 221.535,51 com data-base de 18.01.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 1.437.261,03 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 1.314.733,35

9.	
Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
PI	80
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	053.04.026802-3 – 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo-SP
Valor envolvido / data base	R\$ 10.345.426,20 / data-base: 01/07/1994
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.338.120,04 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 18.748.407,65

10.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	ABB Ltda. (Asea Brown Boveri)
Contrato	PG 002
PI	10893
Tipo "P"	P9

6^o
- 6 ABX 80ORIGINAL
MIST. FILME

1583059

SÃO PAULO

Processo n.º	405.01.2002.043991-1 – nº ordem controle 1651/2002 - 7ª Vara Cível - Osasco/SP
Valor envolvido / data base	R\$ 7.736.843,14 (R\$ 3.773.843,14 com data-base de 21.05.2002 e R\$ 3.963.000,00 com data-base de 22.08.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 24.728.918,85 (até 31.01.2009) / IGPM + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 11.635.740,46

11.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE
Contrato	CEEE/AT/201-9911697 e CEEE/AT/201-9911694
PI	11108 e 11109
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	001/1.05.0211424-3 – 8ª Vara Cível de Porto Alegre e 001/1.05.0245997-6 – 18ª Vara Cível de Porto Alegre
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.155.272,90 / (R\$ 159.567,76 com data-base de 26/02/2002, R\$ 839.809,61 com data-base de 12/09/2003 e R\$ 2.155.895,53 com data-base de 24/10/2006)
Valor envolvido atualizado/ Índice de atualização	R\$ 6.951.214,01 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 6.517.923,91

12.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	DETRAN/MT – Departamento Estadual de Trânsito e Município de Cuiabá-MS
Contrato	021/96
PI	6550
Tipo "P"	P9
Processo n.º	2216/2004 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cuiabá MT
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.704.555,59 / data-base: 31/01/2003.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 8.240.471,01 (até 31.01.2009) / IPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor	R\$ 7.688.321,59

6^uOFICIAL R.T.D.
MONTA FILME

- 6 188 88

1583059

SÃO PAULO

Contabilizado	
---------------	--

13.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Contrato	SUP2.7.5.0240.0
PI	121
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2004.01.1.033304-9 - 19ª Vara Cível de Brasília
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.986.809,65 / data-base: 31/03/2004).
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 4.005.854,39 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 3.652.182,62

14.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Manaus Energia S.A.
Contrato	MEAS.1.4.0006
PI	40027
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	001.05.043.326-2 - 20ª Vara Cível de Manaus
Valor envolvido/ data base	R\$ 8.146.556,12 / data-base: 21/11/2004.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 15.106.853,30 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

15.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	2005.037.003105-1 - 1ª Vara Cível de Nova Friburgo/RJ
Valor envolvido / data base	R\$ 361.762,91 / data-base: 04/02/1994
Valor envolvido	R\$ 21.066.190,72 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até

SÃO PAULO

atualizado / Índice de atualização	10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 18.790.015,60

16.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Chapecó
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	018.89.000093-7/0001 - Vara da Fazenda Pública de Chapecó/SC
Valor envolvido / data base	R\$ 6.554.113,39 / data-base: 09/07/1997.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.764.709,43 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 18.628.459,62

17.	
Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Londrina
Contrato	Contrato de prestação de serviços para controle de tráfego com utilização de equipamentos e programas de informática, que entre si fazem a prefeitura do município de Londrina e a empresa Inepar S/A indústria e Construções, conforme processo de inexigibilidade de licitação (Art.25, Caput - Justificativa Anexa) de 26/05/1995.
PI	5742
Tipo "P"	P9
Processo n.º	001/96 - 10ª Vara Cível de Londrina/PR (extinto com julgamento do mérito) / 842/2008 - 8ª Vara Cível de Londrina/PR (processo atual)
Valor envolvido / data base	R\$ 4.339.566,14 / (R\$ 35.973,00 com data-base de 30/10/1995, R\$ 94.691,00 com data base de 30/11/1995, R\$ 174.135,10 com data base de 30/01/1996, R\$ 96.397,20 com data base de 29/02/1996, R\$ 91.899,72 com data base de 30/03/1996, R\$ 128.227,60 com data base de 30/04/1996, R\$ 200.047,19 com data base de 30/06/1996, R\$ 80.600,55 com data base de 30/07/1996, R\$ 185.429,13 com data base de 30/08/1996, R\$ 150.934,44 com data base de 30/09/1996, R\$ 107.035,89 com data base de 30/10/1996, R\$ 218.814,22 com data base de 30/11/1996, R\$ 149.450,35 com data base de 30/12/1996, R\$ 125.760,39 com data base de

SÃO PAULO

	30/01/1997, R\$ 156.385,35 com data base de 28/02/1997, R\$ 116.536,84 com data base de 30/03/1997, R\$ 95.999,66 com data base de 30/06/1997, R\$ 116.754,34 com data base de 30/12/1997, R\$ 89.624,15 com data base de 30/03/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/04/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/05/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/06/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/07/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/08/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/09/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/10/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/11/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/12/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 10/02/1999, R\$ 211.618,06 com data base de 28/02/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/03/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/04/1999, R\$ 249.246,92 com data base de 30/06/1999).
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 19.083.034,09 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

A linha "Valor envolvido atualizado" é a atualização do valor da obrigação principal da obrigação do Devedor respectivo, atualizado segundo os índices de correção monetária indicados na tabela acima. As datas-bases fornecidas nos documentos comprobatórios para o cálculo dessas atualizações podem sofrer variação quando do cálculo judicial do débito, na medida em que o Judiciário pode decidir, por exemplo, que os juros de mora somente serão aplicáveis a partir da data da citação do respectivo réu.



SÃO PAULO

"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"

ANEXO III AO REGULAMENTO DO ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO AO REGULAMENTO E AO PROSPECTO DO
ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

NOME / RAZÃO SOCIAL DO QUOTISTA

CNPJ/CPF

N.º
BANCO

N.º
AGÊNCIA

N.º CONTA
CORRENTE

N.º CONTA
INVESTIMENTO

VALOR

Na qualidade de subscritor de quotas de emissão do **Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços** ("Fundo"), administrado pela Concordia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Administrador"), venho, por meio do presente Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao regulamento e ao prospecto do Fundo, declarar o quanto segue:

1.1 – Recebi, no ato da minha primeira subscrição de quotas do Fundo, o regulamento do Fundo ("Regulamento") e o prospecto de distribuição pública das quotas do Fundo ("Prospecto"), tendo lido e entendido seu inteiro teor, sendo que, por meio deste, concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretratável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;

1.2 – Além do Prospecto, não foi ou será elaborado qualquer outro material publicitário referente ao Fundo, sendo o Regulamento acima referido suficiente para o meu completo entendimento do Fundo e de suas operações;

SÃO PAULO

1.3 – Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações, sendo elegível, portanto, para investir no Fundo, e tenho ciência da necessidade da manutenção da minha condição de investidor qualificado para permanência no Fundo;

1.4 – Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do Fundo, da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos aos quais o Fundo e conseqüentemente os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de perda de parte ou da totalidade do capital por mim investido e ocorrência de patrimônio líquido negativo do Fundo, quando terei a obrigação de aportar recursos adicionais no Fundo, mediante solicitação do Administrador;

1.5 – A política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento; e

1.6 – Responsabilizo-me pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão das mesmas.

Adicionalmente, expressamente confirmo que estou ciente dos seguintes aspectos referentes ao Fundo e suas operações, sem prejuízo de outros previstos no Regulamento:

2.1 – O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio (i) do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela (a) **IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A.**, sociedade com sede na do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 6º ao 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80 ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder"), (b) **INEPAR Energia S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, conjunto 1301, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23 ("INEPAR Energia"), (c) **INEPAR S.A. Indústria e Construções**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06 ("INEPAR Indústria"), (d) **INEPAR - Administração e Participações S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º



SÃO PAULO

45.542.602/0001-09 ("INEPAR Participações"), e (e) **INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97 ("INEPAR Equipamentos" e, em conjunto com IESA Projetos, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações, as "Cedentes"), sendo os direitos de crédito originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes definidos como "Direitos de Crédito" e (ii) da realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito.

2.3 – Os documentos que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos de Crédito serão contratos celebrados entre os Cedentes e seus clientes e/ou garantidores ("Devedores"), bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando a faturas de prestação de serviços, notas promissórias e outros títulos, bem como documentos que formalizam garantias outorgadas pelos Devedores e/ou terceiros, notificações judiciais e notificações extrajudiciais. Para todos os fins do Regulamento, tais documentos serão designados como os "Documentos Comprobatórios de Crédito". Existe a possibilidade de o Fundo adquirir Direitos de Crédito que não tenham suporte completo e adequado de Documentos Comprobatórios de Crédito ou que sejam amparados exclusivamente por meio de documentação eletrônica. Essa situação poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a cobrança de tais Direitos de Crédito;

2.4. – O Administrador, o Custodiante, os Agentes de Cobrança e as Cedentes não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, a seguir:

Dos Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

2.5. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. As oscilações acima referidas podem impactar

SÃO PAULO

negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas, resultando em perda, pelos Quotistas, do valor do principal de suas aplicações. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

Dos Riscos Relacionados aos Direitos de Crédito

2.6. As Cedentes somente têm como responsabilidade a origem e a formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito. Ainda, os Devedores dos Direitos de Crédito não necessariamente divulgam suas informações financeiras ao mercado e, portanto, os Quotistas não necessariamente têm ou terão acesso a informações sobre a capacidade financeira desses Devedores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Devedores. Nestas hipóteses, não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

2.7. - O Fundo tem por objetivo adquirir Direitos de Crédito vencidos e não pagos e/ou objeto de discussão judicial, sendo que, nesse caso, a valorização dos investimentos do Fundo, e, consequentemente, dos Quotistas, está diretamente associada (i) aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos de Crédito a serem realizados pelos Agentes de Cobrança em nome do Fundo e (ii) ao sucesso nas demandas judiciais. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, os Agentes de Cobrança e as Cedentes não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos de Crédito ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito, bem como o Fundo, o Administrador, o Custodiante e as Cedentes não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. O Fundo

SÃO PAULO

sofrerá o impacto da não recuperação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito vencidos e do eventual não cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações para com o Fundo. Ainda, não há como assegurar que os Agentes de Cobrança permanecerão como contratados do Fundo pelo prazo requerido e/ou pretendido pelo Fundo, sendo que, na hipótese de término antecipado dos contratos de prestação de serviços celebrado entre o Fundo e os Agentes de Cobrança, o Fundo poderá não conseguir selecionar e contratar, dentro de tempo hábil, novos prestadores de serviços de cobrança devidamente qualificados para realizarem esforços de cobrança dos Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Crédito sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança.

2.8. - O valor do principal da obrigação dos Devedores foi determinado com base no valor estimado de recuperação dos Direitos de Crédito. Como os valores dos Direitos de Crédito são objeto de discussão administrativa ou judicial, estando, em alguns casos, sujeitos à produção de provas, o valor do principal dos Direitos de Crédito pode ser diverso daquele informado no Anexo II ao presente Regulamento, podendo, inclusive, ser reduzido a zero ou ser transformado em débito das Cedentes para com o Devedor respectivo. Tal situação poderá ocasionar variações nos valores dos Direitos de Crédito, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo, o que pode implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Nestas hipóteses, não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

2.9. - Tendo em vista a natureza específica dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo (que incluem Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial), o Fundo pode vir a adquirir Direitos de Crédito cujos Devedores tenham apontamentos no SERASA e/ou EQUIFAX e/ou SPC. Dessa forma, somente serão considerados na análise da situação creditícia dos Devedores para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa os apontamentos que venham a ser feitos em nome dos Devedores a

SÃO PAULO

partir da data da cessão. Além disso, o Fundo pode vir a adquirir Direitos de Crédito de responsabilidade de Devedores com sede no exterior, o que pode vir a dificultar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Administrador não realizará a análise trimestral da situação creditícia dos Devedores com sede no exterior para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa

2.10. - Os Documentos Comprobatórios que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos de Crédito podem não ser suficientes para a propositura das ações judiciais para cobrança dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, bem como, para fazer prova efetiva de todas as alegações das Cedentes em relação aos Direitos de Crédito, o que poderia dificultar a recuperação dos pagamentos relativos aos referidos Direitos de Crédito.

2.11. - A cobrança dos Direitos de Crédito será feita pela MDC e pela Cedente Líder, sendo esta última a responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito até a data de cessão ao Fundo. Não há garantias de que o desempenho da Cedente Líder na cobrança dos Direitos de Crédito em nome do Fundo seja mais eficiente do que a cobrança por ela realizada antes da transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo.

2.12. - A Cedente Líder, na cobrança dos Direitos de Crédito, não estará obrigada a solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo no pólo ativo das ações judiciais.

Além disso, ainda que seja solicitada, a substituição processual das Cedentes pelo Fundo dependerá, em alguns casos, da concordância do Devedor. Caso não seja obtida essa anuência, o Fundo poderá atuar exclusivamente como assistente litisconsorcial nas ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados. Nos casos em que não houver a substituição processual, eventuais pagamentos serão realizados pelos Devedores, em caso de sua condenação, diretamente à Cedente Líder, que deverá repassá-los ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Caso a Cedente Líder não repasse tais valores ao Fundo, em virtude de insolvência ou qualquer outra razão, os resultados do Fundo serão negativamente afetados.

SÃO PAULO

2.13. - Alguns dos Devedores são responsáveis pelo pagamento de mais de 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Consequentemente, o Fundo estará mais exposto aos riscos decorrentes dos negócios e da situação patrimonial de referidos Devedores e de seus respectivos segmentos de atuação.

2.14. A concessão de crédito pelas Cedentes foi realizada com observância do procedimento descrito no Anexo I ao presente. Não há garantia de que os Devedores não sofreram, desde a data da contratação dos serviços das Cedentes, alterações em sua condição patrimonial e financeira. Na hipótese de (i) deterioração da situação patrimonial dos Devedores e/ou (ii) inadimplemento dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Dos Riscos de Crédito dos Ativos Financeiros

2.15. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

2.16. - O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e das contrapartes das operações de compra e venda de Ativos Financeiros. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Dos Riscos de Liquidez

2.17. - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de

SÃO PAULO

condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

2.18. - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo e/ou os Quotistas precisem vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo e/ou perda aos Quotistas. Ainda, existe a possibilidade de os Direitos de Crédito a serem entregues aos Quotistas não terem suporte completo e/ou adequado de Documentos Comprobatórios ou serem amparados exclusivamente por meio de documentação eletrônica, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito.

Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

2.19. - A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Dos Riscos Operacionais

2.20. - Os Agentes de Cobrança serão responsáveis (i) pela realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito; e (ii) pelo acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito. Além de potencial conflito de interesses, o descumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de referidas funções, podem dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas.

6 ABR 2009

1583059

SÃO PAULO

Dos Riscos de Descontinuidade

2.21. - Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pelos Agentes de Cobrança e pelas Cedentes qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. No caso do resgate das Quotas ser realizado, na hipótese de liquidação do Fundo, mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito. Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação de Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo.

Dos Riscos da Existência de Maioria de Quotas Subordinadas

2.22. - Conforme previsto neste Regulamento, existem determinadas situações em que as Quotas Subordinadas têm direito a voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Nessas situações, em razão da existência da maioria de Quotas Subordinadas no Fundo, poderão existir hipóteses em que o voto das Quotas Seniores seja substancialmente suprimido pela quantidade de votos das Quotas Subordinadas.

Dos Riscos das Quotas Subordinadas em relação às Quotas Seniores

2.23. - Serão objeto de oferta pública de distribuição as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas do Fundo. Conforme previsto neste Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão remuneradas e amortizadas de formas diversas, o que poderá afetar adversamente os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas. Ainda, caso o patrimônio líquido do Fundo venha a sofrer perdas em decorrência do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, até o limite do valor correspondente aos Direitos de

SÃO PAULO

Crédito não pagos ou declarados inexistentes ou inválidos, como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas. O valor das Quotas Seniores somente será afetado em virtude de perdas no patrimônio do Fundo em virtude do não pagamento ou declaração de inexistência ou invalidade de Direitos de Crédito caso o valor total das Quotas Subordinadas não seja suficiente para referidas perdas. Por fim, na medida em que o Administrador identifique a necessidade de aportes adicionais de recursos para fins de pagamento de despesas e/ou encargos do Fundo, incluindo despesas com a propositura de novas ações e condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, o Administrador chamará somente os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas para aportarem recursos no Fundo, mediante a subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas, não sendo afetados os Quotistas titulares de Quotas Seniores.

Dos Riscos de Insolvência da Cedente Líder

2.24. - A Cedente Líder é um dos Agentes de Cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, responsável pela cobrança judicial e extrajudicial e pelo recebimento e repasse ao Fundo dos recursos do pagamento dos Direitos de Crédito. No exercício dessa função, em diversos casos, os montantes respectivos aos Direitos de Crédito são antes recebidos pela Cedente Líder, que então os repassará ao Fundo. Na hipótese de insolvência da Cedente Líder, há a possibilidade de os recursos por ela recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Além disso, por ser a Cedente Líder uma das responsáveis pelo recebimento dos recursos devidos ao Fundo, há o risco de fungibilidade entre os recursos da Cedente Líder e os recursos do Fundo. Neste caso, não há garantia de que a obrigação da Cedente Líder de repassar os recursos ao Fundo nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão serão suficientes para evitar prejuízos ao Fundo em caso de fungibilidade de recursos.

Dos Riscos de Conflito de Interesses

2.25. - A Cedente Líder foi contratada como um dos Agentes de Cobrança do Fundo, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito. É possível que o correto desempenho das funções de Agente de Cobrança conflite com os interesses da Cedente Líder na qualidade de cedente dos Direitos Creditórios, inclusive em virtude da

SÃO PAULO

continuidade de sua relação comercial com alguns dos Devedores, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Quotas.

Outros Riscos

2.26. – Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

2.27. – Necessidade de Aporte de Recursos. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo.

2.28. – Segregação de Atividades. O Administrador mantém mecanismos e sistemas de segregação das suas atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor. Caso existam falhas no controle e monitoramento da segregação de suas atividades como administradores e gestores de recursos de terceiros, existe o risco de o Fundo realizar operações que sejam objeto de conflito de interesses entre o Administrador e/ou terceiros e o Fundo, as quais podem inclusive acarretar em perdas para o Fundo e para os Quotistas.

2.29. – Possibilidade de Ação por Reparação de Danos ou Prejuízos pelos Devedores de Direitos de Crédito. Conforme descrito no item 3.1. (ii) acima, o Fundo tem como um de seus objetivos realizar, por meio dos Agentes de Cobrança, esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, para recebimento de parte ou da totalidade dos pagamentos dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento. Não há como assegurar que Devedores de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, que entendam não ter qualquer débito para com o Fundo, se sintam prejudicados pelas atividades de cobrança do Fundo e acionem judicialmente o Fundo para requerer reparação de danos ou prejuízos. O sucesso de tais ações judiciais impostas por Devedores poderá resultar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Ainda, tais ações judiciais podem retardar a liquidação antecipada ou não do Fundo, hipótese em que

6 ABR 2009

ORIGINAL R.D.
1583059

1583059

SÃO PAULO

os Quotistas deverão permanecer arcando com as despesas operacionais do Fundo.

2.30. – Modalidade de Investimento Recente e Sofisticada. Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, constituem modalidade de investimento recente. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

2.31. – Ausência de Garantia. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, das Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

2.32. - As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança, das Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento e ao Prospecto e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento.

[LOCAL E DATA]

Assinatura do Quotista(s)

Assinatura do Administrador



SÃO PAULO

"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"

ANEXO IV AO REGULAMENTO DO ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Procedimentos para avaliação dos créditos de liquidação duvidosa

Nos termos do item 7.2. do Regulamento, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão contabilizados com base em seu Preço de Aquisição ou com base no Valor Atribuído ao Direito de Crédito, conforme definidos no Contrato de Cessão. O Preço de Aquisição e o Valor Atribuído ao Direito de Crédito já consideram a avaliação das chances de êxito ou do valor estimado de recuperação das ações judiciais e a situação creditícia dos Devedores na data da cessão, não havendo, assim, inicialmente, qualquer provisionamento no Fundo.

Os Agentes de Cobrança deverão entregar ao Administrador, trimestralmente e sempre que houver alguma alteração na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, os relatórios dos advogados externos contratados pelos Agentes de Cobrança para a condução de referidas ações judiciais.

O Administrador analisará os relatórios recebidos dos Agentes de Cobrança e, de acordo com as informações recebidas, deverá tomar as seguintes providências:

(a) Caso haja alteração na avaliação das chances de êxito de uma ou mais ações judiciais, deverão ser considerados os seguintes percentuais de provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação aos Direitos de Crédito objeto de referidas ações:

- (i) Mudança da chance de êxito de provável para possível – Constituição de provisão em valor equivalente a 25% do valor contábil do crédito.
- (ii) Mudança da chance de êxito de possível para remoto – Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.
- (iii) Mudança da chance de êxito de provável para remoto – Constituição de



SÃO PAULO
provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.

(b) Caso haja diminuição no valor estimado de recuperação de referida ação judicial, inclusive em virtude de perícia judicial, o Administrador deverá constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação a referido Direito de Crédito no percentual de referida diminuição.

(c) Caso haja uma melhora na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, os valores provisionados para referido Direito de Crédito deverão ser revertidos de acordo com os percentuais provisionados.

Em caso de qualquer alteração na provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação aos Direitos de Crédito, o Administrador deverá informar imediatamente o Custodiante das providências tomadas.

Adicionalmente, o Administrador deverá consultar trimestralmente as centrais de informações do SERASA e/ou EQUIFAX e/ou SPC, bem como outras informações disponíveis ao público para apurar se ocorreu alguma alteração relevante na situação creditícia de cada um dos Devedores dos Direitos de Crédito, de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Existência de títulos protestados, cujo valor, individual ou total, seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (b) Emissão de cheques sem fundo de qualquer valor;
- (c) Existência de inadimplemento da obrigação pecuniária, cujo valor seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (d) Existência de ações judiciais em varas cíveis estaduais, cujo valor seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (e) Existência de ações executivas em varas federais, cujo valor seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (f) Na hipótese do Devedor ser uma empresa pública e/ou autarquia, federal, estadual ou municipal, não serão aplicados os critérios previstos nas letras "a" a "e" acima, devendo ser verificado o enquadramento do respectivo Devedor nos limites de gestão de recursos públicos exigidos pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 ("Lei de

- 6 MAR 2009

1583059

SÃO PAULO

Responsabilidade Fiscal").

Caso sejam apuradas alterações relevantes na situação creditícia dos Devedores, de acordo com os critérios acima, o Administrador, trimestralmente, deverá considerar os seguintes percentuais de provisão para créditos de liquidação duvidosa com relação aos respectivos Devedores:

- (a) Caso seja verificada a ocorrência de uma das condições previstas nas letras "a", "b" e "c" acima - Constituição de provisão em valor equivalente a 25% do valor contábil do crédito.
- (b) Caso seja verificada a ocorrência de uma das condições previstas nas letras "d" e "e" acima - Constituição de provisão em valor equivalente a 50% do valor contábil do crédito.
- (c) Caso seja verificada a ocorrência de uma das condições previstas nas letras "d" e "e" acima, cujo valor seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) - Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.
- (d) Caso seja verificada a ocorrência da condição prevista na letra "f" acima - Constituição de provisão em valor equivalente a 100% do valor contábil do crédito.

No caso de Devedores com sede no exterior, o Administrador não realizará a análise trimestral da situação creditícia de referidos Devedores para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, exceto nos casos em que o Administrador venha a tomar conhecimento da ocorrência de situações que indiquem a alteração da situação creditícia de referidos Devedores.

Para fins de análise da situação creditícia, no caso da União Federal ser devedora de algum dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, deverá ser constituída provisão equivalente a 100% do valor contábil do crédito no caso de declaração de moratória.

Tendo em vista que a situação creditícia dos Devedores na data da cessão já foi considerada na definição do Preço de Aquisição ou do Valor Atribuído ao Direito de Crédito, conforme definidos no Contrato de Cessão, somente serão considerados para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa apontamentos que venham a ser feitos em nome dos Devedores a partir da data da cessão.



SÃO PAULO

"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"

ANEXO V AO REGULAMENTO DO ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cronograma de Amortização de Quotas

Parcela de Amortização	Data de Pagamento*
1ª	6º mês
2ª	12º mês
3ª	18º mês
4ª	24º mês
5ª	30º mês
6ª	36º mês
7ª	42º mês
8ª	48º mês
9ª	54º mês
10ª	60º mês
11ª	66º mês
12ª	72º mês

* Os pagamentos das Parcelas de Amortização serão realizados no 10º (décimo) dia útil subsequente ao término de cada um dos respectivos meses indicados acima, sendo o 1º mês iniciado na data da primeira integralização de Quotas do Fundo.

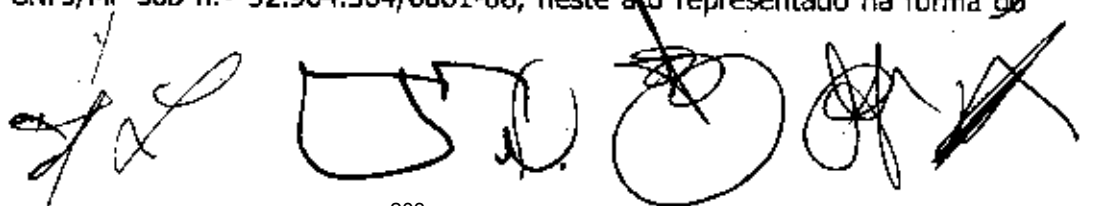
ANEXO II - Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com versão consolidada)

(página intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO DE
PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as partes:

- (a) **IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder");
- (b) **IESA ÓLEO & GÁS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.248.576/0001-11 ("IESA Óleo & Gás");
- (c) **INEPAR ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, conjunto 1301, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23 ("INEPAR Energia");
- (d) **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06 ("INEPAR Indústria");
- (e) **INEPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.542.602/0001-09 ("INEPAR Participações");
- (f) **INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97 ("INEPAR Equipamentos" e, em conjunto com IESA Projetos, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações, as "Cedentes");
- (g) **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do



seu Estatuto Social ("Administrador"); sendo as Cedentes e o Cessionário referidos em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte"; e

(h) **MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.**, sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("MDC"), sendo a MDC, em conjunto com a IESA Projetos, referidas como "Agentes de Cobrança".

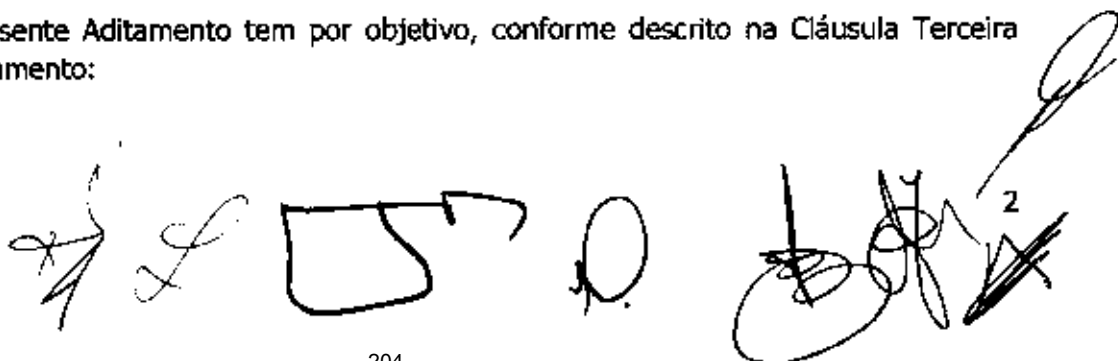
CONSIDERANDO:

- I. Que as Partes e a MDC firmaram, em 15 de maio de 2008, o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças e em 27 de junho de 2008, o Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), por meio dos quais foram formalizadas as regras para cessão dos direitos de crédito de titularidade das Cedentes vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento ("Direitos de Crédito Não Ajuizados") e/ou objeto de discussão judicial em ação proposta por uma ou mais das Cedentes em face do respectivo Devedor ("Direitos de Crédito Ajuizados") originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes, listados no Anexo I ao Contrato de Cessão (sendo os Direitos de Crédito Não Ajuizados e os Direitos de Crédito Ajuizados referidos, genericamente, como "Direitos de Crédito" e a lista de Direitos de Crédito Indicados no Anexo I a "Lista de Direitos de Crédito"), e
- II. Que as Partes pretendem excluir a IESA Óleo & Gás S.A. como Parte deste Contrato de Cessão, bem como alterar a Lista de Direitos de Crédito anexada ao referido documento,

Resolvem as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças" (o "Aditamento"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento tem por objetivo, conforme descrito na Cláusula Terceira deste Aditamento:



- a) excluir a IESA Óleo & Gás S.A. como Parte do Contrato de Cessão, com a consequente exclusão dos Direitos de Crédito dos quais esta é titular da Lista de Direitos de Crédito contida no Anexo I;
- b) promover outras alterações na Lista de Direitos de Crédito contida no Anexo I, com as consequentes adaptações ao Anexo VI do Contrato de Cessão, e
- c) ajustar os considerandos do Contrato de Cessão decorrentes do redimensionamento do patrimônio do Fundo após sua primeira emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGISTRO DO ADITAMENTO

2.1. O presente Aditamento será registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo, nos termos do Contrato de Cessão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE CESSÃO

3.1. Fica alterado o Anexo I do Contrato de Cessão, que passa a vigorar nos seguintes termos:

Anexo I

“RELAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Cedente	IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
Devedor	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
PI	8344
Tipo “p”	P8/P9
Processo n.º	2007.001.004794-6 – 13ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.921.114,74 / data-base: 31/10/2006.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 16.571.003,44 (até 31.01.2009) / IGPM + 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 15.673.259,60

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Cedente	IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
Devedor	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
PI	8344
Tipo "P"	P0-AF
Processo n.º	Não há.
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.920.060,01 / data-base: 31/12/2008.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 10.920.060,01 (até 31.01.2009) / Reajuste Contratual
Valor Contabilizado	R\$ 10.920.060,01

Cedente	INEPAR Administração e Participações S/A
Devedor	Governo do Estado de Santa Catarina
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	99.0014246-2 – 30ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro – RJ
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.000.000,00 / data-base: 07/06/1999
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.995.738,47 (até 31.01.2009) / SELIC.
Valor Contabilizado	R\$ 8.961.292,04

Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	ENELPOWER S.p.A
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	14735/COO - Câmara Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) SEDE Paris, França.
Valor envolvido/ data base	R\$ 201.659.950,00 / data-base: 26/04/2007 (US\$ 113.900.000,00)

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 263.815.180,00 (até 31.01.2009) / Dólar (US\$ 113.900.000,00)
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	589/2004 - 15ª Vara Cível de Curitiba/PR
Valor envolvido/ data base	R\$ 5.567.236,08 / data-base: 19/01/2004
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 11.503.974,51 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 11.227.190,63

Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	546/2005 – 5ª Vara Cível de Curitiba/PR
Valor envolvido/ data base	R\$ 33.355.240,66 / data-base: 24/12/2002
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.461.581,62 (até 31.01.2009) / IGPM.
Valor Contabilizado	R\$ 22.000.000,00

Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
---------	--------------------------------------

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Devedor	Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – MetrôRJ
Contrato	1017/75
PI	115
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2006.001.003159-5 – 8ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ
Valor envolvido / data base	R\$ 1.271.993,22 / (R\$ 184.384,48 com data-base de 18/03/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 11/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 13/11/1998, R\$ 150.460,12 com data-base de 20/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 21/11/1998, R\$ 70.489,07 com data-base de 31/08/1998, 42.236,49 com data base de 30/06/1998, R\$ 18.796,46 com data-base de 15/10/1998 e R\$ 128.556,06 com data-base de 19/01/1999)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 5.110.855,85 (até 31.01.2009) / UFIR + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 4.619.937,60

Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
PI	80
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	053.06.100.374-3 – 7ª Vara da fazenda Pública de São Paulo
Valor envolvido / data base	R\$ 465.242,91 / (R\$ 243.707,40 com data-base de 21/02/2001 e R\$ 221.535,51 com data-base de 18.01.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 1.437.261,03 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 1.314.733,35

Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
PI	80
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	053.04.026802-3 – 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo-SP

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Valor envolvido / data base	R\$ 10.345.426,20 / data-base: 01/07/1994
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.338.120,04 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 18.748.407,65

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	ABB Ltda. (Asea Brown Boveri)
Contrato	PG 002
PI	10893
Tipo "P"	P9
Processo n.º	405.01.2002.043991-1 – nº ordem controle 1651/2002 - 7ª Vara Cível - Osasco/SP
Valor envolvido / data base	R\$ 7.736.843,14 (R\$ 3.773.843,14 com data-base de 21.05.2002 e R\$ 3.963.000,00 com data-base de 22.08.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 24.728.918,85 (até 31.01.2009) / IGPM + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 11.635.740,46

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE
Contrato	CEEE/AT/201-9911697 e CEEE/AT/201-9911694
PI	11108 e 11109
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	001/1.05.0211424-3 – 8ª Vara Cível de Porto Alegre e 001/1.05.0245997-6 – 18ª Vara Cível de Porto Alegre
Valor envolvido / data base	R\$ 3.155.272,90 / (R\$ 159.567,76 com data-base de 26/02/2002, R\$ 839.809,61 com data-base de 12/09/2003 e R\$ 2.155.895,53 com data-base de 24/10/2006)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 6.951.214,01 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 6.517.923,91

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	DETRAN/MT – Departamento Estadual de Trânsito e Município de Cuiabá-MS
Contrato	021/96
PI	6550
Tipo "P"	P9
Processo n.º	2216/2004 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cuiabá MT
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.704.555,59 / data-base: 31/01/2003.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 8.240.471,01 (até 31.01.2009) / IPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 7.688.321,59

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte
Contrato	SUP2.7.5.0240.0
PI	121
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2004.01.1.033304-9 – 19ª Vara Cível de Brasília
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.986.809,65 / data-base: 31/03/2004).
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 4.005.854,39 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 3.652.182,62

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Manaus Energia S.A.
Contrato	MEAS.1.4.0006
PI	40027
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	001.05.043.326-2 – 20ª Vara Cível de Manaus
Valor envolvido/ data base	R\$ 8.146.556,12 / data-base: 21/11/2004.

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 15.106.853,30 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	2005.037.003105-1 - 1ª Vara Cível de Nova Friburgo/RJ
Valor envolvido / data base	R\$ 361.762,91 / data-base: 04/02/1994
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 21.066.190,72 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 18.790.015,60

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Chapecó
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	018.89.000093-7/0001 - Vara da Fazenda Pública de Chapecó/SC
Valor envolvido / data base	R\$ 6.554.113,39 / data-base: 09/07/1997.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.764.709,43 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 18.628.459,62

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Londrina
Contrato	Contrato de prestação de serviços para controle de tráfego com

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several cursive signatures.

	utilização de equipamentos e programas de informática, que entre si fazem a prefeitura do município de Londrina e a empresa Inepar S/A indústria e Construções, conforme processo de inexigibilidade de licitação (Art.25, Caput – Justificativa Anexa) de 26/05/1995.
PI	5742
Tipo "P"	P9
Processo n.º	001/96 - 10ª Vara Cível de Londrina/PR (extinto com julgamento do mérito) / 842/2008 – 8ª Vara Cível de Londrina/PR (processo atual)
Valor envolvido / data base	R\$ 4.339.566,14 / (R\$ 35.973,00 com data-base de 30/10/1995, R\$ 94.691,00 com data base de 30/11/1995, R\$ 174.135,10 com data base de 30/01/1996, R\$ 96.397,20 com data base de 29/02/1996, R\$ 91.899,72 com data base de 30/03/1996, R\$ 128.227,60 com data base de 30/04/1996, R\$ 200.047,19 com data base de 30/06/1996, R\$ 80.600,55 com data base de 30/07/1996, R\$ 185.429,13 com data base de 30/08/1996, R\$ 150.934,44 com data base de 30/09/1996, R\$ 107.035,89 com data base de 30/10/1996, R\$ 218.814,22 com data base de 30/11/1996, R\$ 149.450,35 com data base de 30/12/1996, R\$ 125.760,39 com data base de 30/01/1997, R\$ 156.385,35 com data base de 28/02/1997, R\$ 116.536,84 com data base de 30/03/1997, R\$ 95.999,66 com data base de 30/06/1997, R\$ 116.754,34 com data base de 30/12/1997, R\$ 89.624,15 com data base de 30/03/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/04/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/05/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/06/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/07/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/08/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/09/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/10/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/11/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/12/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 10/02/1999, R\$ 211.618,06 com data base de 28/02/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/03/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/04/1999, R\$ 249.246,92 com data base de 30/06/1999).
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 19.083.034,09 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

A linha "Valor envolvido atualizado" é a atualização do valor da obrigação principal da obrigação do Devedor respectivo, atualizado segundo os índices de correção monetária indicados na tabela acima. As datas-bases fornecidas nos documentos comprobatórios para o cálculo dessas atualizações podem sofrer variação quando do cálculo judicial do

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a large signature on the left, a square stamp in the center, and several other signatures and initials on the right, with the number 10 written near the bottom right.

débito, na medida em que o Judiciário pode decidir, por exemplo, que os juros de mora somente serão aplicáveis a partir da data da citação do respectivo réu.

3.2. Fica alterado o Anexo VI do Contrato de Cessão, que passa a vigorar nos seguintes termos:

Anexo VI

ADVOGADO	Caso	Item correspondente ao Anexo I do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças.	Contrato	Condições Contratuais			
				Iniciais	Mensais	Êxito	Total
Luis Olavo Baptista	Enelpower	5	Sim 13/07/2006		R\$ 350 mil (dividida em 12 meses seguintes a assinatura do contrato. Cláusula 2.1.	5,5% Cláusula 2.2	R\$ 350 mil + êxito
Fator Empreendimentos	Enelpower	5	Sim 13/07/2006		Não há valor mensal	Cláusula 1ª e 2ª - O Fator arcará com as custas da arbitragem, despesas da parcela fixa dos honorários, limitados até R\$ 1.500.000,00 + o êxito da L.O. Baptista de 5,5% Cláusula 3ª e 4ª § 1º - Em caso de êxito e acordo, a Inepar paga a Fator 25% do que ganhar na arbitragem	Cláusula 1ª - Fator arcará com as despesas de até R\$ 1.500.000,00 + êxito

Eduardo Rocha Virmond Advogados	Enelpower	5	Sim 24/10/2002	Pagamento por hora profissional dedicada. Cláusula 4	Dr. Eduardo Virmond - (R\$ 400,00 a hora), Sócios - (R\$ 280,00 a hora), Outros advogados - (R\$ 150,00) e Estagiários - (R\$ 80,00) Cláusula 4 (i), (ii), (iii) e (iv).	1% para haveres até US\$22 milhões de dólares americanos e nunca menos de US\$ 100 mil dólares. Cláusula 5 (i) e (ii.i) Adição de 0,5% para haveres que excederem US\$22 milhões de dólares e não ultrapassar US\$50 milhões de dólares. Cláusula 5 (ii.ii) Adição de 0,25% para haveres acima de US\$ 50 milhões de dólares. Cláusula 5 (ii.iii)	Horas trabalhadas + êxito.
	Detran - MT	13	Sim 06/03/2003	R\$ 7.500,00 (na assinatura da procuração) Cláusula 1ª Haverá pagamento adicional de R\$ 2.500,00 (para o escritório do Dr. Cláudio Stábile responsável pelo acompanhamento local) Cláusula 1ª	+ R\$ 7.500,00 (no saneamento do feito ou no julgamento antecipado) Cláusula 2ª	6% Cláusula 3ª	R\$17.500,00 + 6% de êxito.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. On the right, there is a circular stamp with the number '12' inside, and several overlapping handwritten signatures.

Eduardo Rocha Virmond Advogados	PM Londrina	18	Sim 07/02/08	R\$ 10 mil (na aceitação da causa)	R\$ 15 mil (no ajuizamento da ação) R\$ 10 mil (na interposição ou reposta ao 1º recurso)	1%	R\$ 35 mil + 4% de êxito.
	Gerda	6 e 7	Não	R\$30 mil reais.	Não	Pendente de acerto um prêmio pelo êxito.	R\$ 30 mil + prêmio pelo êxito (pendente de acerto).
Eduardo Rocha Virmond Advogados							

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a stylized 'L' or '2' in the center, and a signature with the number '13' on the right.

Sander e Esteves	Município de Chapecó	17	Sim 02/02/2006 Obs. Cláusula 1ª (A prestação de Serviços é em conjunto com o Dr. Luiz Antonio Palaoro	R\$ 30 mil (no protocolo das petições) Cláusula 4ª		8% do valor total e atualizado do valor disponibilizado em juízo a contratante, até 18 meses da assinatura do contrato; ou 5% caso ocorra após 18 meses. Cláusula 4ª	R\$ 30 mil + 8% ou 5% Os honorários sucumbenciais serão do Dr. Luiz Antonio Palaoro
Peregrino Neto e Beltrami Associados	Detran – MT	13	Sim 19/01/04	R\$ 300 mil (em 12 parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 25.000,00 iniciando em 11/02/2004) Cláusula 2.(A.1)	R\$ 1.080.000,00 (em 36 parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 30.000,00 corrigidas anualmente) Cláusula 2.(A.2)	8% do valor do proveito econômico obtido em cada ação judicial ou 6% em caso de negociação ou acordo com os devedores. Cláusula 2 (b)	R\$ 1.380.000,00 + 8% ou 6% de êxito
	CEEE	12					
	Eletronorte	14					
	Manaus Energia	15					
	Central	2					
	Metrô-SP	9 e 10					
	Metrô-RJ	8					
	Gerdau	6 e 7					

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a signature in the center, and a signature on the right with the number '14' written below it.

Fernando Orotava	Governo de Santa Catarina	4	Sim 09/06/2006	-----	-----	-----	10% (do valor total que vier a receber do pagamento, refinanciamento e/ou resgate dos títulos, por decisão judicial ou acordo extrajudicial). Cláusula Segunda Em caso de refinanciamento a Contratante se obrigará a pagar ao Estado de Santa Catarina, 10% do valor dos títulos, a título de desconto. Cláus. Segunda, § 1º O pago do percentual será de acordo c/taxa Selic (Carta 09.11.06)
Marcos AS Advocacia S/S	PM Nova Friburgo	16	Sim 12/05/2008	R\$ 20 mil na aceitação do contrato.	-	10% êxito da quantia recuperada	R\$ 20 mil + 10% êxito
JURÍDICO INTERNO	ABB LTDA	11					

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES E DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do Contrato de Cessão que não foram expressamente alteradas pelo presente Aditamento, sendo que segue anexa ao presente a versão consolidada do Contrato de Cessão, após implementadas as alterações referidas na Cláusula Quarta acima.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

The image shows several handwritten signatures and stamps. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'P. B.'. To the right of this, there is a circular stamp with some text inside, and further right, another signature. The overall appearance is that of a formal document with multiple parties' signatures.

5.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Aditamento e nele não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão e no Regulamento do Fundo.

5.2. Se qualquer disposição ou termo deste Aditamento for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Aditamento não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

5.3. Salvo disposição em contrário prevista neste Aditamento, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

5.4. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.


São Paulo, 7 de abril de 2009.

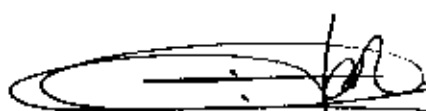
(restante da página intencionalmente deixado em branco)

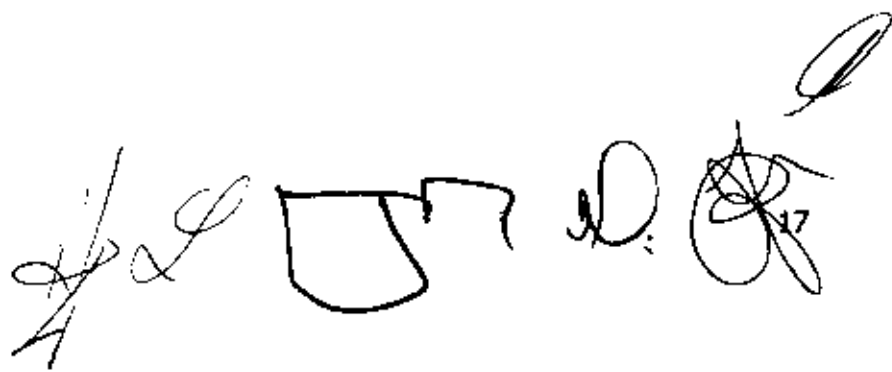
The image shows five handwritten signatures or initials in black ink, arranged horizontally. The first signature on the left is a stylized 'F' with a diagonal line. The second is a cursive 'L'. The third is a large, bold 'U' with a horizontal line. The fourth is a cursive 'D'. The fifth is a cursive 'S' with a diagonal line. To the right of the signatures is a circular stamp containing the number '16'.

(Página de assinatura 1/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A.

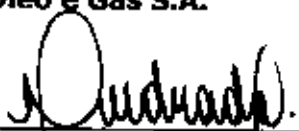
1. 
Nome: MARCIO ANTONIO BERNARDI
Cargo: Diretor

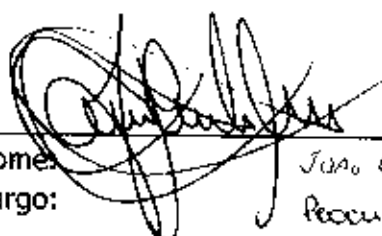
2. 
Nome: LUIZ ABBERTIO MOREIRA
Cargo: Procurador



(Página de assinatura 2/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

IESA Óleo e Gás S.A.

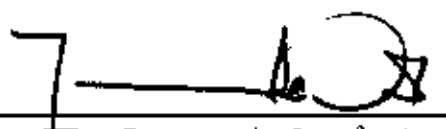
1. 
Nome: IRAJA GALLIANO ANDRADE
Cargo: Diretor

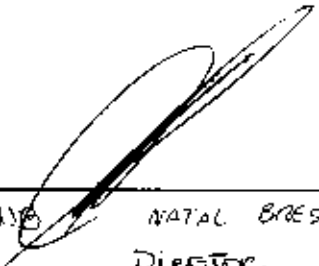
2. 
Nome: JOÃO CARLOS MOREIRA
Cargo: Procurador





(Página de assinatura 3/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

INEPAR Energia S.A.

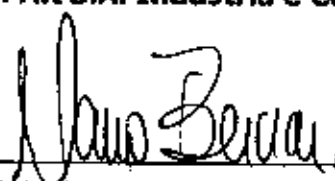
1. 
Nome: JAU NEVAL DE OMS
Cargo: Diretor

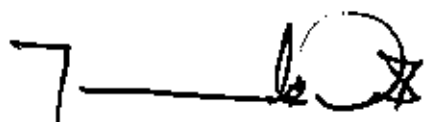
2. 
Nome: NATAL BRESSAN
Cargo: Diretor



19

(Página de assinatura 4/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

INEPAR S.A. Indústria e Construções

1. 
Nome: MARCO ANTONIO BERNARDI
Cargo: Procurador

2. 
Nome: JO JAUNEVAL DE OMS
Cargo: Diretor

(Página de assinatura 5/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

INEPAR - Administração e Participações S.A.

1.

Nome: JOAQUIM DE OMS

Cargo: DIRETOR

2.

Nome: NATAL BRESSAN

Cargo: DIRETOR

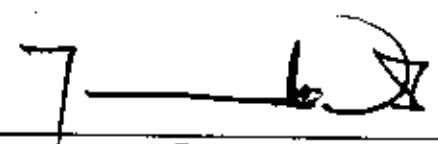
(Página de assinatura 6/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.

1. 

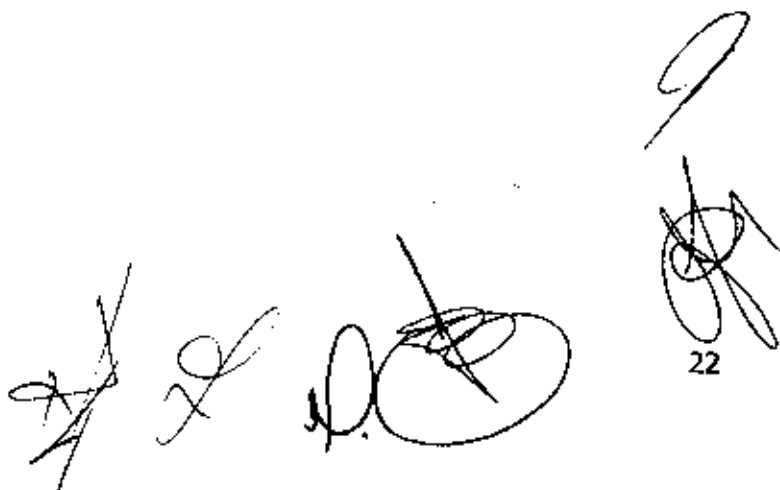
Nome: MARIO ANTONIO BERNARDI

Cargo: Procurador

2. 

Nome: JO JAUNEVAL DE OMS

Cargo: Diretor



(Página de assinatura 7/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.

Nome:

Cargo:

Ricardo Gattai
Diretor

2.

Nome:


Cargo:

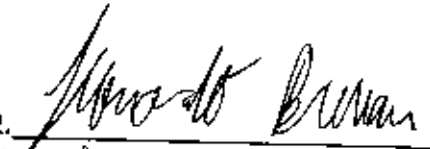
Luis Lucaspi
Procurador



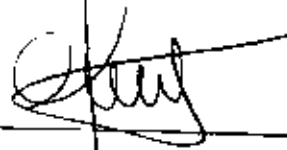
(Página de assinatura 8/8 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., IESA Óleo & Gás Energia S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 7 de abril de 2009.)

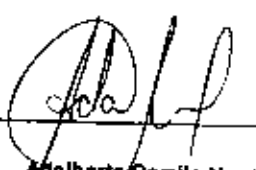
MDC Assessoria Empresarial S.A.

1. 
Nome: Marcelo B. B. B.
Cargo: Diretor Presidente

2. 
Nome: Leonardo Roberto Pinheiro
Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. 
Nome: Camila Fernandes de Araújo
RG: 28.643.022-00 SSP/SP
CPF: 330.632.278-35

2. 
Nome: Adalberto Camilo Monteiro
RG: 089.458.348-42
CPF: 17.457.030-2 SSP/SP



24

**Anexo I ao Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de
Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder");

(b) **INEPAR ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, conjunto 1301, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23 ("INEPAR Energia");

(c) **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06 ("INEPAR Indústria");

(d) **INEPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.542.602/0001-09 ("INEPAR Participações");

(e) **INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97 ("INEPAR Equipamentos" e, em conjunto com IESA Projetos, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações, as "Cedentes");

(f) **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,



inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Administrador"); sendo as Cedentes e o Cessionário referidos em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte"; e

(g) **MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.**, sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("MDC"), sendo a MDC, em conjunto com a IESA Projetos, referidas como "Agentes de Cobrança".

CONSIDERANDO que as Cedentes são titulares de direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes com seus clientes;

CONSIDERANDO que o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07 ("Instrução CVM n.º 356/01") e da Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM n.º 444/06");

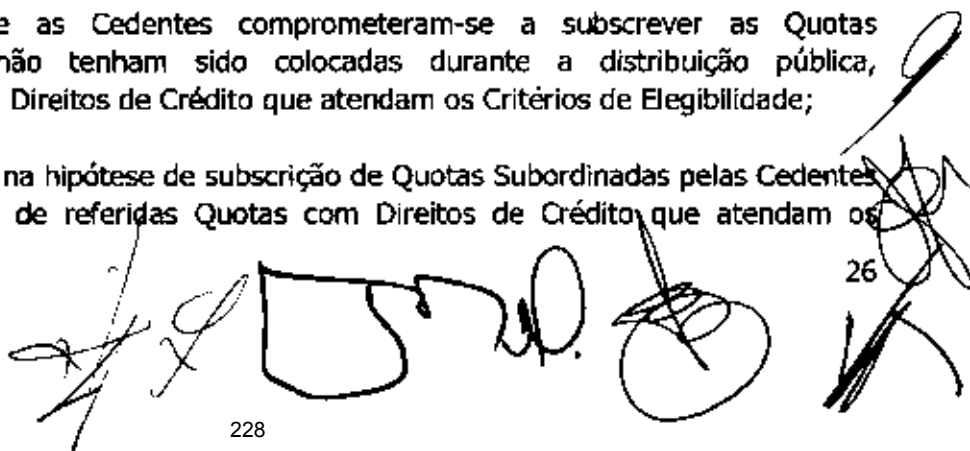
CONSIDERANDO que o regulamento do Fundo ("Regulamento") prevê a distribuição pública de 8 (oito) quotas seniores ("Quotas Seniores") e de 152 (cento e cinquenta e duas) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas");

CONSIDERANDO que os recursos a serem captados com a emissão e colocação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas serão utilizados pelo Fundo para a aquisição de direitos de crédito de titularidade das Cedentes, observados os termos e condições deste Contrato;

CONSIDERANDO que as Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas com Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade;

CONSIDERANDO que as Cedentes comprometeram-se a subscrever as Quotas Subordinadas que não tenham sido colocadas durante a distribuição pública, integralizando-as com Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade;

CONSIDERANDO que na hipótese de subscrição de Quotas Subordinadas pelas Cedentes com a integralização de referidas Quotas com Direitos de Crédito que atendam os

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'MDC'. To the right of this, there is another signature, and further right, a signature that looks like 'IESA'. On the far right, there is a signature with the number '26' written next to it.

Crerios de Elegibilidade, a transferncia dos Direitos de Crdito ao Fundo ser regida pelos termos e condies do presente Contrato; e

CONSIDERANDO que o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituio financeira com sede na Cidade de So Paulo, Estado de So Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11 foi contratado para prestar ao Fundo os servios de custdia de que trata o artigo 38 da Instruo CVM n.º 356/01 ("Custodiante").

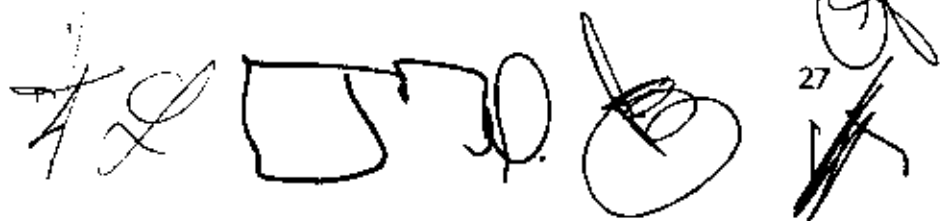
Resolvem as Partes celebrar o presente Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crdito e Outras Avenas ("Contrato"), que ser regido pelas clusulas e condies a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA CESSÃO

1.1. Serão objeto da cessão, nos termos deste Contrato, os direitos de crédito de titularidade das Cedentes vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento ("Direitos de Crédito Não Ajuizados") e/ou objeto de discussao judicial em ao proposta por uma ou mais das Cedentes em face do respectivo Devedor ("Direitos de Crédito Ajuizados") originados de operaes comerciais, industriais e/ou de prestao de servios realizadas pelas Cedentes, listados no Anexo I ao presente Contrato (sendo os Direitos de Crédito Não Ajuizados e os Direitos de Crédito Ajuizados referidos, genericamente, como "Direitos de Crédito" e a lista de Direitos de Crédito indicados no Anexo I a "Lista de Direitos de Crédito").

1.1.1. A Lista de Direitos de Crédito indica o montante em reais correspondente ao valor total dos Direitos de Crédito em 31 de janeiro de 2009 (respectivamente, "Valor Total" e "Data de Corte"). Para cada um dos Direitos de Crédito Ajuizados, o valor total foi calculado com base no valor de principal da obrigao do Devedor (conforme abaixo definido) respectivo, atualizado segundo os índices de correo monetária indicados na Lista de Direitos de Crédito para cada Direito de Crédito.

1.2. Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro, a cessão dos Direitos de Crédito abrangerá, além do direito de recebimento das Cedentes decorrente dos Direitos de Crédito, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e aes a estes relacionados, bem como todas e quaisquer multas compensatórias e/ou indenizatórias e prêmios de seguros devidos às Cedentes pelos Devedores (conforme abaixo definido), inclusive, sem limitao, aqueles relacionados a

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a signature that appears to be 'F. L.'. In the center, there is a large, stylized signature or stamp. To the right of this, there is another signature. On the far right, there is a circular stamp with the number '27' inside it, and a signature over it.

ou decorrentes de rescisão de qualquer dos contratos relacionados aos Direitos de Crédito.

1.2.1. O valor do principal da obrigação do Devedor (conforme abaixo definido) de cada Direito de Crédito foi determinado com base no valor estimado de recuperação dos Direitos de Crédito. Como tais valores são objeto de discussão administrativa ou judicial, estando, em alguns casos, sujeitos à produção de provas, o valor do principal pode ser diverso daquele informado na Lista de Direitos de Crédito, podendo, inclusive, ser reduzido a zero ou ser transformado em débito das Cedentes para com o Devedor (conforme abaixo definido) respectivo.

1.3. As Cedentes não serão responsáveis pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Cessionário ("Devedores"), respondendo somente pela existência e validade dos Direitos de Crédito na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso.

1.3.1. Somente serão considerados inexistentes os Direitos de Crédito que sejam transformados em débito das Cedentes para com os Devedores. Nessa hipótese, as Cedentes serão responsáveis pelo pagamento do débito resultante da desconstituição do Direito de Crédito.

1.4. Os documentos que formalizam e comprovam a existência dos Direitos de Crédito incluem, mas não se limitam a, contratos de fornecimento de equipamentos e de prestação de serviços, contratos de compra e venda de bens, faturas, notas promissórias, títulos executivos judiciais ou extrajudiciais, correspondências, apólices de seguro, petições iniciais, contestações, laudos periciais e outros documentos que instruem ou fazem parte das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito, incluindo, sem limitação, despachos, decisões interlocutórias e sentenças judiciais, e todos os demais documentos que evidenciem a existência dos Direitos de Crédito. Para todos os fins deste Contrato, tais documentos serão designados como "Documentos Comprobatórios".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PROMESSA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

2.1. As Cedentes comprometem-se a ceder e transferir ao Cessionário os Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, acompanhados dos respectivos Documentos Comprobatórios, observado o disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta abaixo.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. On the left, there is a signature. In the center, there is a large, stylized signature or stamp. On the right, there is a circular stamp with the number '28' inside, and a signature over it.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

3.1. A transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo em razão da aquisição ou da integralização de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito será formalizada pelas Partes por meio da celebração de termo de cessão na forma do modelo anexo ao presente Contrato como Anexo II ("Termo de Cessão").

3.2. A cessão dos Direitos de Crédito nos termos deste Contrato será realizada de acordo com os seguintes procedimentos:

- (i) em caso de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo:
 - a. até o dia útil imediatamente anterior à publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas do Fundo, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias a que se refere o artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01, o Cessionário deverá informar à Cedente Líder o valor dos recursos disponíveis para aquisição de Direitos de Crédito;
 - b. recebida a informação de que trata o item (a) acima, a Cedente Líder deverá (1) imprimir três vias do Termo de Cessão, que deverá ter como anexo, em meio físico, lista contendo os Direitos de Crédito indicados pelo Fundo; (2) providenciar a assinatura do Termo de Cessão pelas pessoas autorizadas das Cedentes; e (3) encaminhar ao Administrador, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão assinado;
 - c. recebida cópia do Termo de Cessão assinado pelas Cedentes, o Administrador deverá (1) providenciar a assinatura do Termo de Cessão pelo Cessionário e enviar à Cedente Líder, por meio eletrônico ou via fac-símile, cópia do Termo de Cessão devidamente assinado e (2) autorizar o Custodiante, por meio eletrônico, a realizar o pagamento do Preço de Aquisição (conforme abaixo definido) às Cedentes;
 - d. na hipótese de a autorização referida no item anterior ser encaminhada ao Custodiante até às 16h00 de um dia útil, o Custodiante realizará o pagamento às Cedentes do Preço de Aquisição (conforme abaixo definido) no mesmo dia. Caso a autorização referida acima seja encaminhada ao Custodiante após as 16h00, o Custodiante poderá realizar o pagamento do Preço de Aquisição no dia útil imediatamente seguinte, sem qualquer

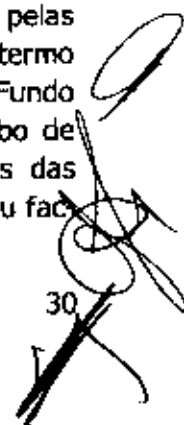







acréscimo. A data de pagamento do Preço de Aquisição nos termos deste item (d) será referida como "Data de Aquisição e Pagamento"; e

- e. a Cedente Líder deverá encaminhar ao Cessionário, em até 10 (dez) dias úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão, incluindo seus anexos, devidamente assinadas pelas Cedentes. O Cessionário, ao receber referidos documentos (1) providenciará a assinatura do Cessionário nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e o seu registro no Ofício de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, respectivamente e (2) encaminhará à Cedente Líder, dentro de até 10 (dez) dias úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão devidamente assinada e registrada.

(ii) Para a cessão de Direitos de Crédito decorrente da Integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes:

- a. caso, até o 5º dia seguinte à publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas do Fundo, não tenha sido colocada a totalidade das Quotas Subordinadas, o Administrador informará à Cedente Líder para que as Cedentes subscrevam as Quotas Subordinadas ainda não colocadas;
- b. as Quotas Subordinadas subscritas pelas Cedentes serão integralizadas por meio da cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito constantes da Lista de Direitos de Crédito que ainda não tenham sido adquiridos pelo Fundo nos termos o item (i) acima,
- c. após o recebimento pela Cedente Líder da informação do Administrador sobre a quantidade de Quotas Subordinadas a serem subscritas pelas Cedentes, a Cedente Líder deverá (a) imprimir três vias do Termo de Cessão, que deverá ter como anexo, em meio físico, a lista dos Direitos de Crédito entregues em pagamento da integralização das Quotas Subordinadas; (b) providenciar a assinatura do Termo de Cessão pelas pessoas autorizadas das Cedentes, (c) providenciar a assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e ao prospecto do Fundo ("Termo de Adesão") e do boletim individual de subscrição e recibo de integralização ("Boletim de Subscrição") pelas pessoas autorizadas das Cedentes; e (d) encaminhar ao Administrador, por meio eletrônico ou fac



30

símile, cópia do Termo de Cessão, dos Termos de Adesão e dos Boletins de Subscrição assinados;

- d. tendo recebido os documentos indicados acima, o Administrador deverá providenciar a entrega das Quotas Subordinadas às Cedentes, por meio do registro das respectivas Cedentes no livro de registro de quotistas (sendo a data do efetivo registro das Quotas Subordinadas em nome das Cedentes referida como "Data de Entrega das Quotas Subordinadas"); e
- e. a Cedente Líder deverá encaminhar ao Cessionário, em até 10 (dez) dias úteis contados da Data de Entrega das Quotas Subordinadas, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão, incluindo a lista dos Direitos de Crédito entregues em pagamento da integralização das Quotas Subordinadas, devidamente assinadas pelas Cedentes, assim como 1 (uma) via original dos Termos de Adesão e dos Boletins de Subscrição. Ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão assinadas pelas Cedentes o Cessionário procederá ao registro do Termo de Cessão conforme descrito no item (i)(f) acima.

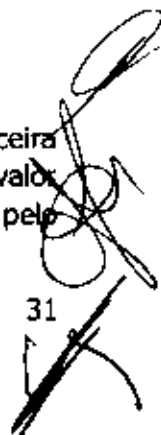
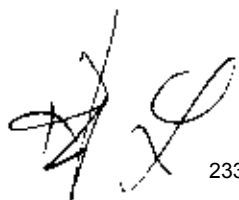
3.2. A cessão dos Direitos de Crédito será eficaz a partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou da Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso. Os Termos de Cessão, após assinados pelas Cedentes e pelo Cessionário, serão considerados parte integrante do presente Contrato para todos os fins de direito.

3.3. A cessão realizada na forma prevista nesta Cláusula será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Cessionário, em caráter definitivo, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, garantias, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

3.4. O Cessionário será responsável por todos os custos e despesas decorrentes do registro dos Termos de Cessão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO DE AQUISIÇÃO E DO VALOR DOS DIREITOS DE CRÉDITO PARA FINS DE INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

4.1. Pela aquisição dos Direitos de Crédito nos termos do item (i) da Cláusula Terceira acima, o Cessionário pagará às Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor correspondente ao valor contabilizado dos Direitos de Crédito que sejam adquiridos pelo Fundo, conforme indicado no Anexo I ao presente Contrato ("Preço de Aquisição").



4.1.1. O Preço de Aquisição será pago por meio de transferência eletrônica disponível (TED) de recursos em moeda corrente nacional para as contas de titularidade das Cedentes indicadas no Anexo I ao Termo de Cessão.

4.2. Na integralização de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito que não tenham sido adquiridos pelo Fundo, nos termos do item (ii) da Cláusula Terceira acima, será considerado, no cálculo do número de Quotas Subordinadas que serão entregues a cada uma das Cedentes, o valor contabilizado correspondente aos Direitos de Crédito que sejam entregues ao Fundo em pagamento da integralização das Quotas Subordinadas, conforme indicado no Anexo I ao presente Contrato ("Valor Atribuído ao Direito de Crédito").

CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

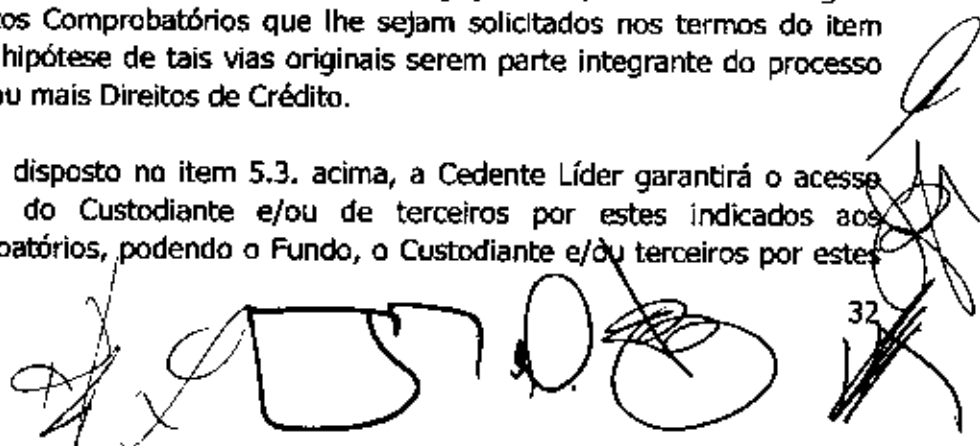
5.1. Na Data de Aquisição e Pagamento e/ou na Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, as Cedentes deverão entregar ao Cessionário cópia dos Documentos Comprobatórios que formalizam e representam os Direitos de Crédito.

5.2. As vias originais dos Documentos Comprobatórios permanecerão em posse da Cedente Líder, que se obriga a manter, até a liquidação do Fundo, os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo, de acordo com o disposto no "Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças" ("Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios").

5.3. Adicionalmente, a Cedente Líder obriga-se a entregar ao Cessionário e/ou ao Custodiante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo inferior, caso seja exigido por autoridade ou órgão judicial competente) contados do recebimento de solicitação por escrito, as vias originais dos Documentos Comprobatórios que lhe sejam solicitados.

5.3.1. A Cedente Líder ficará dispensada da obrigação de apresentar a via original dos Documentos Comprobatórios que lhe sejam solicitados nos termos do item 5.3. acima na hipótese de tais vias originais serem parte integrante do processo relativo a um ou mais Direitos de Crédito.

5.4. Sem prejuízo do disposto no item 5.3. acima, a Cedente Líder garantirá o acesso irrestrito do Fundo, do Custodiante e/ou de terceiros por estes indicados aos Documentos Comprobatórios, podendo o Fundo, o Custodiante e/ou terceiros por estes

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and a signature on the right with the number 32 written below it.

indicados realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente Líder, auditoria na Cedente Líder e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente Líder com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E SUA VERIFICAÇÃO

6.1. Somente poderão integrar a carteira de investimentos do Fundo os Direitos de Crédito de titularidade das Cedentes, vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originários de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços contratadas entre as Cedentes e os Devedores, listados no Anexo I ao presente Contrato e indicados no arquivo a ser enviado pelas Cedentes ao Custodiante juntamente com o Termo de Cessão ("Critério de Elegibilidade").

6.2. O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade acima descrito.

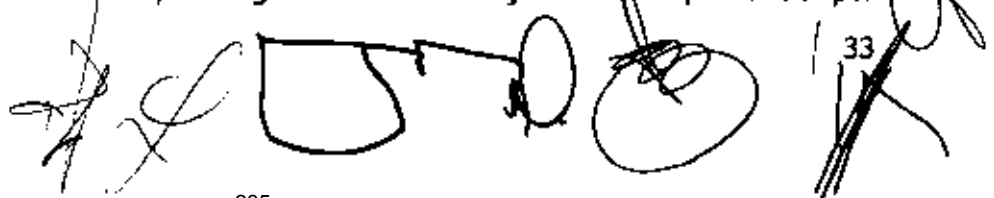
CLÁUSULA SÉTIMA – DA NOTIFICAÇÃO AOS DEVEDORES E DA TRANSFERÊNCIA DOS REGISTROS

7.1. Nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro, as Cedentes deverão notificar os Devedores (inclusive os garantidores) dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, conforme abaixo definido, a respeito da cessão objeto do presente Contrato no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a contar da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao presente Contrato.

7.2. As Cedentes serão responsáveis, ainda, pela transferência das garantias relativas aos Direitos de Crédito Não Ajuizados, conforme abaixo definido, para o nome do Fundo, em especial aquelas que são objeto de registro perante órgãos de registro público.

CLÁUSULA OITAVA – DA COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DO GERENCIAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS

8.1. A partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, os Agentes de Cobrança serão responsáveis por



realizar, por conta e ordem do Cessionário (i) a cobrança judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii) o acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito.

8.2. Os Agentes de Cobrança atuarão em conjunto na prestação dos Serviços de Cobrança, sendo que as decisões com relação a teses jurídicas e estratégias processuais caberá à Cedente Líder.

Cobrança dos Direitos de Crédito Não Ajuizados

8.3. Os Agentes de Cobrança serão responsáveis pela cobrança administrativa dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, que deverá ser realizada com estrita observância dos termos e condições dos Documentos Comprobatórios que originam os referidos Direitos de Crédito e das disposições legais aplicáveis.

8.3.1. Sem prejuízo do acima disposto, a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inclui as seguintes atividades: (a) realização, por meio de contato telefônico, correspondência com aviso de recebimento, correspondência eletrônica, notificações extrajudiciais e/ou boletos de cobrança e esforços de cobrança amigável e extrajudicial, nos termos das leis aplicáveis, do saldo devedor dos Direitos de Crédito, acrescido de juros e/ou multa de mora e, quando for o caso, e correção monetária, conforme descrito nos respectivos Documentos Comprobatórios; e (b) realização e/ou cancelamento de protesto dos Direitos de Crédito, quando for o caso.

8.4. Os Agentes de Cobrança devem instruir os Devedores para que realizem os pagamentos dos Direitos de Crédito diretamente em conta corrente de titularidade do Cessionário a ser por este informada à Cedente Líder, sendo vedado o recebimento de qualquer pagamento diretamente pelos Agentes de Cobrança.

8.5. Nos casos em que os procedimentos de cobrança extrajudicial não tenham sucesso e que, no julgamento razoável e fundamentado dos Agentes de Cobrança, após consulta com advogados especializados, existam chances razoáveis de recuperação de um ou mais Direitos de Crédito Não Ajuizados por meio de procedimento judicial, deverão os Agentes de Cobrança propor, em nome do Cessionário, ação judicial para cobrança dos referidos Direitos de Crédito Não Ajuizados.

8.5.1. Os Agentes de Cobrança deverão comunicar o Administrador de sua decisão de propor ação judicial com relação a um Direito de Crédito Não Ajuizado com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data prevista para a

distribuição da referida ação. A comunicação de que trata este item deverá conter, no mínimo, (i) os dados do Direito de Crédito Não Ajuizado em questão, (ii) descrição dos procedimentos adotados até o momento com relação a tal(is) Direito(s) de Crédito Não Ajuizado, (iii) o tipo de ação a ser proposta e (iv) o nome dos advogados que conduzirão a referida ação, selecionados nos termos do item 8.5. abaixo ("Advogados").

8.6. Na seleção dos advogados externos para a consulta a que se refere o item 8.5. acima e para a condução das ações judiciais, os Agentes de Cobrança comprometem-se a empregar os mesmos procedimentos e padrões utilizados pela Cedente Líder na seleção de advogados para a defesa de seus próprios interesses.

8.6.1. De forma a possibilitar a contratação de advogados nos termos do item 8.5. acima, o Cessionário outorgará à Cedente Líder, na forma do modelo anexo ao presente como Anexo V, mandato para que esta constitua os Advogados para a condução das ações judiciais acima referidas.

8.6.2. O valor total a ser pago à título de honorários aos advogados externos contratados nos termos do item 8.5. acima não pode ser superior a 8% (oito por cento) do valor efetivamente recebido pelo Fundo em pagamento do Direito de Crédito.

Cobrança dos Direitos de Crédito Ajuizados

8.7. A partir da data da cessão dos Direitos de Crédito Ajuizados para o Cessionário, os Agentes de Cobrança passarão a ser responsáveis, por conta e ordem do Cessionário, pela gestão, condução e defesa dos processos em andamento.

8.7.1. Os Agentes de Cobrança deverão assegurar que os Advogados que atuem em nome do Cessionário o façam com a diligência que todo homem probo e diligente emprega na condução de seus próprios negócios, buscando preservar os Direitos de Crédito Ajuizados, responsabilizando-se os Agentes de Cobrança pelos prejuízos ou danos sofridos e pelos custos incorridos pelo Cessionário em virtude de negligência ou imperícia dos Advogados (conforme abaixo definido);

8.8. Na gestão, condução e defesa das ações judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados em andamento na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, das quais as Cedentes participem como autoras ou rés, os Agentes de Cobrança não estarão obrigados a solicitar a substituição



processual das Cedentes pelo Cessionário, que poderão continuar a ter como autora(s) a(s) Cedente(s) que a tenha(m) proposto.

8.8.1. Sem prejuízo do acima disposto, o Cessionário poderá ingressar em referidas ações, a qualquer tempo, como assistente litisconsorcial, devendo as Cedentes e os Agentes de Cobrança, conforme o caso, sempre que solicitados, tomar todas as providências necessárias para permitir o ingresso do Cessionário como assistente litisconsorcial nas referidas ações. Nas hipóteses em que optar por atuar como assistente litisconsorcial, o Cessionário poderá ser representado, a seu exclusivo critério, pelo Advogado responsável pela condução da ação ou por advogado externo que venha a ser por ele escolhido, sem necessidade de aprovação pelos Agentes de Cobrança.

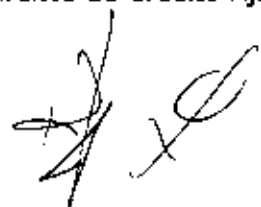
8.9. Nas hipóteses de culpa, dolo ou má-fé das Cedentes, dos Agentes de Cobrança ou dos Advogados contratados para a condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito Ajuizados, o Cessionário, sempre que julgar necessário e a seu exclusivo critério, poderá solicitar aos Agentes de Cobrança e às Cedentes, conforme o caso, que (i) substituam os Advogados, e/ou (ii) tomem todas as providências que se façam necessárias para solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Cessionário em referidas ações judiciais.

8.9.1. Na hipótese de que trata o item 8.8. acima, o Cessionário poderá (mas não estará a tanto obrigado) contratar advogado de sua livre escolha, sem necessidade de aprovação pelos Agentes de Cobrança.

8.9.2. Nas hipóteses de término dos contratos de prestação de serviços firmados com os Advogados externos responsáveis pelos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados em virtude de culpa, dolo ou má-fé das Cedentes, dos Agentes de Cobrança ou dos Advogados contratados para a condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito Ajuizados, a responsabilidade pelo pagamento de eventuais verbas de rescisão será exclusivamente das Cedentes e dos Agentes de Cobrança.

8.10. Os Serviços a serem prestados pelos Agentes de Cobrança nos termos do item 8.6. acima incluem:

- (a) a contratação e/ou manutenção da contratação dos Advogados;
- (b) a orientação dos Advogados quanto à condução das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados;



- (c) o gerenciamento das atividades de prestação de serviços advocatícios pelos Advogados, assim entendida (i) a fiscalização da correção das atividades realizada até a data de arquivamento do respectivo processo judicial de recuperação de crédito pelo Poder Judiciário em decorrência da arrematação e adjudicação de bens ou declaração de irrecuperabilidade, dentre outras hipóteses de arquivamento, (ii) o pagamento de seus honorários advocatícios, despesas e custas processuais, e (iii) a imposição de penalidades ou suspensão dos serviços dos Advogados em caso de culpa, dolo ou má-fé;
- (d) a cooperação ativa na relação com os Advogados e na prestação de quaisquer informações que se façam necessárias na condução de referidas ações, inclusive no que diz respeito à produção de provas e à apresentação de testemunhas;
- (e) a prestação de informações ao Cessionário acerca do trâmite de cobrança judicial realizada pelos advogados, por meio da disponibilização e discussão de relatórios de andamento processual e relatórios de conciliação de recebimentos decorrentes de pagamentos de Direitos de Crédito Ajuizados;
- (f) a prestação de informações aos Advogados acerca dos parâmetros de realização de acordos judiciais com os Devedores, observando os critérios que tenham sido fixados exclusivamente pelo Cessionário;
- (g) o recebimento e o repasse ao Cessionário dos valores recebidos em pagamento dos Direitos de Crédito Ajuizados; e
- (h) a entrega ao Administrador, trimestralmente e sempre que houver alguma alteração na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, dos relatórios dos Advogados.

8.11. Não obstante o gerenciamento de referidas ações ser realizado pelos Agentes de Cobrança, o Cessionário poderá, a qualquer momento e sempre que julgar necessário, requerer diretamente aos Advogados informações sobre as ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados.

8.12. Após a cessão dos Direitos de Crédito para o Cessionário, o Cessionário, ainda que não integre as ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, será responsável por



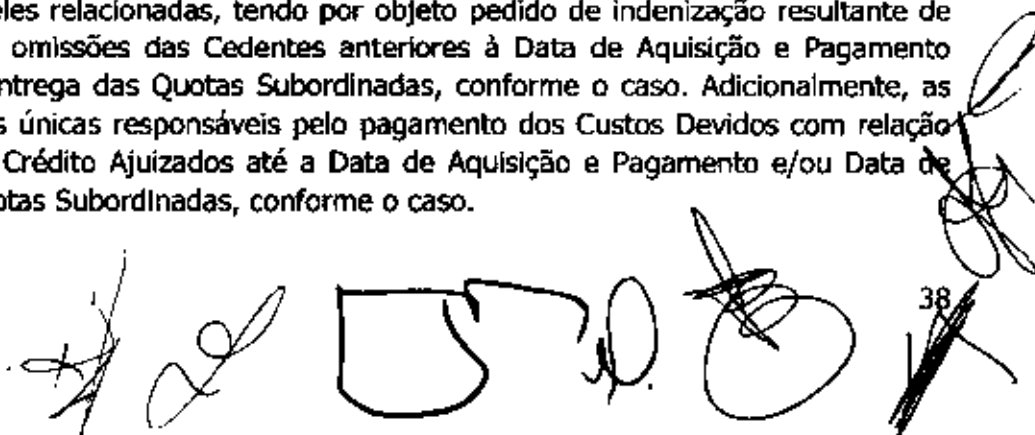
todas as despesas com condenações e demais custos processuais relacionados com referidas ações, incluindo honorários de advogados (incluindo os arbitrados em Juízo e os previstos nos contratos em vigor firmados com os Advogados), verbas de sucumbência, encargos contratuais, honorários de perito, custas de registro e quaisquer outros custos e despesas devidos em juízo ou fora dele, conforme o caso, inclusive em relação a decisões desfavoráveis, exceto (i) nos casos previstos no item 8.13. abaixo e (ii) em caso de culpa, dolo ou má-fé dos Agentes de Cobrança. Dessa forma, o Cessionário se compromete a reembolsar os Agentes de Cobrança, semestralmente, por todas as despesas que venham a ser comprovadamente incorridas pelos Agentes de Cobrança na administração das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito.

8.12.1. – Os honorários devidos aos Advogados ao término das ações judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados, conforme estipulados no Anexo VI ao presente Contrato, descontados os honorários pagos durante o curso de referidas ações, nos termos do Item 8.12. acima, serão descontados dos valores recebidos pelos Agentes de Cobrança, em nome do Fundo, em pagamento dos Direitos de Crédito Ajuizados e serão pagos pelos Agentes de Cobrança diretamente aos Advogados.

8.12.2. - Adicionalmente, o Cessionário reconhece que caso as Cedentes venham a ser cobradas por qualquer valor de responsabilidade do Cessionário, nos termos deste item, as Cedentes terão direito de regresso contra o Cessionário, que deverá ressarcir-las por todos os custos por elas comprovadamente incorridos.

8.13. O Cessionário, seja como parte de determinada ação judicial ou ainda que não faça parte de referida ação judicial, reconhece que estará obrigado por qualquer decisão proferida no âmbito das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados e que as Cedentes, ressalvado o disposto no item 8.13. abaixo, não poderão ser responsabilizadas por eventuais prejuízos que o Cessionário venha a sofrer em decorrência de tal decisão.

8.14. As Cedentes permanecerão responsáveis por ações judiciais e/ou procedimentos administrativos, ainda que sejam propostos contra o Cessionário, bem como por todas as despesas a eles relacionadas, tendo por objeto pedido de indenização resultante de fatos, ações ou omissões das Cedentes anteriores à Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso. Adicionalmente, as Cedentes são as únicas responsáveis pelo pagamento dos Custos Devidos com relação aos Direitos de Crédito Ajuizados até a Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there are three distinct signatures, followed by a large, stylized signature that appears to be 'U' or 'B' with a long horizontal stroke, and finally a signature on the far right that includes the number '38' written below it.

8.15. Adicionalmente, as Cedentes são responsáveis pelas penalidades, judiciais ou administrativas, que venham a ser impostas em decorrência de atos de litigância de má-fé ou outros atos atentatórios à dignidade de Justiça por elas praticados nas ações judiciais ou procedimentos administrativos referentes aos Direitos de Crédito.

8.16. O Cessionário assumirá todas as obrigações dos Cedentes decorrentes dos contratos firmados com os advogados externos responsáveis pelos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito e com as empresas de cobrança, conforme previsto no CD-Rom, a partir da Data de Corte, cabendo ao Cessionário deliberar, de acordo com as informações que venham a ser recebidas dos Agentes de Cobrança, (i) pela manutenção ou não dos contratos firmados com tais advogados externos e empresas de cobrança, ou pela rescisão de referidos contratos, desde que, neste caso, efetue todos os pagamentos devidos em decorrência da rescisão antecipada dos respectivos contratos, conforme o caso; (ii) pela substituição dos advogados externos em caso de falta grave e (iii) pela contratação de novos advogados externos, conforme o caso.

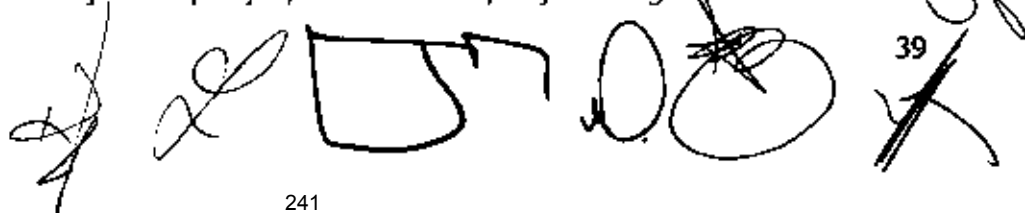
CLÁUSULA NONA – REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE COBRANÇA

9.1. Pela prestação dos serviços previstos na Cláusula Oitava acima, a MDC fará jus a uma remuneração equivalente a 10% (dez por cento) do valor recuperado com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, a ser pago à MDC por ocasião do recebimento de referidos valores pelo Fundo.

9.2. Adicionalmente, após o pagamento integral dos valores devidos aos quotistas titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, nos termos estabelecidos no Regulamento, a Cedente Líder fará jus a uma remuneração adicional correspondente ao patrimônio líquido porventura ainda existente no Fundo

CLÁUSULA DEZ – DO REPASSE DOS PAGAMENTOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO

10.1. As Cedentes comprometem-se a transferir ao Cessionário todos os valores em dinheiro e/ou os bens por elas recebidos em pagamento dos Direitos de Crédito (incluindo, mas não se limitando, ao valor de principal, juros, multas e outros encargos) a partir da Data de Corte, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que cada Cedente, neste ato, aceita sua nomeação como fiel depositária dos valores que venham a ser por elas recebidos, independentemente de ser a credora original de tais créditos, até a sua efetiva transferência ao Cessionário, nos termos deste Contrato. Os valores recebidos pelas Cedentes até a Data de Corte poderão ser compensados com o Preço de Aquisição, na Data de Aquisição e Pagamento.



10.1.1. O repasse dos valores em dinheiro e/ou dos bens recebidos até a Data de Aquisição e Pagamento será descontado do Preço de Aquisição ou, caso tal valor seja superior ao Preço de Aquisição, será creditado em conta corrente de titularidade do Cessionário a ser por este informada à Cedente Líder no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento. O repasse dos valores em dinheiro e/ou dos bens recebidos a partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso deverá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao seu recebimento, mediante crédito em conta corrente de titularidade do Cessionário a ser por este informada à Cedente Líder.

10.1.2. Sobre o valor dos recursos que não forem repassados pelas Cedentes no prazo determinado acima incidirão juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*.

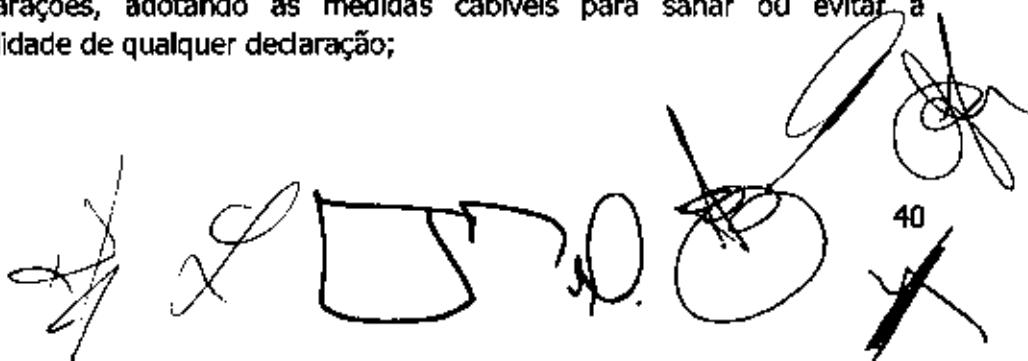
10.2. As Cedentes deverão manter registro de todos os pagamentos de Direitos de Crédito por elas recebidos a partir da Data de Corte (inclusive), devendo fornecer ao Cessionário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, uma relação dos valores recebidos, indicando os Direitos de Crédito a que dizem respeito.

10.3. As Cedentes comprometem-se a caso venham a ser contatadas por qualquer Devedor com relação a um Direito de Crédito cedido, orientar o respectivo Devedor a contatar diretamente o Cessionário, no endereço e telefone que venham a ser indicados às Cedentes pelo Cessionário.

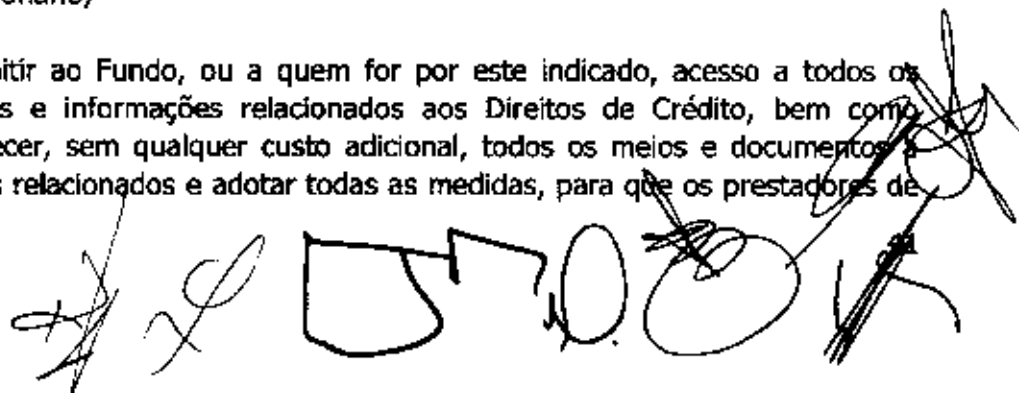
CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DAS CEDENTES

11.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, as Cedentes obrigam-se a:

- (a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas neste Contrato e para manter o Cessionário informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações, adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade de qualquer declaração;

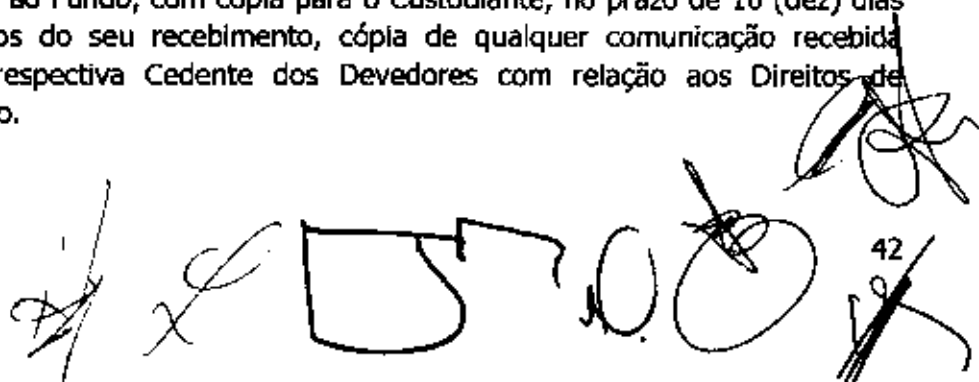
The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'J. S.', followed by a stylized signature, then a signature that looks like 'M. S.', and finally a signature that appears to be 'R. S.'. To the right of these signatures, there is a large, stylized signature that looks like 'R. S.' and a smaller signature that looks like 'R. S.'. Below the large signature, there is a handwritten number '40'.

- (b) salvo com prévia e expressa anuência por escrito do Cessionário, não desistir ou transigir nos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito;
- (c) exceto (i) com prévia e expressa anuência por escrito do Cessionário ou (ii) nos casos expressamente solicitados pelos Agentes de Cobrança, abster-se de entrar em contato com os Devedores para assuntos relacionados aos Direitos de Crédito;
- (d) abster-se de (i) liberar quaisquer garantias ou quaisquer partes das garantias relacionadas a quaisquer Direitos de Crédito; (ii) perdoar, renunciar ou dar quitação aos Devedores com relação aos Direitos de Crédito ou a quaisquer outros direitos relacionados aos Direitos de Crédito, bem como de compensar os Direitos de Crédito com os Devedores a partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso; (iii) iniciar, concluir ou de outra forma praticar quaisquer atos relacionados à execução, adjudicação ou dação em pagamento de qualquer bem que tenha sido empenhado ou hipotecado em garantia de pagamento dos Direitos de Crédito; (iv) vender, transferir, ceder, onerar ou comprometer-se a vender, transferir, ceder, onerar qualquer Direito de Crédito; e (v) alterar ou modificar quaisquer termos e condições dos Direitos de Crédito e/ou dos Documentos Comprobatórios ou qualquer outro documento relacionado aos Direitos de Crédito;
- (e) informar e entregar ao Cessionário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, quaisquer correspondências, comunicações, intimações, notificações, informações e/ou documentos relacionados aos Direitos de Crédito que lhe sejam enviados por terceiros;
- (f) cooperar com o Cessionário na elaboração de procedimentos a serem observados no relacionamento entre o Cessionário e a respectiva Cedente a partir da Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em especial no que se refere à transição dos Direitos de Crédito para a administração e cobrança pelo Cessionário;
- (g) permitir ao Fundo, ou a quem for por este indicado, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos de Crédito, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos e estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de



serviços por este contratados verifiquem o cumprimento, pela respectiva Cedente das suas obrigações nos termos deste Contrato;

- (h) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que os Devedores honrem as obrigações relacionadas com os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
- (i) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, cópia (i) do seu estatuto social; (ii) das respectivas deliberações societárias; e, conforme o caso, (iii) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato;
- (j) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, parecer legal emitido por seu advogado interno substancialmente na forma do Anexo III e, a cada período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura deste Contrato, uma ratificação dos termos do referido parecer legal;
- (k) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros;
- (l) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- (m) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, os respectivos lançamentos contábeis correspondentes à cessão irrevogável e irretroatável dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- (n) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações solicitadas pela agência de classificação de risco das Quotas do Fundo, em especial aquelas relacionadas aos Direitos de Crédito; e
- (o) enviar ao Fundo, com cópia para o Custodiante, no prazo de 10 (dez) dias corridos do seu recebimento, cópia de qualquer comunicação recebida pela respectiva Cedente dos Devedores com relação aos Direitos de Crédito.

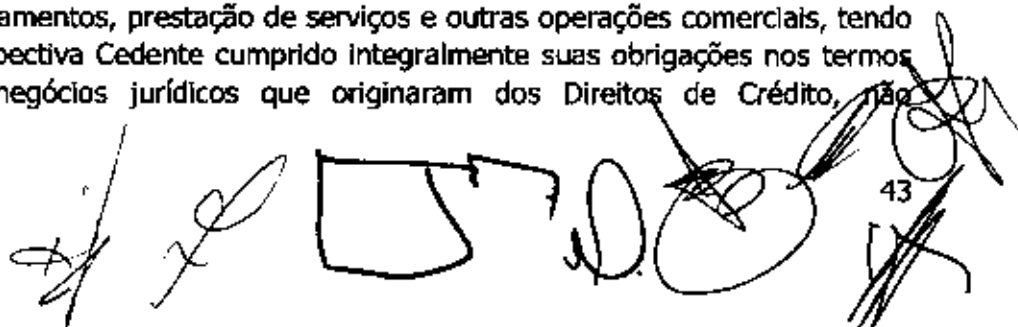
Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page. On the left, there are several stylized signatures. In the center, there is a large, bold signature that appears to be 'B. O.'. To the right of this, there is a circular stamp or signature. Further right, there is a signature with the number '42' written next to it. The overall appearance is that of a formal document with multiple parties signing.

11.2. As obrigações previstas nesta Cláusula para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pelas Cedentes de notificação enviada pelo Fundo exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

CLÁUSULA DOZE – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS CEDENTES

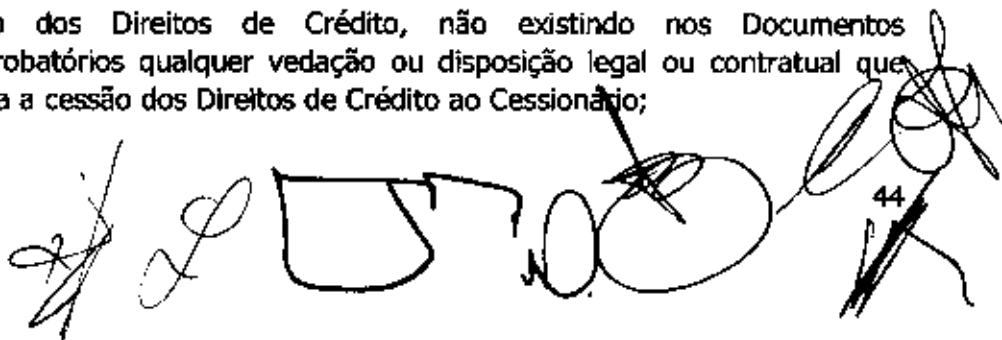
12.1. Cada uma das Cedentes declara e garante ao Cessionário, na data de assinatura deste Contrato, na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, que:

- (a) é uma sociedade por ações constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a realizar suas atividades;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome da respectiva Cedente as obrigações estabelecidas neste Contrato;
- (d) todos os Direitos de Crédito cedidos nos termos do presente Contrato são de sua exclusiva propriedade, têm origem legal e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão ora contratada e o pleno exercício, pelo Cessionário, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios;
- (e) o seu relacionamento com os Devedores realizou-se sempre estritamente dentro da lei;
- (f) cada Direito de Crédito relaciona-se efetivamente ao fornecimento de equipamentos, prestação de serviços e outras operações comerciais, tendo a respectiva Cedente cumprido integralmente suas obrigações nos termos dos negócios jurídicos que originaram dos Direitos de Crédito, não

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'S. S.'. To the right of this, there is a circular stamp with some illegible text inside. Further right, there is another signature, and on the far right, there is a signature with the number '43' written next to it.

havendo qualquer obrigação da respectiva Cedente com relação ao respectivo Devedor;

- (g) as informações constantes do Anexo I ao presente Contrato, bem como as informações fornecidas pelas Cedentes durante o processo de análise, pelo Cessionário, dos Direitos de Crédito, são completas, corretas e verdadeiras e representam toda a informação relevante sobre os Direitos de Crédito;
- (h) os Documentos Comprobatórios possibilitarão a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (i) não há qualquer ação judicial proposta contra os Devedores e não é do conhecimento das Cedentes qualquer espécie de procedimento administrativo, reclamação ou ação judicial contrária promovida pelos Devedores contra as Cedentes que se refiram diretamente aos Direitos de Crédito, exceto por aquelas já informadas ao Cessionário e listadas no Anexo I ao presente Contrato;
- (j) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais as Cedentes sejam parte ou aos quais esteja vinculado, a qualquer título, qualquer dos bens de sua propriedade, em especial os Direitos de Crédito; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que as Cedentes ou qualquer dos bens de sua propriedade esteja sujeito; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete as Cedentes ou qualquer dos bens de sua propriedade;
- (k) sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas mais recentes demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;
- (l) os contratos celebrados entre as Cedentes e os Devedores não vedam a cessão dos Direitos de Crédito, não existindo nos Documentos Comprobatórios qualquer vedação ou disposição legal ou contratual que impeça a cessão dos Direitos de Crédito ao Cessionário;

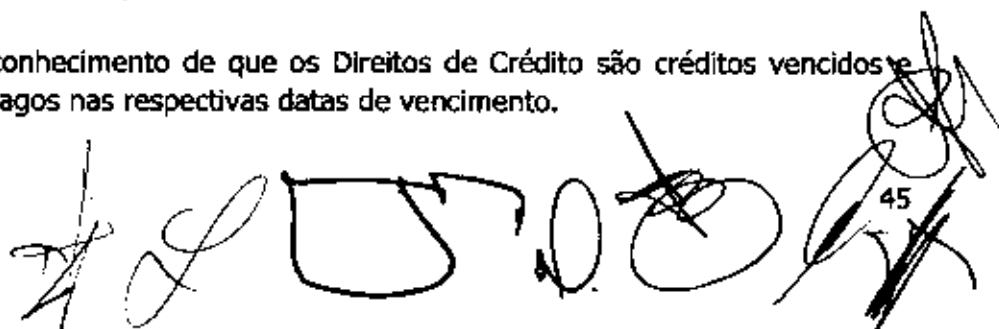
The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. On the right side, there is a circular stamp containing the number '44'. The signatures are written over the text of item (l) and extend across the bottom of the page.

- (m) não tem conhecimento da existência nesta data de qualquer dívida sua com qualquer dos Devedores que possa ensejar-lhes direito à compensação com os Direitos de Crédito; e
- (n) tem realizado a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito estritamente de acordo com as normas legais aplicáveis, tendo respeitado os preceitos morais e éticos no tratamento com os Devedores.

CLÁUSULA TREZE – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO CESSIONÁRIO

13.1. O Cessionário declara e garante às Cedentes, na data de assinatura deste Contrato, na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, que:

- (a) é um fundo de investimento em direitos creditórios, sob a forma de condomínio fechado, regularmente constituído de acordo com a legislação e regulamentação em vigor;
- (b) os representantes legais do Administrador que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato;
- (c) está devidamente autorizado e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a assinatura e execução deste Contrato, o cumprimento de suas obrigações aqui previstas e a consumação dos acordos contemplados neste Contrato não violam e não violarão (i) qualquer disposição de seu Regulamento, ou (ii) qualquer lei, norma, regulamento, sentença, ordem ou decreto ao qual o mesmo esteja sujeito;
- (e) teve acesso aos dados relativos aos Direitos de Crédito disponibilizados pelas Cedentes; e
- (f) tem conhecimento de que os Direitos de Crédito são créditos vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento.

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp containing the number '45'. The signatures are written over the text of item (f) and extend across the bottom of the page.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

14.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento, em moeda corrente nacional, previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

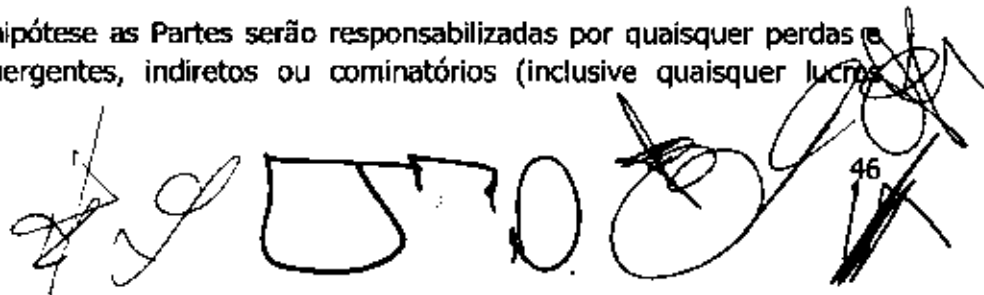
14.2. O inadimplemento, pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato, apenas ensejará a penalidade na forma do item 14.1. desta Cláusula se as Cedentes comprovarem a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no tocante ao descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.

14.3. O inadimplemento, pelas Cedentes de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo estabelecido neste Contrato ou assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) dias úteis, obrigará a respectiva Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 500,00 (quinhentos reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

CLÁUSULA QUINZE – DA INDENIZAÇÃO

15.1. Cada uma das Partes, individualmente, responsabiliza-se por todo e qualquer dano moral ou patrimonial devidamente comprovado que venha a causar a qualquer outra Parte decorrente do descumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato.

15.2. Em nenhuma hipótese as Partes serão responsabilizadas por quaisquer perdas e danos especiais, emergentes, indiretos ou cominatórios (inclusive quaisquer lucros

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a signature. In the center, there is a large, stylized signature or stamp. To the right, there is another signature. At the far right, there is a circular stamp with the number '46' inside it.

cessantes, perda de negócios ou de economias previstas), ao que cada uma das Partes expressamente renuncia.

15.3. As obrigações de indenização previstas nesta Cláusula sobreviverão à assinatura e conclusão do presente Contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até que cessem todos e quaisquer direitos nele estabelecidos e que as Partes tenham cumprido com todas as suas obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS COMUNICAÇÕES

17.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados por meio de carta, fac-símile ou e-mail para os seguintes endereços:

Se para as Cedentes:

IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

Rodovia Manoel de Abreu, s/n, km 4,5, Zona Rural, Araraquara-SP, CEP 14806-500

At.: Sr. Marco Antonio Bernardi

Telefone: (16) 3303-1252

Fac-símile: (16) 3303-1031

E-mail: marco.bernardi@iesa.com.br

Se para o Cessionário:

CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, Centro, São Paulo-SP; CEP 01009-905

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Telefone: (11) 3292-1400

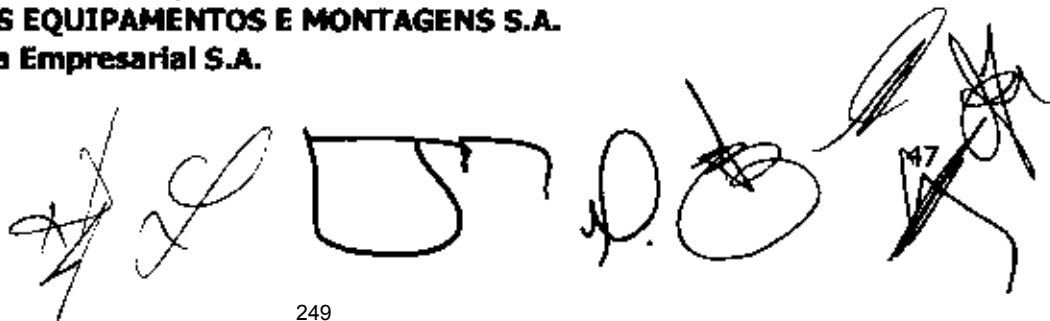
Fac-símile: (11) 3241-3831

E-mail: concordia.sp@concordia.com.br / joelrosa@concordia.com.br

Se para os Agentes de Cobrança:

IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

MDC Assessoria Empresarial S.A.

The block contains several handwritten signatures in black ink. From left to right, there are three distinct signatures, followed by a large, stylized signature that appears to be 'D.O.', and finally a signature on the far right that includes the number '17' written below it.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, cj 1202, 12º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80410-180

At.: Sr. Natal Bressan

Telefone: (41) 3025-1295

Fac-símile: (41) 3025-1293

E-mail: natal.bressan@mdcsa.com.br

17.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

17.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

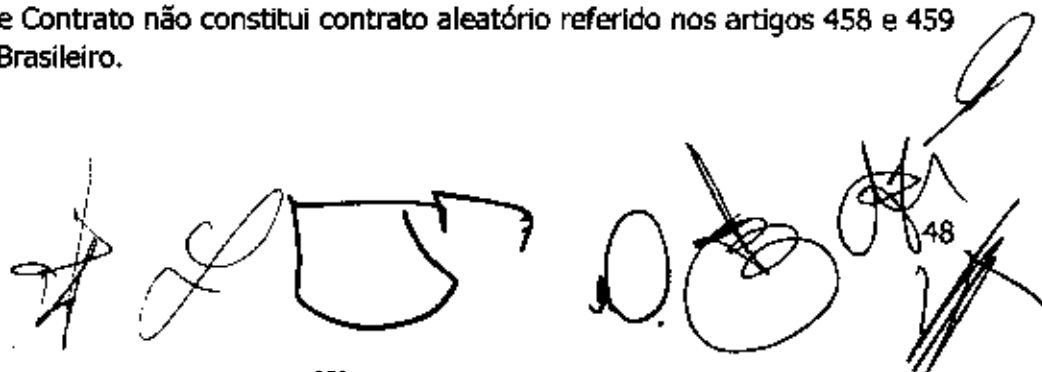
CLÁUSULA DEZOITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Contrato e em seus Anexos, e neles não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo.

18.2. O termo "Cedente", utilizado no singular ou no plural no presente Contrato, refere-se, conforme o caso, à todas as Cedentes ou apenas a uma delas.

18.3. O presente Contrato é celebrado entre e beneficia as Partes e seus sucessores ecessionários autorizados.

18.4. O presente Contrato não constitui contrato aleatório referido nos artigos 458 e 459 do Código Civil Brasileiro.

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'A', followed by a signature that looks like 'L', then a large, stylized signature that resembles 'B'. To the right of these are several circular stamps or initials, some of which are crossed out. One of the stamps has the number '48' written next to it. The signatures are written over the text of the 18.4 clause.

18.5. Todas as obrigações de fazer ou não fazer assumidas pelo Fundo nos termos deste Contrato devem ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

18.6. As modificações e aditamentos a este Contrato somente serão válidas e eficazes se feitas por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes.

18.7. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial e/ou de exclusividade entre as Cedentes, o Fundo e o Administrador.

18.8. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

18.9. Os anexos a este Contrato (os "Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de divergência entre o teor e/ou sua interpretação do Contrato e de seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e indissociabilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

18.10. Se qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

18.11. A tolerância e as concessões recíprocas entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

18.12. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes acerca dos direitos e obrigações nele estabelecidos, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

The image shows several handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. From left to right, there is a signature that appears to be 'J. L.', followed by a large, stylized signature that looks like 'U'. To the right of these is a circular stamp with some illegible text inside. Further right is another signature, and finally, a large, bold signature that appears to be '49' or similar, with a checkmark-like flourish to its right.

18.13. O presente Contrato e seus aditamentos, se houver, bem como o Termo de Cessão serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, respectivamente.

18.14. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Contrato não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

18.15. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado com observância dos princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

18.16. As Cedentes declaram ter recebido, na data de assinatura deste Contrato, uma via (i) do Regulamento; e (ii) do prospecto do Fundo, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pelas Cedentes, nos termos deste Contrato.

18.17. Exceto conforme expressamente previsto neste Contrato, cada Parte deverá arcar com suas respectivas despesas e tributos relacionados às transações contempladas por este Contrato.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA LEI APLICÁVEL E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

19.1. O presente Contrato será regido pelas leis brasileiras.

19.2. Na ocorrência de qualquer disputa ou discussão de qualquer natureza decorrente deste Contrato ou a ele relacionada, incluindo sem limitação qualquer questão relativa à existência, validade ou término de direitos ou obrigações de qualquer das Partes nos termos do presente, as Partes emvidarão seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente tais controvérsias, durante um prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento por uma das Partes de notificação da outra Parte comunicando a existência

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures, there is a circular stamp containing the number '50'. The signatures are written over the text of paragraph 19.2.

de uma disputa e a necessidade de discuti-la, a fim de resolvê-la amigavelmente por acordo entre as Partes.

19.3. Se, ao final do prazo referido no item acima, as Partes não tiverem chegado a um consenso a respeito da controvérsia, a referida disputa ou controvérsia será resolvida por meio de arbitragem, a ser administrada pela Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("Câmara Arbitral"), segundo o regulamento arbitral da referida câmara vigente à época da solução do litígio ("Regulamento da Câmara").

19.4. A controvérsia será resolvida por um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros, devendo a(s) Parte(s) requerente(s) indicar 2 (dois) árbitros, um titular e um suplente, de sua confiança e a(s) Parte(s) requerida(s) indicar outros 2 (dois) árbitros, um titular e um suplente, de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, e respectivo suplente, que presidirá os trabalhos, indicado pelas Partes, requerente(s) e requerida(s), de comum acordo. A(s) Parte(s) requerente(s) deverá(ão) indicar seu árbitro, e respectivo suplente, no requerimento de arbitragem, a(s) Parte(s) requerida(s) deverá(ão) indicar seu árbitro, e respectivo suplente, na comunicação de aceitação da arbitragem e o terceiro árbitro deverá ser indicado pelas Partes no prazo de 5 (cinco) dias contados da indicação dos árbitros, titular e suplente, pela(s) Parte(s) requerida(s). Para fins de nomeação de árbitros, as Cedentes serão considerados uma única Parte.

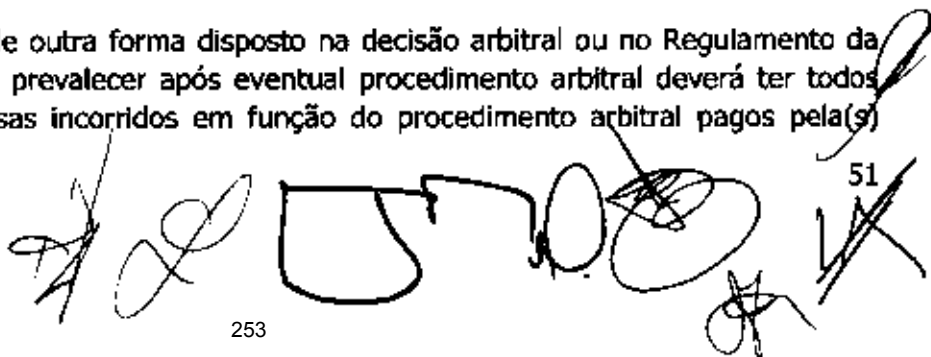
19.5. Tendo sido indicados todos os árbitros que comporão o tribunal arbitral, conforme disposto nesta Cláusula, caberá ao Presidente da Câmara Arbitral nomeá-los para os fins do disposto no item 19.6. abaixo.

19.6. Na falta de indicação de qualquer dos árbitros, conforme disposto no item 17.4. acima, ou, em havendo mais de uma Parte requerente ou mais de uma Parte requerida essas não acordarem quanto aos árbitros, titular e suplente, que lhes competem indicar, ou ainda, caso as Partes não acordem quanto à indicação do terceiro árbitro, e respectivo suplente, a nomeação será feita pelo Presidente da Câmara Arbitral.

19.7. Os árbitros nomeados na forma desta Cláusula serão intimados pela Câmara Arbitral para manifestar por escrito sua aceitação e assinar Termo de Independência.

19.8. O tribunal terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e será conduzido em Língua Portuguesa.

19.9. Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral ou no Regulamento da Câmara, a Parte que prevalecer após eventual procedimento arbitral deverá ter todos seus custos e despesas incorridos em função do procedimento arbitral pagos pela(s)

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a rectangular stamp containing the number "51".

outra(s) Parte(s) participante(s) do procedimento arbitral e que não tenha(m) prevalecido, incluindo honorários, custas e despesas do árbitro que indicar.

19.10. Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral, caso este já tenha sido instaurado e cumprida por solicitação do mesmo ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao juiz estatal competente, caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado.

19.10.1. Sem prejuízo do acima disposto, fica estabelecido que as Partes poderão recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter liminar ou medida cautelar e (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, a sentença arbitral.

19.10.2. Na hipótese de as Partes recorrerem ao Poder Judiciário, o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 7 (sete) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 15 de maio de 2008

IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A.

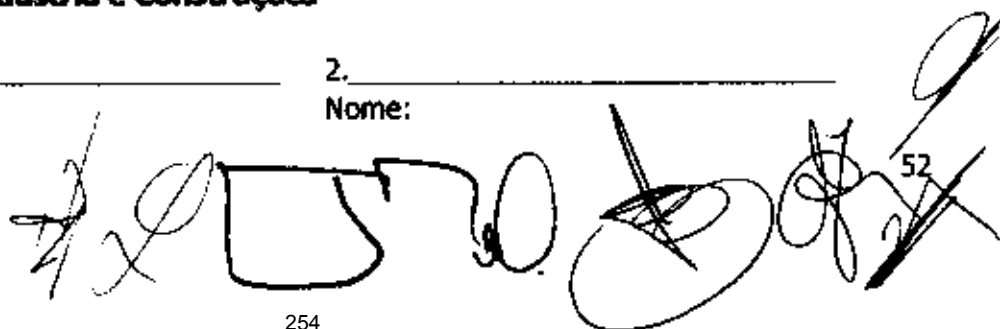
1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

INEPAR Energia S.A.

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

INEPAR S.A. Indústria e Construções

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:



Handwritten signatures of the parties and witnesses. The signatures are in black ink and appear to be of various individuals, including the representatives of IESA, INEPAR Energia, and INEPAR S.A., as well as the two witnesses. The signatures are written over the lines provided for names.

Cargo:

Cargo:

INEPAR - Administração e Participações S.A.

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

**ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO
PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

MDC Assessoria Empresarial S.A.

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

CPF:

2. _____

Nome:

RG:

CPF:

A series of handwritten signatures and stamps are located at the bottom of the page. From left to right, there is a signature, a large stylized 'L' or '2', a rectangular stamp, a circular stamp, and a signature with the number '53' written next to it.

Anexo I ao Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 15 de maio de 2008.

RELAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Cedente	IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
Devedor	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
PI	8344
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2007.001.004794-6 – 13ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.921.114,74 / data-base: 31/10/2006.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 16.571.003,44 (até 31.01.2009) / IGPM + 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 15.673.259,60

Cedente	IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
Devedor	Companhia Estadual de Engenharia, Transporte e Logística – CENTRAL
Contrato	060/ASJUR/98
PI	8344
Tipo "P"	P0-AF
Processo n.º	Não há.
Valor envolvido/ data base	R\$ 10.920.060,01 / data-base: 31/12/2008.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 10.920.060,01 (até 31.01.2009) / Reajuste Contratual
Valor Contabilizado	R\$ 10.920.060,01

Cedente	INEPAR Administração e Participações S/A
Devedor	Governo do Estado de Santa Catarina
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	99.0014246-2 – 30ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro – RJ
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.000.000,00 / data-base: 07/06/1999
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.995.738,47 (até 31.01.2009) / SELIC.
Valor Contabilizado	R\$ 8.961.292,04

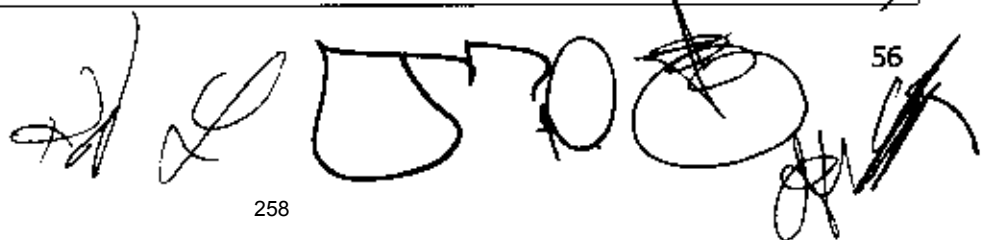
Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	ENELPOWER S.p.A
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	14735/COO - Câmara Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) SEDE Paris, França.
Valor envolvido/ data base	R\$ 201.659.950,00 / data-base: 26/04/2007 (US\$ 113.900.000,00)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 263.815.180,00 (até 31.01.2009) / Dólar (US\$ 113.900.000,00)
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	589/2004 - 15ª Vara Cível de Curitiba/PR
Valor envolvido/	R\$ 5.567.236,08 / data-base: 19/01/2004

data base	
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 11.503.974,51 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 11.227.190,63

Cedente	INEPAR Energia S.A.
Devedor	Gerdau S.A.
Contrato	Instrumento Jurídico Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações de 24/12/2002
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	546/2005 – 5ª Vara Cível de Curitiba/PR
Valor envolvido / data base	R\$ 33.355.240,66 / data-base: 24/12/2002
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.461.581,62 (até 31.01.2009) / IGPM.
Valor Contabilizado	R\$ 22.000.000,00

Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – MetrôRJ
Contrato	1017/75
PI	115
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2006.001.003159-5 – 8ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ
Valor envolvido / data base	R\$ 1.271.993,22 / (R\$ 184.384,48 com data-base de 18/03/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 11/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 13/11/1998, R\$ 150.460,12 com data-base de 20/11/1998, R\$ 225.690,18 com data-base de 21/11/1998, R\$ 70.489,07 com data-base de 31/08/1998, 42.236,49 com data base de 30/06/1998, R\$ 18.796,46 com data-base de 15/10/1998 e R\$ 128.556,06 com data-base de 19/01/1999)
Valor envolvido atualizado / Índice de	R\$ 5.110.855,85 (até 31.01.2009) / UFIR + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.



atualização	
Valor Contabilizado	R\$ 4.619.937,60

Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
PI	80
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	053.06.100.374-3 – 7ª Vara da fazenda Pública de São Paulo
Valor envolvido / data base	R\$ 465.242,91 / (R\$ 243.707,40 com data-base de 21/02/2001 e R\$ 221.535,51 com data-base de 18.01.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 1.437.261,03 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 1.314.733,35

Cedente	INEPAR Equipamentos e Montagens S/A.
Devedor	Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô/SP
Contrato	0076121000
PI	80
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	053.04.026802-3 – 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo-SP
Valor envolvido / data base	R\$ 10.345.426,20 / data-base: 01/07/1994
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 50.338.120,04 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 18.748.407,65

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	ABB Ltda. (Asea Brown Boveri)
Contrato	PG 002
PI	10893
Tipo "P"	P9
Processo n.º	405.01.2002.043991-1 -- nº ordem controle 1651/2002 - 7ª Vara

	Cível - Osasco/SP
Valor envolvido / data base	R\$ 7.736.843,14 (R\$ 3.773.843,14 com data-base de 21.05.2002 e R\$ 3.963.000,00 com data-base de 22.08.2002)
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 24.728.918,85 (até 31.01.2009) / IGPM + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 11.635.740,46

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE
Contrato	CEEE/AT/201-9911697 e CEEE/AT/201-9911694
PI	11108 e 11109
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	001/1.05.0211424-3 - 8ª Vara Cível de Porto Alegre e 001/1.05.0245997-6 - 18ª Vara Cível de Porto Alegre
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.155.272,90 / (R\$ 159.567,76 com data-base de 26/02/2002, R\$ 839.809,61 com data-base de 12/09/2003 e R\$ 2.155.895,53 com data-base de 24/10/2006)
Valor envolvido atualizado/ Índice de atualização	R\$ 6.951.214,01 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 6.517.923,91

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	DETRAN/MT - Departamento Estadual de Trânsito e Município de Cuiabá-MS
Contrato	021/96
PI	6550
Tipo "P"	P9
Processo n.º	2216/2004 - 1ª Vara da Fazenda Pública de Cuiabá MT
Valor envolvido/ data base	R\$ 3.704.555,59 / data-base: 31/01/2003.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 8.240.471,01 (até 31.01.2009) / IPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor	R\$ 7.688.321,59

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

Contabilizado	
---------------	--

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte
Contrato	SUP2.7.5.0240.0
PI	121
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	2004.01.1.033304-9 – 19ª Vara Cível de Brasília
Valor envolvido/ data base	R\$ 1.986.809,65 / data-base: 31/03/2004).
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 4.005.854,39 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 3.652.182,62

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Manaus Energia S.A.
Contrato	MEAS.1.4.0006
PI	40027
Tipo "P"	P8/P9
Processo n.º	001.05.043.326-2 – 20ª Vara Cível de Manaus
Valor envolvido/ data base	R\$ 8.146.556,12 / data-base: 21/11/2004.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 15.106.853,30 (até 31.01.2009) / INPC + 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	2005.037.003105-1 - 1ª Vara Cível de Nova Friburgo/RJ
Valor envolvido / data base	R\$ 361.762,91 / data-base: 04/02/1994

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a large circular stamp on the right and several illegible signatures.

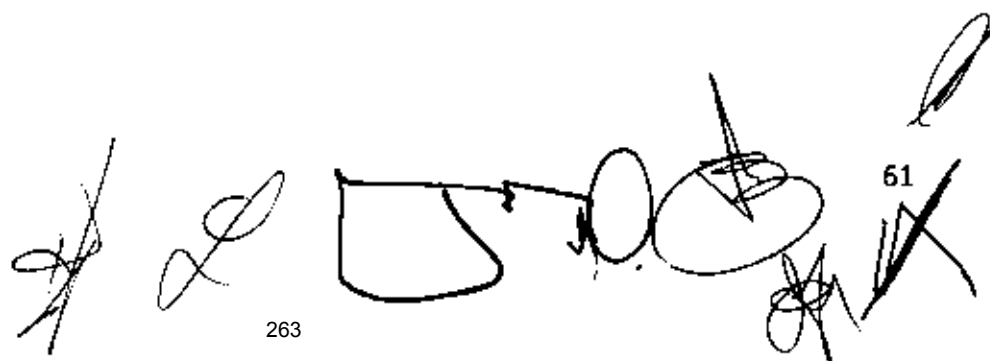
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 21.066.190,72 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 18.790.015,60

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Chapecó
Contrato	Não há.
PI	Não há.
Tipo "P"	P9
Processo n.º	018.89.000093-7/0001 - Vara da Fazenda Pública de Chapecó/SC
Valor envolvido / data base	R\$ 6.554.113,39 / data-base: 09/07/1997.
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 28.764.709,43 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês
Valor Contabilizado	R\$ 18.628.459,62

Cedente	INEPAR S/A - Indústria e Construções
Devedor	Prefeitura Municipal de Londrina
Contrato	Contrato de prestação de serviços para controle de tráfego com utilização de equipamentos e programas de informática, que entre si fazem a prefeitura do município de Londrina e a empresa Inepar S/A indústria e Construções, conforme processo de inexigibilidade de licitação (Art.25, Caput - Justificativa Anexa) de 26/05/1995.
PI	5742
Tipo "P"	P9
Processo n.º	001/96 - 10ª Vara Cível de Londrina/PR (extinto com julgamento do mérito) / 842/2008 - 8ª Vara Cível de Londrina/PR (processo atual)
Valor envolvido / data base	R\$ 4.339.566,14 / (R\$ 35.973,00 com data-base de 30/10/1995, R\$ 94.691,00 com data base de 30/11/1995, R\$ 174.135,10 com data base de 30/01/1996, R\$ 96.397,20 com data base de 29/02/1996, R\$ 91.899,72 com data base de 30/03/1996, R\$ 128.227,60 com data base de 30/04/1996, R\$ 200.047,19 com data base de 30/06/1996, R\$ 80.600,55 com data base de 30/07/1996, R\$ 185.429,13 com data base de 30/08/1996, R\$ 150.934,44 com data base de 30/09/1996, R\$ 107.035,89 com data base de 30/10/1996, R\$ 218.814,22 com data base de 30/11/1996, R\$ 149.450,35 com

	data base de 30/12/1996, R\$ 125.760,39 com data base de 30/01/1997, R\$ 156.385,35 com data base de 28/02/1997, R\$ 116.536,84 com data base de 30/03/1997, R\$ 95.999,66 com data base de 30/06/1997, R\$ 116.754,34 com data base de 30/12/1997, R\$ 89.624,15 com data base de 30/03/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/04/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/05/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/06/1998, R\$ 116.754,34 com data base de 30/07/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/08/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/09/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/10/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/11/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 30/12/1998, R\$ 124.623,46 com data base de 10/02/1999, R\$ 211.618,06 com data base de 28/02/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/03/1999, R\$ 124.623,46 com data base de 30/04/1999, R\$ 249.246,92 com data base de 30/06/1999).
Valor envolvido atualizado / Índice de atualização	R\$ 19.083.034,09 (até 31.01.2009) / INPC + 0,5% ao mês até 10/01/2003 e depois 1% ao mês.
Valor Contabilizado	R\$ 1,00

A linha "Valor envolvido atualizado" é a atualização do valor da obrigação principal da obrigação do Devedor respectivo, atualizado segundo os índices de correção monetária indicados na tabela acima. As datas-bases fornecidas nos documentos comprobatórios para o cálculo dessas atualizações podem sofrer variação quando do cálculo judicial do débito, na medida em que o Judiciário pode decidir, por exemplo, que os juros de mora somente serão aplicáveis a partir da data da citação do respectivo réu.



Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. On the right, there is a circular stamp with the number 61 inside. Below the stamp, there are several handwritten signatures and initials.

Anexo II ao Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 15 de maio de 2008.

Termo de Cessão de Direitos de Crédito

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder");

(b) **INEPAR Energia S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, conjunto 1301, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23 ("INEPAR Energia");

(c) **INEPAR S.A. Indústria e Construções**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06 ("INEPAR Indústria");

(d) **INEPAR - Administração e Participações S.A.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.542.602/0001-09 ("INEPAR Participações");

(e) **INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97 ("INEPAR Equipamentos" e, em conjunto com IESA Projetos, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações, as "Cedentes"); e

(f) **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES**

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'CONCORDIA'. To the right of this, there are several circular stamps, some of which contain text, and more handwritten signatures. A small number '62' is visible near the bottom right corner of the page.

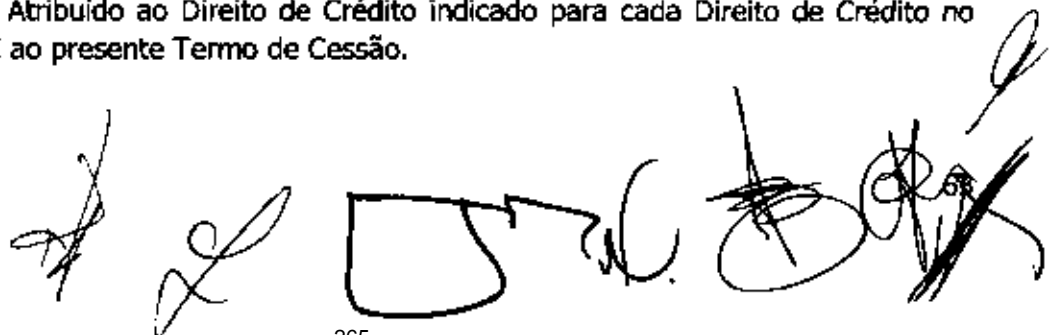
MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, instituição financeira com sede na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Administrador"); sendo as Cedentes e o Cessionário referidos em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO que em 15 de maio de 2008 as Partes, juntamente com a MDC Assessoria Empresarial S.A. celebraram Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), por meio do qual as Cedentes comprometeram-se a ofertar e ceder ao Cessionário os Direitos de Crédito indicados no Anexo I ao Contrato de Cessão e o Cessionário manifestou sua intenção de adquiri-los; e

CONSIDERANDO que, observado o disposto na Cláusula Terceira do Contrato de Cessão, [as Cedentes desejam ceder e o Cessionário deseja adquirir os Direitos de Crédito especificados na Lista de Direitos de Crédito anexa a este Termo de Cessão] [as Cedentes subscreveram Quotas Subordinadas que serão integralizadas por meio da entrega de Direitos de Crédito especificados na Lista de Direitos de Crédito anexa a este Termo de Cessão];

Resolvem, de forma irrevogável e irretratável, celebrar este termo de cessão de direito de créditos ("Termo de Cessão"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. Os termos não definidos neste Termo de Cessão terão os significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão. Todas as condições relativas a presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato de Cessão.
2. [Preço de Aquisição: em contraprestação à cessão dos Direitos de Crédito, cujas características e respectivos Devedores encontram-se descritos na Lista de Direitos de Crédito anexa ao presente, o Fundo deverá pagar às Cedentes o Preço de Aquisição indicado para cada Direito de Crédito no Anexo I ao presente Termo de Cessão.] [Valor Atribuído ao Direito de Crédito: Na integralização de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito, será considerado, no cálculo do número de Quotas Subordinadas que serão entregues a cada uma das Cedentes, o Valor Atribuído ao Direito de Crédito indicado para cada Direito de Crédito no Anexo I ao presente Termo de Cessão.

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. From left to right, there is a signature, a circular stamp, a rectangular stamp, and a large, complex signature that appears to be a combination of initials and a full name. The stamps are somewhat faded and difficult to read.

3. Por este Termo de Cessão, as Cedentes cedem e transferem ao Cessionário, os Direitos de Crédito descritos na Lista de Direitos de Crédito anexa a este Termo de Cessão, [mediante crédito do respectivo Preço de Aquisição nas contas de titularidade das Cedentes indicadas no Anexo I ao presente Termo de Cessão] [mediante o registro das respectivas Cedentes no livro de registro de quotistas como titulares das Quotas Subordinadas indicadas no Anexo I ao presente Termo de Cessão], pelo que as Cedentes darão ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
4. As Cedentes declaram que todas as declarações constantes do item 12.1. do Contrato de Cessão permanecem verdadeiras.
5. O Administrador declara, em nome do Cessionário, que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 13.1. do Contrato de Cessão.
6. A Lista de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, impressa, está anexa ao presente termo.
7. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável.
8. Quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão deverá ser resolvida pelas Partes na forma prevista na Cláusula Dezenove do Contrato de Cessão.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Termo de Cessão em 7 (sete) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

[•], [•] de [•] de 2008

IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A.

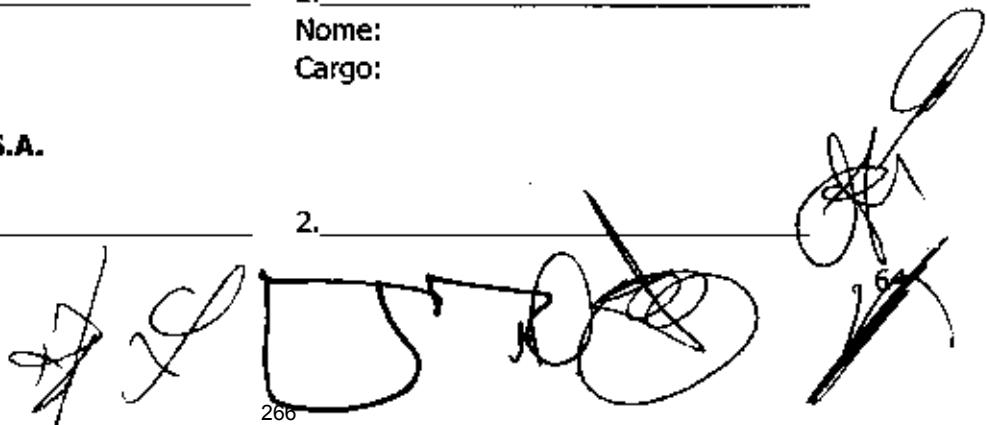
1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

INEPAR Energia S.A.

1. _____

2. _____



Handwritten signatures of the parties and witnesses, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

INEPAR S.A. Indústria e Construções

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

INEPAR - Administração e Participações S.A.

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.

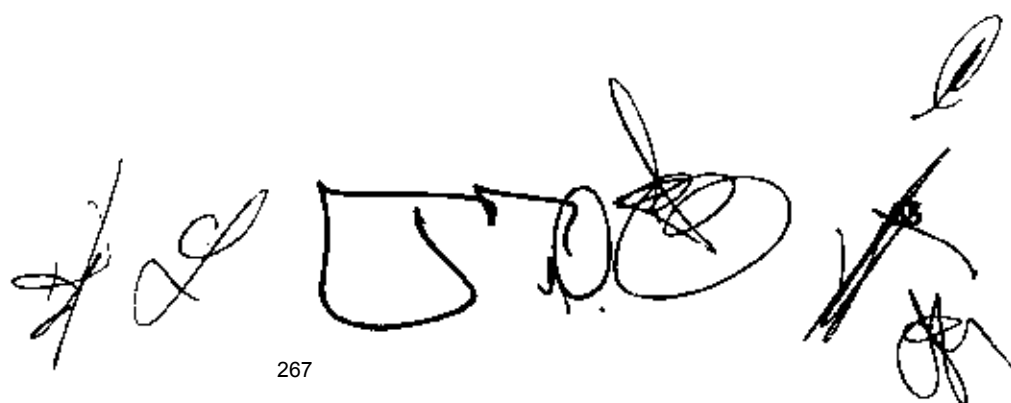
1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

**ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO
PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

The bottom of the page features several handwritten signatures and a large, stylized stamp. The stamp appears to be a circular or oval shape with internal markings, possibly a company seal or a date stamp. The signatures are written in dark ink and are scattered across the bottom right area of the page.

Anexo III ao Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 15 de maio de 2008.

Modelo de Minuta de Parecer Legal da IESA

[•], [•] de [•] de 2008.

Ao

ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

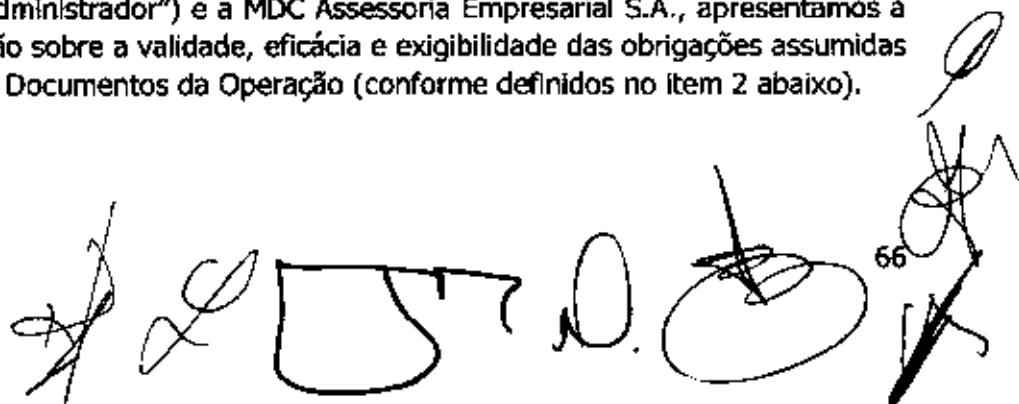
[endereço]

At.: [Diretor Responsável pelo Fundo]

Ref.: Parecer Legal – Cessão de Direitos de Crédito

Prezados Senhores,

1. Na qualidade de advogado interno da IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., e INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., ("Cedentes") e tendo em vista o disposto na alínea (k) da Cláusula 11.1 do "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), celebrado em 7 de abril de 2009, entre as Cedentes, o Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços ("Fundo"), representado pelo seu administrador, CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES ("Administrador") e a MDC Assessoria Empresarial S.A., apresentamos a V. Sas. nossa opinião sobre a validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pelas Cedentes nos Documentos da Operação (conforme definidos no item 2 abaixo).

A series of handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, a circular stamp, and several smaller initials and marks.

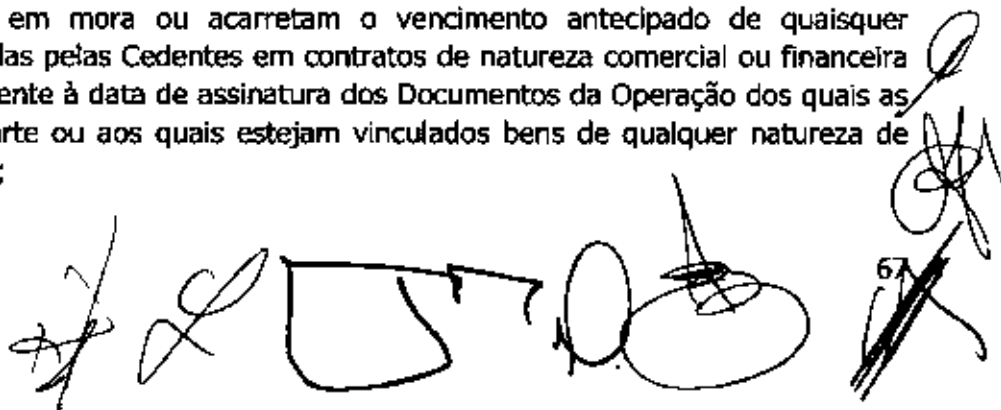
2. Esta opinião abrange as obrigações assumidas pelas Cedentes nos documentos abaixo enumerados ("Documentos da Operação"), que foram analisados, para fins de emissão desta opinião:

- (i) o Contrato de Cessão;
- (ii) o "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", celebrado em [•] de [•] de 2008, entre as Cedentes e o Fundo;
- (iii) o "Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças", celebrado em [•] de [•] de 2008, entre as Cedentes e o Fundo ("Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios").

3. Exceto se disposto de modo diverso nesta opinião, os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado que lhes é atribuído nos Documentos da Operação.

4. Baseados na análise acima referida, somos de opinião que:

- (i) são verdadeiras e exatas as declarações prestadas pelas Cedentes nos Documentos da Operação;
- (ii) a celebração dos Documentos da Operação, a assunção e o cumprimento das obrigações neles estabelecidas foram devidamente autorizadas pelos órgãos deliberativos e/ou executivos das Cedentes, nos termos dos seus atos constitutivos e que não é exigível qualquer outra deliberação societária para que as Cedentes pudessem ter celebrado os Documentos da Operação e assumir e cumprir com suas obrigações nos termos pactuados;
- (iii) os representantes legais das Cedentes na assinatura dos Documentos da Operação têm poderes estatutários para obrigar as respectivas Cedentes bem como para outorgar os mandatos outorgados nos Documentos da Operação;
- (iv) a celebração dos Documentos da Operação, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas não representam o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora ou acarretam o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pelas Cedentes em contratos de natureza comercial ou financeira firmados anteriormente à data de assinatura dos Documentos da Operação dos quais as Cedentes sejam parte ou aos quais estejam vinculados bens de qualquer natureza de propriedade destas;

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'U' followed by a horizontal line. To its right is another signature. On the far right, there is a signature with a circular stamp overlaid on it. Below this stamp, the number '67' is handwritten. The entire section is characterized by fluid, cursive handwriting.

(v) a celebração dos Documentos da Operação, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial não resultam em descumprimento ou a violação, pelas Cedentes, de normas legais ou regulamentares a que estejam sujeitas, assim como de qualquer decisão judicial, ainda que liminar, ou administrativa, vigentes na data da celebração dos Documentos da Operação e na presente data; e

(vi) as Cedentes não estão sujeitas a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que as obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pelas Cedentes para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face das Cedentes das obrigações por estas assumidas nos termos dos Documentos da Operação.

5. Esta opinião é endereçada ao Fundo, ao Administrador, ao Custodiante, e ao Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, na qualidade de assessor legal do Fundo.

6. Esta opinião é regida e será interpretada de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente nesta data.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A.

Nome:

Cargo:

INEPAR Energia S.A.

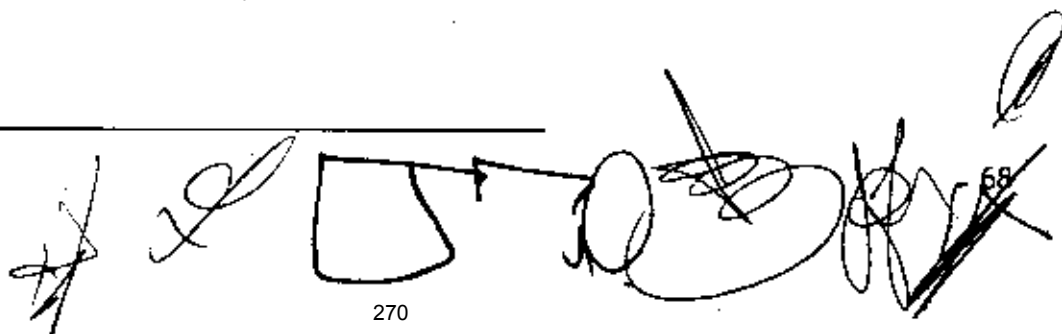
Nome:

Cargo:

INEPAR S.A. Indústria e Construções

Nome:

Cargo:

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'MATTOS FILHO'. To the right of this, there is a circular stamp with some illegible text inside. Further right, there is another signature, and at the far right, a small rectangular stamp with the number '68' inside. The entire section is written in black ink on a white background.

INEPAR - Administração e Participações S.A.

Nome:

Cargo:

IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

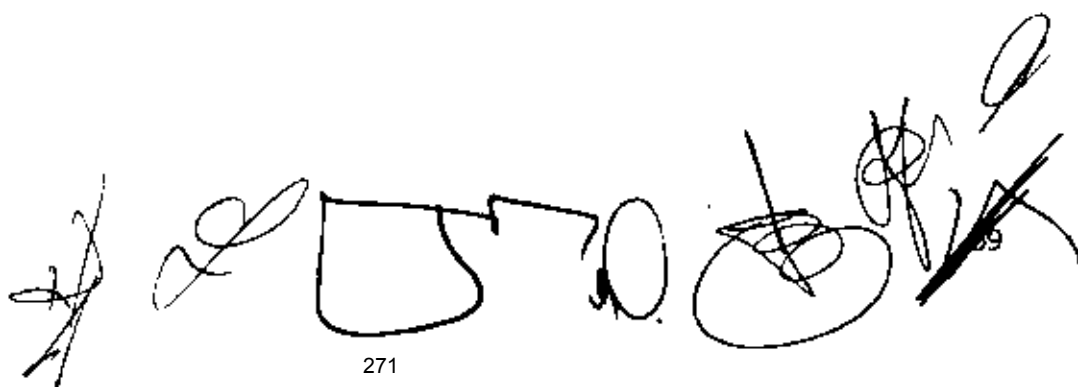
Nome:

Cargo:

INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.

Nome:

Cargo:

A series of handwritten signatures and stamps are located at the bottom of the page. From left to right, there is a signature, a circular stamp, a signature, a rectangular stamp, a signature, a circular stamp, and a signature. The stamps appear to be official seals or logos.

Anexo IV ao Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 15 de maio de 2008.

Modelo de Notificação

[LOCAL E DATA].

Ao

[DEVEDOR]

[ENDEREÇO]

At.: [●]

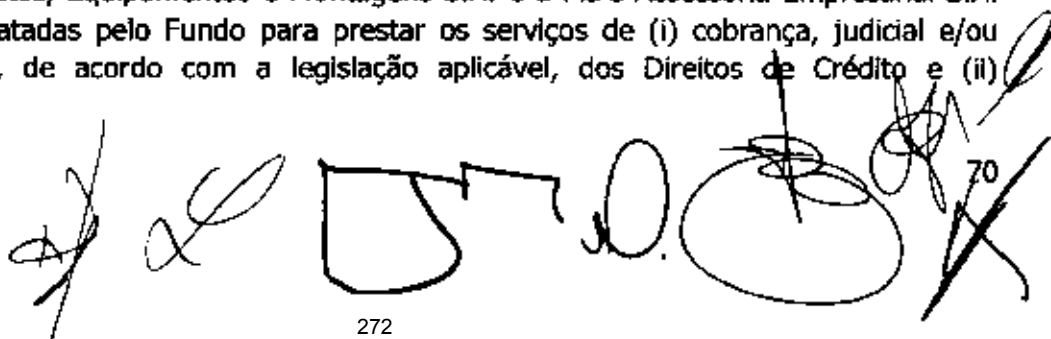
Ref: Cessão de Direitos de Crédito

Prezado(a)(s) Senhor(a)(s),

A [CEDENTE] ("Cedente") vem pela presente comunicar que, em [DATA DA CESSÃO], cedeu e transferiu ao **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º [●] ("Fundo"), todos os direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela Cedente ("Direitos de Crédito") decorrentes do [●], celebrado com V.Sas. em [●].

O Fundo é um fundo de investimento que tem por objetivo adquirir Direitos de Crédito da Cedente e outras empresas do grupo econômico da Cedente, sendo administrado pela CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES.

A IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e a MDC Assessoria Empresarial S.A. foram contratadas pelo Fundo para prestar os serviços de (i) cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii)

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'D. O.'. To the right of this, there is a circular stamp with a signature inside it. Further right, there is another signature and a stamp that includes the number '70'. The overall appearance is that of a formal document with multiple parties' signatures.

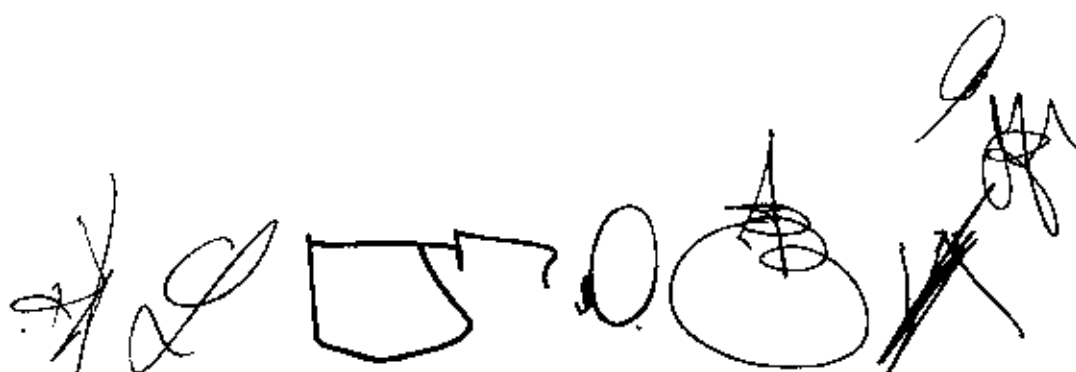
acompanhamento e administração das ações judiciais e administrativas relacionadas aos Direitos de Crédito.

A partir da presente data, todos os pagamentos decorrentes dos Direitos de Crédito devem ser feitos diretamente na conta corrente [●], da Agência [●], do Banco [●], de titularidade do Fundo.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

[CEDENTE]

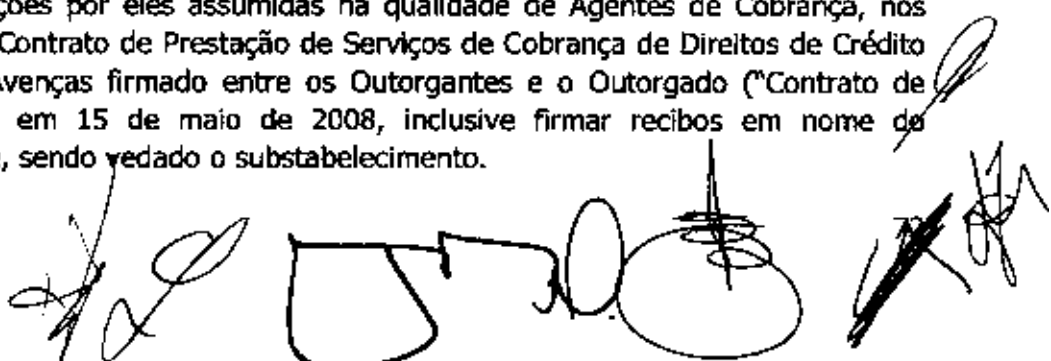
A series of handwritten signatures and stamps. From left to right: a signature, a large stylized 'S' or 'B' mark, a circular stamp with a cross inside, and a signature with a large 'X' mark.

Anexo V ao Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 15 de maio de 2008.

MANDATO

Por este instrumento particular de mandato, **Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 (doravante denominado "Outorgante"), neste ato representado por seu administrador **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**, instituição financeira com sede na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, nomeia a **MDC Assessoria Empresarial S.A.**, sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07 e a **IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80 (doravante denominados "Outorgados"); como seus bastantes procuradores, a quem o Outorgante concede poderes especiais para, sem necessidade de quaisquer outras aprovações, ratificações ou assinaturas:

1. realizar a cobrança judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos direitos de crédito cedidos ao Outorgante, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Direitos de Crédito e "Contrato de Cessão", respectivamente), e (ii) o acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito; e
2. praticar todo e qualquer ato necessário para o pontual e integral cumprimento das obrigações por eles assumidas na qualidade de Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças firmado entre os Outorgantes e o Outorgado ("Contrato de Cobrança") em 15 de maio de 2008, inclusive firmar recibos em nome do Outorgante, sendo vedado o substabelecimento.

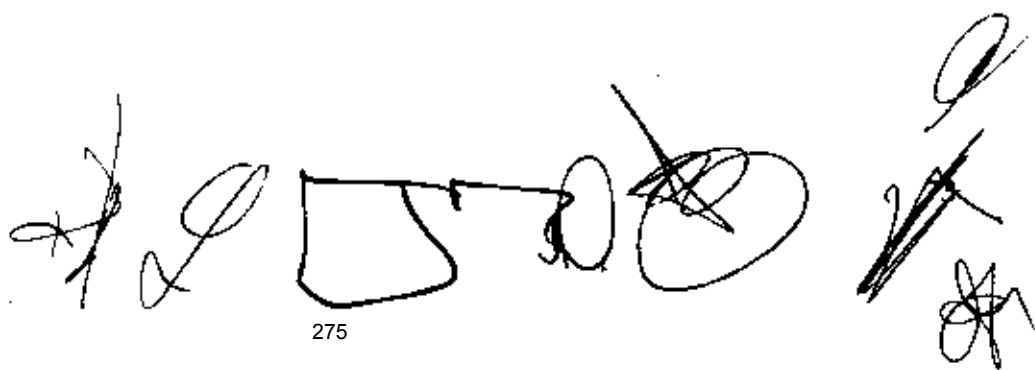


O presente instrumento particular de mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil brasileiro, durante todo o prazo de vigência do Outorgante.

[•], [•] de [•] de 2008

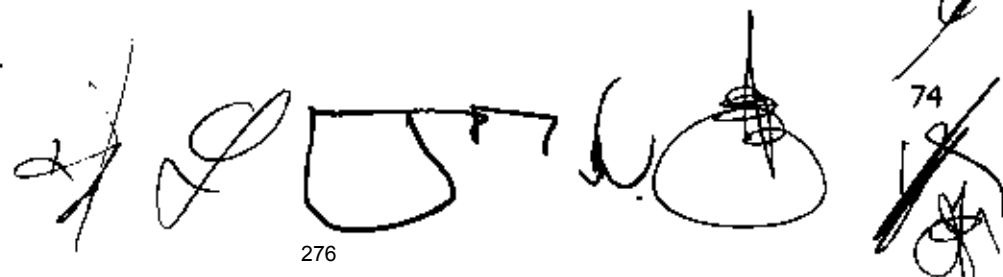
**Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não
Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação
de Serviços**

Antonio Joel Rosa
Diretor de Administração de Recursos de Terceiros da **Concórdia S.A. Corretora de
Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**

The block contains several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a signature. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'ANTERA'. To the right of this, there is a circular stamp with a signature inside it. On the far right, there is another signature and a smaller, less legible stamp or signature below it.

Anexo VI ao Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., INEPAR Energia S.A., INEPAR S.A. Indústria e Construções, INEPAR - Administração e Participações S.A., INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e a MDC Assessoria Empresarial S.A. em 15 de maio de 2008.

ADVOGADO	Caso	Item correspondente ao Anexo I do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças.	Contrato	Condições Contratuais			
				Inicial	Mensais	Êxito	Total
Luis Olavo Baptista	Enelpower	5	Sim 13/07/2006		R\$ 350 mil (dividida em 12 meses seguintes a assinatura do contrato.Cláusula 2.1.	5,5% Cláusula 2.2	R\$ 350 mil + Êxito
Fator Empreendimentos	Enelpower	5	Sim 13/07/2006		Não há valor mensal	Cláusula 1ª e 2ª - O Fator arcará com as custas da arbitragem, despesas da parcela fixa dos honorários, limitados até R\$ 1.500.000,00 + o êxito da L.O.Baptista de 5,5% Cláusula 3ª e 4ª § 1º - Em caso de êxito e acordo, a Inepar paga a Fator 25% do que ganhar na arbitragem	Cláusula 1ª - Fator arcará com as despesas de até R\$ 1.500.000,00 + Êxito



Eduardo Rocha Virmond Advogados	Enelpower	5	Sim 24/10/2002	Pagamento por hora profissional dedicada. Cláusula 4	Dr. Eduardo Virmond – (R\$ 400,00 a hora), Sócios – (R\$ 280,00 a hora), Outros advogados – (R\$ 150,00) e Estagiários – (R\$ 80,00) Cláusula 4 (i), (ii), (iii) e (iv),.	1% para haveres até US\$22 milhões de dólares americanos e nunca menos de US\$ 100 mil dólares. Cláusula 5 (i) e (ii.i) Adição de 0,5% para haveres que excederem US\$22 milhões de dólares e não ultrapassar US\$50 milhões de dólares. Cláusula 5 (ii.ii) Adição de 0,25% para haveres acima de US\$ 50 milhões de dólares. Cláusula 5 (ii.iii)	Horas trabalhadas + êxito.
	Detran – MT	13	Sim 06/03/2003	R\$ 7.500,00 (na assinatura da procuração) Cláusula 1ª Haverá pagamento adicional de R\$ 2.500,00 (para o escritório do Dr. Cláudio Stáble responsável pelo acompanhamento local) Cláusula 1ª	+ R\$ 7.500,00 (no saneamento do feito ou no julgamento antecipado) Cláusula 2ª	6% Cláusula 3ª	R\$17.500,00 + 6% de êxito.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a large circular stamp and a signature with the number 75.

Eduardo Rocha Virmond Advogados	PM Londrina	18	Sim 07/02/08	R\$ 10 mil (na aceitação da causa)	R\$ 15 mil (no ajulzamento da ação) R\$ 10 mil (na interposição ou reposta ao 1º recurso)	4%	R\$ 35 mil + 4% de êxito.
	Gerdau	6 e 7	Não	R\$30 mil reais.	Não	Pendente de acerto um prêmio pelo êxito.	R\$ 30 mil + prêmio pelo êxito (pendente de acerto).
Eduardo Rocha Virmond Advogados							

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and the number 76.

Sander e Esteves	Município de Chapecó	17	Sim 02/02/2006 Obs. Cláusula 1ª (A prestação de Serviços é em conjunto com o Dr. Luiz Antonio Palaoro)	R\$ 30 mil (no protocolo das petições) Cláusula 4ª		8% do valor total e atualizado do valor disponibilizado em Juízo a contratante, até 18 meses da assinatura do contrato; ou 5% caso ocorra após 18 meses. Cláusula 4ª	R\$ 30 mil + 8% ou 5% Os honorários sucumbenciais serão do Dr. Luiz Antonio Palaoro
Peregrino Neto e Beltrami Associados	Detran - MT	13	Sim 19/01/04	R\$ 300 mil (em 12 parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 25.000,00 iniciando em 11/02/2004) Cláusula 2.(A.1)	R\$ 1.080.000,00 (em 36 parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 30.000,00 corrigidas anualmente) Cláusula 2.(A.2)	8% do valor do proveito econômico obtido em cada ação judicial ou 6% em caso de negociação ou acordo com os devedores. Cláusula 2 (b)	R\$ 1.380.000,00 + 8% ou 6% de êxito
	CEEE	12					
	Elettronorte	14					
	Manaus Energia	15					
	Central	2					
	Metrô-SP	9 e 10					
	Metrô-RJ	8					
	Gerclau	6 e 7					

Fernando Orotava	Governo de Santa Catarina	4	Sim 09/06/2006	----	-----	-----	<p>10% (do valor total que vier a receber do pagamento, refinanciamento e/ou resgate dos títulos, por decisão judicial ou acordo extrajudicial). Cláusula Segunda</p> <p>Em caso de refinanciamento a Contratante se obrigará a pagar ao Estado de Santa Catarina, 10% do valor dos títulos, a título de desconto.</p> <p>Cláus. Segunda, § 1º</p> <p>O pagto do percentual será de acordo c/ taxa Selic (Carta 09.11.06)</p>
Marcos AS Advocacia S/S	PM Nova Friburgo	16	Sim 12/05/2008	R\$ 20 mil na aceitação do contrato.	-	10% êxito da quantia recuperada	R\$ 20 mil + 10% êxito
JURÍDICO INTERNO	ABB LTDA	11					

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a large circular stamp and several illegible signatures.

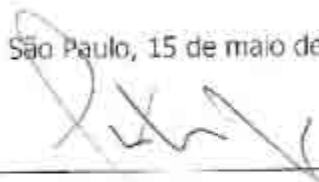
ANEXO III – Declaração do Administrador nos termos da Instrução CVM n.º 400/03

(página intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** ("Fundo") e responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 15 de maio de 2008



**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES**

Por: Antonio Joel Rosa

Cargo: Diretor de Administração de Recursos de Terceiros

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV – Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

(página intencionalmente deixada em branco)

Rating

AA-

(Cotas Seniores)

BBB-

(Cotas Subordinadas)

Data: 06/abr/2009

Validade: 31/jan/2010

Sobre o Rating

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico

Abr/08: atribuição: AA- (Sen) e BBB- (sub)

Abr/09: Afirmação: AA- (Sen) e BBB- (sub)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 6 de abril de 2009, afirmou as classificações **AA-** ("duplo A menos") para as cotas seniores e **BBB-** ("triplo B menos") para as cotas subordinadas do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços (FIDC Antera).

O FIDC Antera foi constituído sob a forma de condomínio fechado e terá amortização das suas cotas em até 10 (dez) anos. A subscrição de cotas é destinada a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, sendo a aplicação inicial mínima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O Fundo terá duas categorias de cotas e respeitará a proporção de 5% de seniores e 95% de subordinadas. O patrimônio líquido inicial do fundo poderá alcançar até R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).

O objetivo do FIDC Antera é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas, por meio de: **i)** aplicação dos seus recursos na aquisição de direitos creditórios vencidos e não pagos, nas respectivas datas originais de vencimento, bem como objetos de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e de prestação de serviços realizadas pelas seguintes companhias: (a) IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S/A (IESA Projetos ou Cedente Líder); (b) INEPAR Energia S/A (INEPAR Energia); (c) INEPAR S/A Indústria e Construções (INEPAR Indústria); (d) INEPAR - Administração e Participações S/A (INEPAR Participações); e (e) INEPAR Equipamentos e Montagens S/A (INEPAR Equipamentos); e **ii)** realização de esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento parcial ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais direitos creditórios, por meio da contratação da Cedente Líder e/ou da MDC Assessoria Empresarial S/A (MDC), sendo a MDC, em conjunto com a Cedente Líder, os Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança serão responsáveis, ainda, pelo acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos direitos creditórios.

As duas categorias de cotas têm metas de rentabilidade definidas em seu regulamento, sem, contudo, representar promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos cotistas por parte do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança ou das Cedentes e seus controladores. O fundo buscará valorização de 115% (cento e quinze por cento) do CDI para as cotas seniores e de 18% (dezoito por cento) ao ano para as cotas subordinadas. A amortização das cotas ocorrerá em parcelas semestrais (obedecendo a regime de caixa), sendo a primeira no 6º (sexto) mês após a integralização inicial de cotas do fundo. Inicialmente prevista para seis anos, a amortização total poderá se estender a até 10 (dez) anos, se necessário. As categorias de cotas se diferem quanto à preferência para as amortizações e, em última análise, às subordinadas são atribuídas as desvalorizações da carteira até o limite do seu valor, blindando as cotas seniores.

As classificações se fundamentaram nos pontos favoráveis e mitigadores de risco constantes no regulamento do fundo e se limitam ante aos pontos frágeis e ameaças à boa performance do fundo.

Analistas:

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0708
jorge.alves@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

ANTERA FIDC NP de Operações Comerciais, Industriais e/ou Prestação de Serviços

O principal ponto favorável para as cotas seniores do FIDC Antera refere-se ao elevado percentual de cotas subordinadas definido em seu regulamento (ao menos 95% do patrimônio líquido do fundo). O expressivo percentual de cotas subordinadas representa uma ampla margem de proteção para possíveis desvalorizações da categoria sênior, cumprindo destacar que estas se sobrepõem às subordinadas quanto à preferência para amortizações. Foi avaliada de maneira positiva também a constituição do fundo sob a forma de condomínio fechado, impossibilitando assim o resgate de cotas fora das datas do cronograma de amortizações, afastando o risco de liquidez associado à possibilidade de saída maciça de cotistas. Ainda favoravelmente, as amortizações de cotas seguem o critério de regime de caixa, ou seja, somente serão efetuadas caso haja recursos suficientes no fundo. Caso contrário, os montantes não amortizados serão acumulados para as datas de amortização subseqüentes, obedecendo ainda à preferência de resgate para as cotas seniores.

Com relação aos direitos creditórios que darão lastro ao fundo, trata-se de uma carteira definida, composta por 17 direitos creditórios. Estes recebíveis constam anexos ao regulamento do fundo, o que se constitui em fator positivo e facilitou a análise, já que esta considerou um universo pré-determinado. Para a cessão ao FIDC Antera, os direitos creditórios tiveram expressivo desconto nos seus valores corrigidos, uma vez que se tornarão ativos do fundo pelos valores contabilizados nas cedentes. O desconto poderá proporcionar elevado retorno no ambiente do fundo e, dessa forma, tornar possíveis as rentabilidades pretendidas tanto para as cotas seniores, quanto para as subordinadas. Como forma de mensurar a necessidade de recuperação de créditos no ambiente do fundo, a Austin realizou um exercício utilizando critérios próprios (que podem ser considerados conservadores), objetivando a definição do valor mínimo de recuperação de créditos, para que os recursos originados sejam suficientes para as amortizações das cotas. Neste exercício foram considerados a probabilidade de sucesso nas demandas, os valores de face das discussões, as taxas de descontos e, com menor peso, o prazo para a entrada dos recursos, posto que, o fundo operará com regime de caixa e, por outra parte, considerando o prazo de até 10 (dez) anos para as amortizações, as possibilidades se ampliam, mesmo que haja morosidade nos julgamentos. O resultado do *stress* realizado foi satisfatório, ampliando o conforto desta agência quanto às possibilidades de recuperação de crédito.

Cumprir destacar que existe a possibilidade de, mesmo com a recuperação parcial dos valores dos direitos creditórios (considerando recebimento integral de parte dos direitos creditórios, ou mesmo recebimento parcial de unidades de direitos creditórios), os recebimentos sejam suficientes para o pagamento das amortizações previstas das cotas, bem como, as rentabilidades pretendidas. Resta ressaltar, entretanto, o prazo incerto para recuperação dos recebíveis e a casual impossibilidade de se alinhar seus recebimentos às datas das amortizações. Outro fator considerado positivo refere-se à remuneração devida aos agentes de cobrança, em caso de sucesso nas demandas judiciais, o que reforça o comprometimento com as atividades de cobrança e recuperação.

Ao final do fundo, ou seja, após a amortização integral das cotas, os ativos financeiros e direitos creditórios da carteira do fundo serão destinados à cedente líder, sob a forma de remuneração. Visto que este retorno só ocorrerá ao término das amortizações, a permanência destes valores no ambiente do fundo proporciona uma proteção adicional às cotas vigentes.

Ainda com relação aos direitos creditórios, a nota considerou, com uma parcela significativa de relevância, o amplo trabalho realizado pelos advogados contratados para assessoria legal e jurídica da operação, acerca principalmente da existência dos direitos creditórios que darão lastro ao FIDC Antera, bem como das possibilidades de êxito nas demandas judiciais e dos esforços de cobrança implementados. Os trabalhos do escritório Mattos Filho tiveram por base cópias fidedignas de documentos originais assinados, indicando a existência de bom respaldo quanto à formalização dos processos, fator que poderá facilitar o sucesso do esforço de cobrança. A presença dos pareceres dos advogados refletiu positivamente na classificação do risco do fundo.

Por outra parte, o escritório avaliou com parecer favorável, a legitimidade da criação do fundo de investimento em direitos creditórios, no que tange à sua aderência à legislação vigente, bem como na força jurídica dos instrumentos de criação do FIDC Antera e aqueles relativos à cessão de direitos creditórios.



ANTERA FIDC NP de Operações Comerciais, Industriais e/ou Prestação de Serviços

Quanto ao risco de crédito dos direitos creditórios, partindo do fato de que parte das discussões teve início na inadimplência dos clientes das Organizações Inepar, a Austin entende que a boa performance do FIDC Antera está condicionada ao bom resultado dos esforços de cobrança implementados em nome do fundo, bem como no sucesso nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma, não há como garantir o sucesso das demandas, tampouco quando os pagamentos ocorrerão. Porém, cumpre ressaltar que se por um lado a parcela das discussões se originou da inadimplência dos contratantes, por outra parte trata-se de créditos performados, ou seja, referem-se a serviços que já foram prestados e bens já entregues pelas cedentes.

A nota atribuída encontra-se limitada pelos fatores de risco, ameaças e fragilidades do fundo (considerando a análise do seu regulamento e perfil da carteira), dentre os quais destacamos principalmente:

(i) a operação não terá coobrigação das cedentes ou de qualquer outra parte envolvida, sendo que estes não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos créditos vencidos, bem como pela solvência dos devedores dos direitos creditórios; (ii) a natureza específica dos recebíveis, ou seja, estão vencidos e não foram pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou referem-se a discussões judiciais, existe a possibilidade do não recebimento, mesmo que parcial destes; (iii) existe a possibilidade de o fundo adquirir direitos creditórios que não tenham suporte completo e adequado de documentos comprobatórios, situação esta que poderá dificultar a cobrança de tais direitos creditórios, impactando negativamente a performance do fundo; (iv) caso o fundo não disponha de recursos suficientes para quitação das parcelas de amortizações das cotas seniores ou subordinadas nas datas acordadas, poderá haver prorrogações dos pagamentos até as datas de amortizações subseqüentes e assim sucessivamente, até que haja recursos suficientes para quitação; (v) as possíveis prorrogações de amortizações poderão causar frustração de prazo aos investidores; (vi) a carteira do fundo apresenta concentração de risco, visto que é composta por apenas 17 direitos creditórios, devidos por uma quantidade ainda menor de sacados; (vii) em linha com a baixa pulverização, o valor atualizado (até 31 de janeiro de 2009) dos direitos creditórios é de R\$ 567,1 milhões, sendo que um único crédito monta R\$ 263,8 milhões. Os advogados classificaram como possível a chance de êxito neste processo que corre na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, na Vara de Paris – França, e tem previsão de encerramento em novembro de 2008; (viii) embora haja respaldo de um amplo trabalho de consultoria jurídica atestando a possibilidade de êxito nas demandas judiciais, o prazo para o efetivo recebimento é incerto; (ix) caso haja recebimentos parciais dos direitos creditórios ou ainda parcelamentos destes, as cotas do fundo poderão sofrer impacto negativo; (x) a seu critério, a administradora do fundo poderá proceder as amortizações extraordinárias de cotas, com o intuito de readequar a relação mínima de direitos creditórios. Caso ocorra a entrada de recursos de elevado valor, oriundos de recebimentos de direitos creditórios de maior vulto, os cotistas do fundo poderão ter frustrado o prazo de aplicação e, por conseguinte, de ganho.

Favoravelmente, o acompanhamento do FIDC Antera estará apoiado em entidades com expertise para as devidas atribuições, a citar, o fundo terá administração da Concórdia Corretora de Valores, custódia do Deutsche Bank e auditoria da KPMG.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao FIDC Antera, especialmente aqueles relativos ao andamento da sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento das amortizações das cotas. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

PERFIL DO FUNDO

O FIDC Antera é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Resolução 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07 (Instrução CVM 356/01) e da Instrução CVM 444, de 8 de dezembro de 2006 (Instrução CVM 444/06).

**ANTERA FIDC NP de Operações Comerciais, Industriais e/ou Prestação de Serviços**

Tipo de Fundo:	Condomínio Fechado;
Prazo:	6 (seis) anos;
Emissão Inicial:	Até 160 (cento e sessenta) cotas, sendo 152 (cento e cinquenta e duas) subordinadas e 8 (oito) seniores;
Patrimônio Líquido Inicial:	Até R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais);
Número de Séries:	Série Única;
Relação Seniores / Subordinadas:	Pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) de cotas subordinadas e no máximo 5% (cinco por cento) de cotas seniores;
Objetivos de Remuneração:	115% (cento e quinze por cento) do CDI para as cotas seniores e 18% (dezoito por cento) ao ano para as cotas subordinadas;
Colocação de Cotas:	Pública;
Público-Alvo:	Investidores Qualificados;
Ativo Principal:	Direitos creditórios vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento, bem como objetos de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e de prestação de serviços realizadas por companhias das Organizações Inepar;
Administrador:	Concórdia S/A Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio Commodities;
Custodiante:	Deutsche Bank S/A – Banco Alemão;
Auditor:	KPMG Auditores Independentes;
Consultoria Jurídica:	Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados.

CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Somente poderão integrar a carteira do FIDC Antera, os direitos creditórios de titularidade das cedentes, vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originários de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços, contratadas entre as cedentes, conforme o caso, e os devedores listados em anexo ao regulamento do fundo e indicados no arquivo enviado pelas cedentes ao custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Depois de 90 (noventa) dias de atividade, o fundo deverá manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido aplicado em direitos creditórios.

A parcela do patrimônio líquido do fundo que não estiver aplicada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, nos seguintes ativos financeiros:

- a. Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b. Títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c. Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d. Certificados e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro, que sejam classificadas como *investment grade*;
- e. Operações compromissadas lastreadas nos ativos referidos em (a), (b) e (c) acima.



ORGANIZAÇÕES INEPAR

As Organizações Inepar têm sua origem histórica em 1953, quando foi fundada a ENCO – Engenharia e Comércio. Em 1968, foi criada a INELCO - Indústria Elétrica e Comércio, que em 1971 mudou sua razão social para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda. Em 1976, a ENCO e INEPAR se transformam em sociedades anônimas e a ENCO foi incorporada pela INEPAR, a qual mudou sua razão social para Inepar S/A Indústria e Construções. Neste mesmo ano, o BNDES passou a participar do capital da companhia, através da EMBRAMEC (atual BNDESPar). Em 1980, ocorreu a abertura do capital social da Inepar, com participação do IBRASE (atual BNDES). Em 1994, a Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) adquiriu 10% do capital votante da Inepar S/A Indústria e Construções, junto à Inepar – Administração e Participações.

Em 1996, a Inepar assumiu o controle acionário da Sade Vigesa Industrial e Serviços S/A e iniciou um amplo processo de reestruturação da organização. Dentro de sua política de estabelecer parcerias estratégicas com grandes empresas nacionais ou estrangeiras, para as diversas unidades industriais dentro da organização, e juntamente com a CSN e o Bradesco, criaram uma nova empresa, denominada Inepar Equipamentos e Montagens Industriais Ltda.

Em 2004, a Inepar Equipamentos concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, da qual participa em 24,88% no seu capital. O plano de concentrar as atividades na IESA faz parte de uma ampla reestruturação que a controladora Inepar S/A Indústria e Construções promoveu em todas as empresas controladas ligadas à fabricação e fornecimento de bens de capital e serviços para infra-estrutura. Através da IESA, foi possível adequar os objetivos de redução de custos e adequação à realidade de mercado, de forma eficiente e competitiva.

Em continuidade ao Plano de Reestruturação, a empresa vem tomando medidas para redução de passivos e concentração em atividades de maior valor agregado, nesta diretriz, foi criada a SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, transferindo todas as atividades relacionadas ao segmento de negócio de estruturas metálicas, mantendo o acesso aos insumos desta atividade, através de acordos comerciais.

Em 2005, foi constituída a IESA Óleo & Gás S/A, com o intuito de preparar a unidade para buscar uma nova parceira tecnológica, com capacidade de fazer frente ao grande volume de demanda no mercado, por investimentos em projetos de infra-estrutura. No mesmo exercício, foi concedido à IESA Óleo & Gás S/A acesso a todo acervo técnico da IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A, sendo o mesmo compartilhado pelas duas empresas.



Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

AAA As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.

AA As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.

A As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

BBB As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

BB As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.

B As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.

CCC As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.

CC As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.

C A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e – (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

ANEXO V – Parecer de Advogado acerca da validade da constituição e da cessão do Direitos de Crédito do Fundo

(página intencionalmente deixada em branco)



São Paulo, 30 de junho 2008.

À

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar


01009-905 – São Paulo - SP

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Ref.: **Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços ("Fundo") e Cessão de Direitos de Crédito para o Fundo**

Prezados Senhores,

1. Assessoramos a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Administrador"), instituição administradora do **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ("Fundo")**, na preparação dos atos e documentos constitutivos e dos contratos relacionados ao registro do Fundo e da distribuição pública das quotas seniores e das quotas subordinadas da primeira emissão de quotas do Fundo.

2. Este parecer trata da regularidade dos atos e documentos constitutivos do Fundo e da validade e eficácia da cessão de direitos de crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial ("Direitos de Crédito"), originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela (a) IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. ("Cedente Líder"), (b) IESA Óleo & Gás S.A., (c) INEPAR Energia S.A., (d) INEPAR S.A. Indústria e Construções, (e) INEPAR - Administração e Participações S.A., e/ou (f) INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., (todas em conjunto, as "Cedentes") para o Fundo. 

São Paulo
Brasil
Rio de Janeiro

São Paulo
Av. Joaquim Eugênio de Lima 447
01423-001 São Paulo SP Brasil
Tel (55 11) 3147 7600 Fax (55 11) 3147 7770
www.mattosfilho.com.br



3. Salvo se diferentemente estabelecido neste parecer, os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado que lhes é atribuído nos documentos listados no item 4 abaixo.

4. Para emitir este parecer, examinamos os seguintes documentos:

- (i) Instrumento Particular de Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços ("Instrumento de Constituição"), registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (ii) Regulamento do Fundo, registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, conforme acima referido ("Regulamento");
- (iii) Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre as Cedentes e o Fundo em 15 de maio de 2008 e Instrumento Particular de Primeiro Aditamento do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre as Cedentes e o Fundo em 27 de junho de 2008 ("Contrato de Cessão");

Os documentos indicados nos itens (i) e (ii) serão referidos em conjunto como "Documentos Constitutivos".

5. Na elaboração deste parecer assumimos como verdade que:

- (i) os Documentos Constitutivos e o Contrato de Cessão que nos foram encaminhados são cópias fidedignas dos originais assinados;
- (ii) exceto quanto ao Fundo, todas as partes e intervenientes no Contrato de Cessão obtiveram as necessárias autorizações e/ou aprovações societárias,

normativas ou regulatórias para celebrar os referidos contratos e assumir e cumprir as obrigações deles decorrentes;

- (iii) exceto quanto ao Fundo, o Contrato de Cessão foi firmado por representantes legais com poderes bastantes para sua celebração; e
 - (iv) todas as assinaturas constantes Contrato de Cessão e dos Documentos Constitutivos são autênticas e foram obtidas sem qualquer vício, coação ou meio ilícito.
6. Nosso parecer abrange exclusivamente os aspectos jurídicos relativos às leis brasileiras em vigor na presente data. Não manifestamos qualquer opinião sobre qualquer outra norma, regra ou lei que não as leis da República Federativa do Brasil.
7. Tendo em vista a análise dos Documentos Constitutivos e do Contrato de Cessão e observadas as ressalvas e limitações descritas na presente, somos da opinião de que:
- (i) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituído de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 2.907, de 29 de novembro de 2001, e com as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pelas Instruções CVM nº. 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07 ("Instrução CVM 356/01") e nº. 444, de 08 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM 444/06");
 - (ii) o Fundo tem capacidade para celebrar o Contrato de Cessão e para assumir e cumprir as obrigações dele decorrentes. A celebração pelo Fundo do Contrato de Cessão foi devidamente autorizada por seu Administrador e não caracteriza ou resulta em descumprimento de normas legais ou regulamentares a que o Fundo estava sujeito na data da celebração de referido documento;
 - (iii) exceto (a) pelo registro dos Documentos Constitutivos no Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (b) pelo registro do Contrato de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão no Ofício de Títulos e



Documentos das Cidades de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente; e (c) pelo registro de distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas a ser concedido pela CVM, nenhum outro registro é necessário para a validade e eficácia das obrigações assumidas pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão;

- (iv) a cessão dos Direitos de Crédito formalizada nos termos do Contrato de Cessão é negócio jurídico que assegura ao Fundo a legítima titularidade dos Direitos de Crédito, assegurando-lhe, ainda, o exercício de todos os demais direitos inerentes a essa titularidade. Ademais, a cessão estará apta a produzir efeitos em relação a terceiros, tão logo o Contrato de Cessão e os respectivos Termos de Cessão sejam registrados nos competentes Ofícios de Títulos e Documentos; e
- (v) a cessão dos Direitos de Crédito será negócio jurídico perfeito com a formalização dos Termos de Cessão e assegurará ao Fundo a legítima titularidade sobre os Direitos de Crédito cedidos nos termos do referido Termos de Cessão, conferindo-lhe, por consequência, o direito (a) de receber o pagamento dos valores devidos em virtude dos Direitos de Crédito e (b) de praticar todos os atos e exercer todas as ações para a defesa dos seus direitos na qualidade de titular dos Direitos de Crédito.

8. Considerando que nossa atuação profissional não alcança a análise e a verificação de qualquer informação econômica, financeira, contábil e/ou estatística, nossa opinião não abrange e nem faz referência a, e nós não assumimos qualquer responsabilidade acerca da precisão, clareza, fidelidade e/ou completitude dessa espécie de informação constante do Contrato de Cessão e/ou dos Documentos Constitutivos, e declaramos não ter realizado qualquer verificação que lhes seja relacionada.

9. A presente opinião é endereçada ao Administrador. Os nossos entendimentos ora manifestados dizem respeito somente ao escopo de nosso trabalho descrito no parágrafo 1 acima, e não se estendem, e também não devem ser entendidos como


26.



extensivos, a quaisquer outras questões relacionadas a negócios jurídicos que não tenham estrita relação com os negócios em referência no preâmbulo desta opinião. Exceto pelo disposto no parágrafo 10 abaixo, esta opinião não deve ser transmitida a nenhuma outra pessoa, não devendo nenhuma outra pessoa nela se fiar, sendo também vedada a referência a essa opinião em qualquer outro documento, assim como seu registro ou apresentação a terceiros sem nosso prévio e expresso consentimento.

10. Esta opinião é regida e se refere exclusivamente à legislação brasileira aplicável e vigente nesta data e de acordo com esta será interpretada.

Atenciosamente,



Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI – Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com versão consolidada)

(página intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA DE DIREITOS
DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 ("Fundo"), neste ato representado por seu administrador **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Administrador");

(b) **IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder");

(c) **MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.**, sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("MDC"), sendo a MDC, em conjunto com a IESA Projetos, referidas como "Agentes de Cobrança", sendo o Fundo e os Agentes de Cobrança, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individualmente, como "Parte");

e, como interveniente anuente,

(d) **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Custodiante").

CONSIDERANDO:

- I. Que as Partes e o Custodiante firmaram, em 16 de maio de 2008, o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e

Outras Avenças ("Contrato de Cobrança"), tendo-o aditado pela primeira vez em 25 de junho de 2008, por meio do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Primeiro Aditamento"), por meio dos quais foram formalizadas as regras para a prestação, pelos Agente de Cobrança, em caráter não discricionário, de serviços de cobrança, compreendendo a execução de todos os procedimentos e rotinas, e

II. Que as Partes pretendem alterar o Contrato de Cobrança,

Resolvem as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Segundo Aditamento"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Segundo Aditamento tem por objetivo

a) alterar o Anexo II, que passa a prevalecer da seguinte forma:

Advogado	Caso	Item correspondente ao Anexo I do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças.	Contrato	Condições Contratuais			
				Iniciais	Mensais	Êxito	Total
Luis Olavo Baptista	Enelpower	5	Sim 13/07/2006		R\$ 350 mil. (dividida em 12 meses seguintes a assinatura do contrato. Cláusula 2.1.	5,5% Cláusula 2.2	R\$ 350 mil + êxito
Fator Empreendimentos	Enelpower	5	Sim 13/07/2006		Não há valor mensal	Cláusula 1ª e 2ª - O Fator arcará com as custas da arbitragem, despesas da parcela fixa dos honorários, limitados até R\$ 1.500.000,00	Cláusula 1ª - Fator arcará com as despesas de até R\$ 1.500.000,00 + êxito

	Detran - MT	13	Sim 06/03/2003	R\$ 7.500,00 (na assinatura da procuração) Cláusula 1ª Haverá pagamento adicional de R\$ 2.500,00 (para o escritório do Dr. Cláudio Stáble responsável pelo acompanhamento local) Cláusula 1ª	+ R\$ 7.500,00 (no saneamento do feito ou no julgamento antecipado) Cláusula 2ª	6% Cláusula 3ª	R\$17.500,00 + 5% de êxito.
	PM Londrina	18	Sim 07/02/08	R\$ 10 mil (na aceitação da causa)	R\$ 15 mil (no ajuizamento da ação) R\$ 10 mil (na interposição ou reposta ao 1º recurso)	4%	R\$ 35 mil + 4% de êxito.

Marcos AS Advocacia S/S	PM Nova Friburgo	16	Sim 12/05/2008	R\$ 20 mil na aceitação do contrato.	-	10% êxito da quantia recuperada	R\$ 20 mil + 10% êxito
JURÍDICO INTERNO	ABB LTDA	11					

- b) ajustar os considerandos do Contrato de Cobrança decorrentes do redimensionamento do patrimônio do Fundo após sua primeira emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RATIFICAÇÕES E DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE COBRANÇA

2.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do Contrato de Cobrança que não foram expressamente alteradas pelo presente Aditamento, sendo que segue anexa ao presente a versão consolidada do Contrato de Cobrança, após implementadas as alterações referidas na Cláusula Primeira acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Segundo Aditamento e nele não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cobrança e no Regulamento do Fundo.

3.2. Se qualquer disposição ou termo deste Segundo Aditamento for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Segundo Aditamento não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

3.3. Salvo disposição em contrário prevista neste Segundo Aditamento, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

3.4. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 7 de abril de 2009.

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and overlapping, with some appearing to be initials and others more complete names. There is a circular stamp or mark in the center of the signature cluster.

Página de assinatura do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., O ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a MDC Assessoria Empresarial S.A. e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão em 7 de abril de 2009.

ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. 
Nome: **Ricardo Gattai**
Cargo: **Diretor**

2. 
Nome: **Luis Loespi**
Cargo: **Administrador**

Página de assinatura do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., O ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a MDC Assessoria Empresarial S.A. e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão em 7 de abril de 2009.

MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.

1. _____

Nome:

Cargo:


2. _____

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., O ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a MDC Assessoria Empresarial S.A. e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão em 7 de abril de 2009.

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

1. 

Nome: Valquíria Botaglioli Matsui
Cargo: Deutsche Custody Services

2. 

Nome: Reginaldo Moraes da Cruz
Cargo: Deutsche Bank S.A.
Custody Operations

TESTEMUNHAS:

1. 

Nome: Renato Cory
RG 24.779.681-5
RG: CPF 247.162.678-67
CPF:

2. _____

Nome:
RG:
CPF:

Anexo I ao Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 ("Fundo"), neste ato representado por seu administrador **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Administrador");

(b) **IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("IESA Projetos" ou "Cedente Líder");

(c) **MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.**, sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("MDC"), sendo a MDC, em conjunto com a IESA Projetos, referidas como "Agentes de Cobrança", sendo o Fundo e os Agentes de Cobrança, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individualmente, como "Parte");

e, como interveniente anuente,

(d) **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Custodiante").

CONSIDERANDO QUE:

I. o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme posteriormente alterada, e da Instrução da CVM n.º 444/06, de 08 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM nº. 356");

II. o Regulamento do Fundo prevê a distribuição pública de 8 (oito) quotas seniores ("Quotas Seniores") e de 152 (cento e cinquenta e duas) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas" e, em conjunto com as Quotas Seniores, "Quotas");

III. os recursos a serem captados com a emissão e colocação das Quotas serão utilizados pelo Fundo para aquisição de direitos de crédito originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços definidos por: (a) Cedente Líder, (b) INEPAR Energia S.A., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho n.º 373, 13º andar cj. 1301, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.225.714/0001-23 ("INEPAR Energia"), (d) INEPAR S.A. Indústria e Construções, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.627.504/0001-06 ("INEPAR Indústria"), (d) INEPAR Administração e Participações S.A., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.542.602/0001-09 ("INEPAR Participações"), e (e) INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.258.422/0001-97 ("INEPAR Equipamentos" e, em conjunto com Cedente Líder, IESA Óleo & Gás, INEPAR Energia, INEPAR Indústria e INEPAR Participações "Cedentes");

IV. em 16 de maio de 2008, as Cedentes firmaram o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças" (o "Contrato de Cessão");

V. nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes cederam ao Fundo os direitos de crédito de titularidade das Cedentes vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento ("Direitos de Crédito Não Ajuizados") e/ou objeto de discussão judicial em ação proposta por uma ou mais das Cedentes em face do respectivo Devedor ("Direitos de Crédito Ajuizados") originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pelas Cedentes, listados no Anexo I ao Contrato de Cessão;

VI. o Fundo pretende contratar os Agentes de Cobrança para realizar, por conta e ordem do Fundo (i) a cobrança judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii) o acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O Fundo neste ato contrata e nomeia, em caráter irrevogável e irretratável e para todo o prazo de vigência das Quotas, a Cedente Líder e a MDC, que expressamente aceitam tal nomeação e as atribuições aqui definidas, como Agentes de Cobrança para a prestação, em caráter não discricionário, de serviços de cobrança, compreendendo a execução e operacionalização de todos os procedimentos e rotinas descritos na Cláusula Segunda e Terceira abaixo (os "Serviços"). Para tanto, o Fundo outorga aos Agentes de Cobrança, nos termos do Anexo I ao presente Contrato, poderes para que atuem como seu agente cobrador relativamente aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, observada a política de cobrança vigente da Cedente Líder e os procedimentos de cobrança estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão (o "Mandato").

1.2. Os Agentes de Cobrança neste ato aceitam de forma irrevogável e irretratável os poderes a eles conferidos e obrigam-se a agir de maneira diligente e proba na cobrança dos Direitos de Crédito.

1.3. Os Serviços incluem (i) a cobrança judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos Direitos de Crédito e (ii) o acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito.

1.4. Os Agente de Cobrança atuarão em conjunto na prestação dos Serviços de Cobrança, sendo que as decisões com relação a teses jurídicas e estratégias processuais caberá à Cedente Líder.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO NÃO AJUIZADOS

2.1. Os Agentes de Cobrança serão responsáveis pela cobrança administrativa dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, que deverá ser realizada com estrita observância dos termos e condições dos Documentos Comprobatórios que originam os referidos Direitos de Crédito Não Ajuizados e das disposições legais aplicáveis.

2.1.1. Sem prejuízo do acima disposto, a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Não Ajuizados inclui as seguintes atividades: (a) realização, por meio de contato telefônico, correspondência com aviso de recebimento, correspondência eletrônica, notificações extrajudiciais e/ou boletos de cobrança e esforços de cobrança amigável e extrajudicial, nos termos das leis aplicáveis, do saldo devedor dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, acrescido de juros e/ou multa de mora e, quando for o caso, e correção monetária, conforme descrito nos respectivos Documentos Comprobatórios; e (b) realização e/ou cancelamento de protesto dos Direitos de Crédito Não Ajuizados, quando for o caso.

2.2. Os Agentes de Cobrança devem instruir os Devedores para que realizem os pagamentos dos Direitos de Crédito Não Ajuizados diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo a ser por este informada à Cedente Líder, sendo vedado o recebimento de qualquer pagamento diretamente pelos Agentes de Cobrança.

2.3. Nos casos em que os procedimentos de cobrança extrajudicial não tenham sucesso e que, no julgamento razoável e fundamentado dos Agentes de Cobrança, após consulta com advogados especializados, existam chances razoáveis de recuperação de um ou mais Direitos de Crédito Não Ajuizados por meio de procedimento judicial, deverão os Agentes de Cobrança propor, em nome do Fundo, ação judicial para cobrança dos referidos Direitos de Crédito Não Ajuizados.

2.3.1. Os Agentes de Cobrança deverão comunicar o Administrador de sua decisão de propor ação judicial com relação a um Direito de Crédito Não Ajuizado com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data prevista para a distribuição da referida ação. A comunicação de que trata este item deverá conter, no mínimo, (i) os dados do Direito de Crédito Não Ajuizado em questão, (ii) descrição dos procedimentos adotados até o momento com relação a tal(is) Direito(s) de Crédito Não Ajuizado, (iii) o tipo de ação a ser proposta e (iv) o nome dos advogados que conduzirão a referida ação, selecionados nos termos do item 2.4. abaixo ("Advogados").

2.4. Na seleção dos advogados externos para a consulta a que se refere o item 2.3. acima e para a condução das ações judiciais, os Agentes de Cobrança comprometem-se a empregar os mesmos procedimentos e padrões utilizados pela Cedente Líder na seleção de advogados para a defesa de seus próprios interesses.

2.4.1. De forma a possibilitar a contratação de advogados nos termos do item 2.3. acima, o Fundo outorgará à Cedente Líder mandato para que esta constitua os Advogados para a condução das ações judiciais acima referidas.

2.4.2. O valor total a ser pago à título de honorários aos advogados externos contratados nos termos do item 2.4. acima não pode ser superior a 8% (oito por cento) do valor efetivamente recebido pelo Fundo em pagamento do Direito de Crédito Não Ajuizados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO AJUIZADOS

3.1. A partir da data da cessão dos Direitos de Crédito Ajuizados para o Fundo, os Agentes de Cobrança passarão a ser responsáveis, por conta e ordem do Fundo, pela gestão, condução e defesa dos processos em andamento.

3.1.1. Os Agentes de Cobrança deverão assegurar que os Advogados que atuem em nome do Fundo o façam com a diligência que todo homem probo e diligente emprega na condução de seus próprios negócios, buscando preservar os Direitos de Crédito Ajuizados, responsabilizando-se os Agentes de Cobrança pelos prejuízos ou danos sofridos e pelos custos incorridos pelo Fundo em virtude de negligência ou imperícia dos Advogados (conforme abaixo definido);

3.2. Na gestão, condução e defesa das ações judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados em andamento na Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso, das quais as Cedentes participem como autoras ou rés, os Agentes de Cobrança não estarão obrigados a solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo, que poderão continuar a ter como autora(s) a(s) Cedente(s) que a tenha(m) proposto.

3.2.1. Sem prejuízo do acima disposto, o Fundo poderá ingressar em referidas ações, a qualquer tempo, como assistente litisconsorcial, devendo as Cedentes e os Agentes de Cobrança, conforme o caso, sempre que solicitados, tomar todas as providências necessárias para permitir o ingresso do Fundo como assistente litisconsorcial nas referidas ações. Nas hipóteses em que optar por atuar como assistente litisconsorcial, o Fundo poderá ser representado, a seu exclusivo critério, pelo Advogado responsável pela condução da ação ou por advogado externo que venha a ser por ele escolhido, sem necessidade de aprovação pelos Agentes de Cobrança.

3.3. Nas hipóteses de culpa, dolo ou má-fé das Cedentes, dos Agentes de Cobrança ou dos Advogados contratados para a condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito Ajuizados, o Fundo, sempre que julgar necessário e a seu exclusivo critério, poderá solicitar aos Agentes de Cobrança e às Cedentes, conforme o caso, que (i) substituam os Advogados, e/ou (ii) tomem todas as providências que se façam necessárias para solicitar a substituição processual das Cedentes pelo Fundo em referidas ações judiciais.

3.3.1. Na hipótese de que trata o item 3.3. acima, o Fundo poderá (mas não estará a tanto obrigado) contratar advogado de sua livre escolha, sem necessidade de aprovação pelos Agentes de Cobrança.

3.3.2. Nas hipóteses de término dos contratos de prestação de serviços firmados com os Advogados externos responsáveis pelos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados em virtude de culpa, dolo ou má-fé das Cedentes, dos Agentes de Cobrança ou dos Advogados contratados para a condução das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito Ajuizados, a responsabilidade pelo pagamento de eventuais verbas de rescisão será exclusivamente das Cedentes e dos Agentes de Cobrança.

3.4. Os Serviços a serem prestados pelos Agentes de Cobrança nos termos do item 3.1. acima incluem:

- (a) a contratação e/ou manutenção da contratação dos Advogados;
- (b) a orientação dos Advogados quanto à condução das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados;
- (c) o gerenciamento das atividades de prestação de serviços advocatícios pelos Advogados, assim entendida (i) a fiscalização da correção das atividades realizada até a data de arquivamento do respectivo processo judicial de recuperação de crédito pelo Poder Judiciário em decorrência da arrematação e adjudicação de bens ou declaração de irrecuperabilidade, dentre outras hipóteses de arquivamento, (ii) o pagamento de seus honorários advocatícios, despesas e custas processuais, e (iii) a imposição de penalidades ou suspensão dos serviços dos Advogados em caso de culpa, dolo ou má-fé;
- (d) a cooperação ativa na relação com os Advogados e na prestação de quaisquer informações que se façam necessárias na condução de

referidas ações, inclusive no que diz respeito à produção de provas e à apresentação de testemunhas;

- (e) a prestação de informações ao Fundo acerca do trâmite de cobrança judicial realizada pelos advogados, por meio da disponibilização e discussão de relatórios de andamento processual e relatórios de conciliação de recebimentos decorrentes de pagamentos de Direitos de Crédito Ajuizados;
- (f) a prestação de informações aos Advogados acerca dos parâmetros de realização de acordos judiciais com os Devedores, observando os critérios que tenham sido fixados exclusivamente pelo Fundo;
- (g) o recebimento e o repasse ao Fundo dos valores recebidos em pagamento dos Direitos de Crédito Ajuizados; e
- (h) a entrega ao Administrador, trimestralmente e sempre que houver alguma alteração na avaliação das chances de êxito ou no valor estimado de recuperação das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, dos relatórios dos Advogados.

3.5. Não obstante o gerenciamento de referidas ações ser realizado pelos Agentes de Cobrança, o Fundo poderá, a qualquer momento e sempre que julgar necessário, requerer diretamente aos Advogados informações sobre as ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados.

3.6. Após a cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo, o Fundo, ainda que não integre as ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito, será responsável por todas as despesas com condenações e demais custos processuais relacionados com referidas ações, incluindo honorários de advogados (incluindo os arbitrados em Juízo e os previstos nos contratos em vigor firmados com os Advogados), verbas de sucumbência, encargos contratuais, honorários de perito, custas de registro e quaisquer outros custos e despesas devidos em juízo ou fora dele, conforme o caso, inclusive em relação a decisões desfavoráveis, exceto (i) nos casos previstos no item 3.8. abaixo e (ii) em caso de culpa, dolo ou má-fé dos Agentes de Cobrança. Dessa forma, o Fundo se compromete a reembolsar os Agentes de Cobrança, semestralmente, por todas as despesas que venham a ser comprovadamente incorridas pelos Agentes de Cobrança na administração das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito.

3.6.1. Os honorários devidos aos Advogados ao término das ações judiciais referentes aos Direitos de Crédito Ajuizados, conforme estipulados no Anexo II ao presente Contrato, descontados os honorários

pagos durante o curso de referidas ações, nos termos do item 3.6. acima, serão descontados dos valores recebidos pelos Agentes de Cobrança, em nome do Fundo, em pagamento dos Direitos de Crédito Ajuizados e serão pagos pelos Agentes de Cobrança diretamente aos Advogados.

3.6.2. Adicionalmente, o Fundo reconhece que caso as Cedentes venham a ser cobradas por qualquer valor de responsabilidade do Fundo, nos termos deste item, as Cedentes terão direito de regresso contra o Fundo, que deverá ressarcí-las por todos os custos por elas comprovadamente incorridos.

3.7. O Fundo, seja como parte de determinada ação judicial ou ainda que não faça parte de referida ação judicial, reconhece que estará obrigado por qualquer decisão proferida no âmbito das ações judiciais relativas aos Direitos de Crédito Ajuizados e que as Cedentes, ressalvado o disposto no item 3.8. abaixo, não poderão ser responsabilizadas por eventuais prejuízos que o Fundo venha a sofrer em decorrência de tal decisão.

3.8. As Cedentes permanecerão responsáveis por ações judiciais e/ou procedimentos administrativos, ainda que sejam propostos contra o Fundo, bem como por todas as despesas a eles relacionadas, tendo por objeto pedido de indenização resultante de fatos, ações ou omissões das Cedentes anteriores à Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso. Adicionalmente, as Cedentes são as únicas responsáveis pelo pagamento dos Custos Devidos com relação aos Direitos de Crédito Ajuizados até a Data de Aquisição e Pagamento e/ou Data de Entrega das Quotas Subordinadas, conforme o caso.

3.9. Adicionalmente, as Cedentes são responsáveis pelas penalidades, judiciais ou administrativas, que venham a ser impostas em decorrência de atos de litigância de má-fé ou outros atos atentatórios à dignidade de Justiça por elas praticados nas ações judiciais ou procedimentos administrativos referentes aos Direitos de Crédito.

3.10. O Fundo assumirá todas as obrigações dos Cedentes decorrentes dos contratos firmados com os advogados externos responsáveis pelos processos judiciais referentes aos Direitos de Crédito e com as empresas de cobrança, conforme previsto no CD-Rom, a partir da Data de Corte, cabendo ao Fundo deliberar, de acordo com as informações que venham a ser recebidas dos Agentes de Cobrança, (i) pela manutenção ou não dos contratos firmados com tais advogados externos e empresas de cobrança, ou pela rescisão de referidos contratos, desde que, neste caso, efetue todos os pagamentos devidos em

decorrência da rescisão antecipada dos respectivos contratos, conforme o caso; (ii) pela substituição dos advogados externos em caso de falta grave e (iii) pela contratação de novos advogados externos, conforme o caso.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE COBRANÇA

4.1. Pela prestação dos serviços previstos nas Cláusulas Segunda e Terceira acima, a MDC fará jus a uma remuneração equivalente a 10% (dez por cento) do valor recuperado com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, a ser pago à MDC por ocasião do recebimento de referidos valores pelo Fundo.

4.2. Adicionalmente, após o pagamento integral dos valores devidos aos quotistas titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, nos termos estabelecidos no Regulamento, a Cedente Líder fará jus a uma remuneração adicional correspondente ao patrimônio líquido porventura ainda existente no Fundo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

5.1. Os Agentes de Cobrança neste ato declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato, que:

- (a) são instituições validamente constituídas e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitadas e autorizadas, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a prestar os Serviços para o Fundo;
- (b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas estão devidamente autorizadas pelos seus atos constitutivos;
- (c) seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para tanto, assim como para assumir as obrigações dele decorrentes;
- (d) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis foram regularmente abertos, estando devidamente registrados e atualizados; e
- (e) encontram-se técnica e operacionalmente habilitados e autorizado a prestar os Serviços para o Fundo, contando com todos os

sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções nos termos deste Contrato.

5.2. O Administrador, neste ato declara e assegura aos Agentes de Cobrança, na data de assinatura deste Contrato, em nome do Fundo e, conforme o caso, em nome próprio, que:

- (a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
- (b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos de Crédito, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
- (c) os representantes legais do Fundo e do Administrador que assinam este Contrato têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
- (d) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis foram regularmente abertos, estando devidamente registrados e atualizados; e
- (e) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA - DOS MANDATOS

6.1. Pelo presente instrumento, o Fundo nomeia e constitui a MDC e a Cedente Líder, na qualidade de Agentes de Cobrança, seu bastante procuradores, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário para o pontual e integral cumprimento das obrigações por ele assumidas na

qualidade de Agentes de Cobrança, nos termos deste Contrato, inclusive firmar recibos em nome do Fundo, sendo vedado o substabelecimento.

6.2. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil brasileiro, durante todo o prazo de vigência do Fundo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA AUDITORIA DOS SERVIÇOS

7.1. Fica assegurado ao Fundo e/ou ao Custodiante o direito de realizar, a qualquer tempo, diretamente ou por meio de terceiros para tanto contratados, auditoria nas atividades, práticas e procedimentos dos Agentes de Cobrança e/ou de terceiros por ele contratados para a prestação dos Serviços, com o fim de verificar o cumprimento das disposições deste Contrato e a regularidade da prestação dos Serviços, podendo o Fundo e/ou ao Custodiante, inclusive, solicitar aos Agentes de Cobrança os ajustes ou correções que entenderem necessários ao cumprimento regular deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESILIÇÃO

8.1. Sem prejuízo da irrevogabilidade e irretratabilidade deste Contrato, e não obstante seu prazo de vencimento, o Fundo e/ou os Agentes de Cobrança poderão resilir o presente Contrato nas seguintes hipóteses:

- (a) decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial dos Agentes de Cobrança ou liquidação do Fundo; e
- (b) descumprimento, por qualquer das Partes, das obrigações estabelecidas neste Contrato que possa comprometer a continuidade da prestação dos Serviços, do qual a parte inadimplente tenha sido notificada para, no prazo assinalado na respectiva notificação, que não será inferior a 15 (quinze) dias, regularizar a situação e, nesse prazo, não o tenha regularizado ou justificado.

8.1.1. Na hipótese prevista no item (b) do item 8.1. acima, e caso a parte inadimplente não tenha regularizado a situação que deu causa à notificação ali referida de forma a assegurar a continuidade da prestação dos Serviços, a parte prejudicada poderá, a seu critério e mediante comunicação à outra parte, resilir o presente Contrato. Fica estabelecido que a rescisão de que trata este item 8.1.1. somente ocorrerá ao final do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, pela parte inadimplente, da

notificação da declaração da rescisão, durante o qual o presente Contrato permanecerá válido e eficaz.

8.2. O Fundo poderá, a qualquer tempo, mediante aviso prévio, por escrito, aos Agentes de Cobrança com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência, rescindir o presente Contrato, sem que seja necessário apresentar qualquer motivação para tanto, e sem qualquer ônus para o Fundo.

8.3. Na hipótese de rescisão deste Contrato, observado o disposto nos itens 8.1 e 8.2. acima, os Agentes de Cobrança deverão, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-los, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da rescisão, todos os registros, relatórios, extratos e demais informações relativas aos Serviços que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelos Agentes de Cobrança ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a prestação dos Serviços, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem interrupção da prestação de serviços, os deveres e as obrigações previstos neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA INDENIZAÇÃO

9.1. Os Agentes de Cobrança responsabilizam-se pelos danos patrimoniais diretos devidamente comprovados que venha a causar ao Fundo, seus quotistas e/ou a terceiros decorrentes de dolo, culpa ou má-fé, em função (i) da prestação dos Serviços; (ii) da prática de qualquer ato em desacordo com os procedimentos fixados neste Contrato ou (iii) do descumprimento de qualquer das declarações, garantias e obrigações estabelecidas neste Contrato.

9.2. Na hipótese do Item 9.1. acima, os Agentes de Cobrança comprometem-se a indenizar o Fundo, seus quotistas e/ou qualquer terceiro ("Partes Indenizáveis"), conforme o caso, por quaisquer ações, perdas, danos, custos, penalidades ou despesas, incluindo honorários advocatícios e custos relacionados à defesa de direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O inadimplemento por qualquer das Partes de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 3% (três por

cento), calculada sobre o respectivo valor devido. Na hipótese de inadimplemento atribuído ao Fundo, deverão ser cobrados os encargos da inadimplência do Administrador, a menos que este comprove não ter concorrido omissiva ou comissivamente para a ocorrência do inadimplemento.

10.2. O inadimplemento, pelos Agentes de Cobrança, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenha sido notificado para regularizar e não o faça no prazo estabelecido neste Contrato ou assinado na respectiva notificação e/ou aviso, obrigará os Agentes de Cobrança ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

CLÁUSULA ONZE - DAS COMUNICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para os Agentes de Cobrança:

IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

MDC Assessoria Empresarial S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 373, cj. 1202, 12º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80410-180

At.: Sr. Natal Bressan

Telefone: (41) 3025-1295

Fac-símile: (41) 3025-1293

E-mail: natal.bressan@mdcsa.com.br

Se para o Fundo/Administrador:

CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, Centro, São Paulo-SP; CEP 01009-905

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Telefone: (11) 3292-1400

Fac-símile: (11) 3241-3831

E-mail: concordia.sp@concordia.com.br / joelrosa@concordia.com.br

Se para o Custodiante:

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares

04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Ricardo Nascimento

Telefone: (11) 2113-5840

Fac-símile: (11) 2113-5170

E-mail: ricardo.nascimento@db.com

11.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

11.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

CLÁUSULA DOZE - DA CONFIDENCIALIDADE

12.1. Os Agentes de Cobrança obrigam-se a manter em sigilo e a respeitar a confidencialidade dos dados e informações escritas, relativos às operações e negócios do Fundo relacionadas ao objeto deste Contrato, incluindo, dentre outros, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas, dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que os Agentes de Cobrança tiver acesso em virtude do presente Contrato (as "Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que: (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os "Representantes"); e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de

14.10. Todas as disposições contidas neste Contrato que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

14.11. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

14.12. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 16 de maio de 2008.

ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Por seu administrador Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.

1. _____ 2. _____
Por: Por:
Cargo: Cargo:

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

1. ufuakui 2. [Signature]
Por: Por:
Cargo: *Reginaldo Moraes da Cruz*
Deutsche Bank S.A.
Custody Operations

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
Nome: Nome:
RG.: RG.:
CPF/MF: CPF/MF:

Anexo I ao Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre o ANTERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E/OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., a MDC Assessoria Empresarial S.A. e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 16 de maio de 2008.

MANDATO

Por este instrumento particular de mandato, **Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços**, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.542.006/0001-65 (doravante denominado "Outorgante"), neste ato representado por seu administrador **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**, instituição financeira com sede na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, nomeia a **MDC Assessoria Empresarial S.A.**, sociedade com sede na Rua Carlos de Carvalho, n.º 373, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.608.615/0001-07 e a **IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, n.º 9, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.918.943/0001-80 (doravante denominados "Outorgados"); como seus bastantes procuradores, a quem o Outorgante concede poderes especiais para, sem necessidade de quaisquer outras aprovações, ratificações ou assinaturas:

1. realizar a cobrança judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, dos direitos de crédito cedidos ao Outorgante, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Direitos de Crédito e Contrato de Cessão", respectivamente), e (ii) o acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos Direitos de Crédito; e
2. praticar todo e qualquer ato necessário para o pontual e integral cumprimento das obrigações por eles assumidas na qualidade de Agentes de Cobrança, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças firmado entre os Outorgantes e o Outorgado ("Contrato de Cobrança") em 15 de maio de 2008, inclusive firmar recibos em nome do Outorgante, sendo vedado o substabelecimento.

O presente instrumento particular de mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil brasileiro, durante todo o prazo de vigência do Outorgante.

(página intencionalmente deixada em branco)